

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

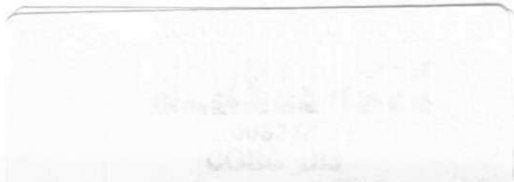
**Interesses, conflitos e contradições no processo de uso e gestão dos
recursos hídricos em Campina Grande**

IRLANDA ALVES WANDERLEY

CAMPINA GRANDE/PB

2002

112 6



IRLANDA ALVES WANDERLEY

**INTERESSES, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES NO
PROCESSO DE GESTÃO E USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
EM CÂMPINA GRANDE**

Dissertação de mestrado apresentada ao
programa de Pós-graduação em
sociologia da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências
para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Deolinda de Sousa Ramalho

CAMPINA GRANDE/PB

2002



W245i Wanderley, Irlanda Alves
Interesses, conflitos e contradicoes no processo de
gestao e uso dos recursos hidricos em Campina Grande /
Irlanda Alves Wanderley. - Campina Grande, 2002.
120 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Conflitos Sociais - 2. Recursos Hidricos - 3.
Sociologia 4. Dissertacao I. Ramalho, Deolinda de Sousa,
Dra. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande
(PB) III. Título

CDU 316.48(813.3)(043)

INTERESSES, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES NO PROCESSO
DE USO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
EM CAMPINA GRANDE

Dissertação de Mestrado apresentada em: 23 de Agosto de 2002.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Deolinda de Sousa Ramalho – UFPB
Orientadora

Profa. Dra. Macionila Fernandes – UFAL
Examinadora

Prof. Dr. Lemuel Guerra - UFPB
Examinador

Campina Grande/PB
2002

AGRADECIMENTOS

Agradeço a força maior que me ergue nos momentos difíceis e creio, me faz enfrentá-los acreditando que sempre irão ficar para trás;

A minha família, especialmente as minhas irmãs, que são para mim, sempre as melhores companhias. representando os maiores incentivos para a realização deste trabalho.

A *Celso*, companheiro maior dessa jornada, que suportou todas as minhas ausências e preocupações, embora isso muito vezes representasse solidão e insegurança. Com ele divido sem medo de me arrepender, os melhores sentimentos que possa encontrar dentro de meu ser.

Aos meus colegas do Mestrado, e em especial, aqueles que durante este tempo revelaram ser bem mais que isso, como *Else*, amiga com quem dividi tantas vezes angústias e alegrias.

As orientações da professora *Deolinda Ramalho*, e principalmente pelo modo como estas foram passadas, de forma tranqüila e sensata, o que tornou nossos encontros sempre agradáveis e construtivos, longe do "stress", que em muitos casos permeiam a relação orientador / orientando.

A todos aqueles que contribuíram para o trabalho de pesquisa, com informações e dados valiosos, principalmente aos técnicos e professores, que fazem parte do LMRS, que sempre me receberam com muito carinho.

E a todos os demais que estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando durante este tempo, *Fanta*, (de modo especial), *Jackeline Carvalho*, *Antônia*, *Rose*, e a distância, *Yara*, *Janete*... enfim, foi por sugestões ou lições de otimismo de pessoas como estas, que consegui enfrentar os momentos mais difíceis dessa jornada.

Dedico esse trabalho a Maria Wanderley (in memoriam)

*"Hoje o vazio e a solidão que significa tua ausência,
são compensados apenas pelo privilégio
de ter aprendido um pouco,
do muito que você sempre quis que eu fosse".*

SUMARIO

LISTA DE SIGLAS.....	i
RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – A POBLEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA ESFERA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL	
1.1 – A (re)construção de uma problemática ambiental sob uma visão sociológica.....	10
1.2 – O Estado e a questão ambiental no Brasil	16
1.3 – Políticas públicas no contexto ambiental urbano: um debate sobre a (des)centralização do poder local.....	24
1.4 – Conflitos socioambientais no contexto urbano: orientações metodológicas	38
CAPÍTULO 2 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO URBANO E AS POLÍTICAS PARA O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE	
2.1 – A identificação dos atores.....	48
2.2 – Sob a ameaça de um “colapso hídrico”: identificando os agentes naturais.....	51
2.3 – A movimentação dos atores em um campo de conflitos, interesses e contradições	58
2.4 – “Água, um bem de todos...” de todos os grupos de interesses público ou privado	78
CAPÍTULO 3 – “ NOVOS” CONFLITOS E CONTRADIÇÕES EM PROJETOS APRESENTADOS COMO “ SOLUÇÕES” PARA O PROBLEMA DE ABASTECIMENTO D’ ÁGUA EM CAMPINA GRANDE	
3.1 – A barragem de Acauã	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
ANEXOS.....	121

LISTA DE SIGLAS

AABA – Associação dos atingidos pela barragem de Acauã

AAGISA – Agência de Águas, Irrigação e Saneamento

ANA – Agência Nacional de Águas

CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CAOP - Centro de Apoio Operacional

CCT / UFPB - Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba

DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas

EIA – Estudos de Impacto Ambiental

FIEP - Federação das Indústrias do estado da Paraíba

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LMRS - Laboratório de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto da Paraíba

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

RIMA – Relatório de Estudos de Impacto ao Meio Ambiente

SEMARH - Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais

RESUMO

Este estudo consiste em uma análise crítica no âmbito da Sociologia, sobre as políticas públicas referentes à gestão dos recursos hídricos em Campina Grande, tendo em vista a crise no sistema de abastecimento que este município tem enfrentado, principalmente nestes últimos anos. As ações dos atores envolvidos com estas políticas, são o ponto principal de apoio para esta reflexão, que busca examinar “os contornos desta problemática ambiental” sob uma perspectiva social. Os conflitos e contradições que permeiam a esfera dessas políticas, de acordo com a abordagem realizada neste estudo, tomam corpo na figura de dois atores considerados como principais protagonistas dessa crise: o *Estado* e o *Município*. Também foram percebidas, durante a avaliação dessas ações, contradições entre a formulação e a implementação das mesmas, se considerarmos o modelo de gestão “participativa e descentralizada” preconizado pela Lei 9.433 de 1997, Lei Nacional dos Recursos Hídricos. A análise dessas ações que, aparentemente, são pensadas e ou efetuadas em torno da problemática da água em Campina Grande, nos permitiu visualizar “através da “movimentação dos atores” que integram o campo de ação da esfera das políticas públicas, um processo de disputa *político-partidária*. A problemática desse estudo se desenvolve em torno desta disputa, que embora não sendo nosso foco analítico principal, desempenha aqui um importante papel, ao dissimular a “dimensão simbólica” que esta espécie de conflito exerce sobre as demais percebidas no decorrer da pesquisa.

ABSTRACT

This study is a critical analysis on a sociological basis concerning the public politics towards the management of the water resources in the town of Campina Grande, since this municipal district has had problems in its water distribution program, especially in the last few years. The actions taken by those who control this politics are the main point of this reflection, which aims to examine "the contours of this environmental problem" under a social view. The conflicts and contradictions that shape this political sphere, according to the approach of this study, appear to be based on two main points: the state and the municipality. During the evaluation of these actions, contradictions between their formulation and implantation were also noticed considering the model of "participative and decentralized" administration, as stated in the National Law of Water Resources, number 9433 of 1997. These actions seem to be thought and/or taken effect concerning the problematic water system of Campina Grande, and their analysis permitted us to visualize a political-party competition process, thanks to the "movement" of the people who integrate the action field of the public politics. The problematic of this study develops itself around this competition that, even not been its principal analytic focus, plays a great role as it discusses "the symbolic dimension" that this type of conflict has upon the others as noticed in the course of this research.

INTRODUÇÃO

Desde que se tem notícia de sinais de existência da raça humana, relatos históricos baseados em antigas inscrições de objetos pré-históricos, noticiam algum tipo de disputa entre os homens, quer por alimento, abrigo, ou até mesmo por fêmeas de sua espécie. Parece-nos que os conflitos entre a raça humana acompanharam todos os estágios “evolutivos” das civilizações. Entretanto, os conflitos e os objetos de disputa dos quais trata este estudo, parecem ser aspectos inerentes à modernidade, como observa Little (2001) em seu trabalho sobre conflitos na Modernidade.

É nesta era que se consolida o pensamento de que “o domínio do homem sobre a natureza” é tão necessário quanto o avanço do capitalismo para que as civilizações possam atingir o tão “propalado” desenvolvimento econômico. Esses pensamentos, gestados, nascidos e consolidados pela sociedade ocidental, representam uma busca incessante de acumulação de bens que, em todos os momentos dessa “evolução”, estiveram estreitamente ligados à degradação ambiental. Com o crescimento das cidades, e a expansão das indústrias, essa degradação passa a atingir de acordo com Rebolsas (1994:104) “o meio ambiental em geral e em particular os recursos hídricos”.

Na região do Semi-árido nordestino, a falta de uma política de gestão dos recursos hídricos efetiva e integrada, tem comprometido cada vez mais a qualidade de vida da população desta região, tornando-a vulnerável aos riscos e impactos socioambientais, principalmente nas zonas urbanas.

Este estudo aponta para uma fragilidade na disponibilidade dos recursos

hídricos no contexto urbano do município de Campina Grande e adjacências, região que compreende a chamada Bacia hidrográfica do rio Paraíba, onde está localizado o único reservatório que abastece atualmente essa região. Essa área, também denominada de Compartimento da Borborema, soma cerca de 650 mil habitantes, que ora dependem inteiramente do chamado “Sistema de abastecimento Eptácio Pessoa”. É em torno das políticas públicas de gestão de recursos hídricos, direcionadas à Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, que gira o nosso enfoque principal, neste trabalho.

A iniciativa de realizar este estudo foi gestada no início da crise no sistema de abastecimento do referido município, em meados de 1998, e se deve à perspectiva então existente de um colapso hídrico nos reservatórios desta bacia. Todavia, entendemos que a problemática da água não se restringe aos aspectos físicos, uma vez que, conforme observa Rebouças (1994) os processos de degradação ambiental dos recursos hídricos, principalmente no meio urbano, tratam-se de ações antrópicas.

Assim, optamos por analisar essa questão, que, quase invariavelmente, é tratada sob um enfoque puramente ambiental, a partir do ponto de vista sociológico, utilizando-nos, aqui, da expressão “*socioambiental*”, baseados na concepção de Little (2001). De acordo com este autor, “este conceito engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos” (2001:107).

A partir da compreensão de que não podemos dissociar os aspectos ambientais das questões sociais, tomamos como base, também, a opinião de Leff (2002). Em um recente estudo intitulado *Epistemologia Ambiental*, este autor ressalta que, “a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: uma vez que ela foi gerada e

está atravessada por processos sociais, apesar das Ciências Sociais não terem transformado seus conceitos, métodos e paradigmas teóricos, para abordar as relações entre esses processos sociais e as mudanças ambientais emergentes” (2002: 111)

Um outro aspecto que justificou, ainda, a escolha deste objeto empírico para o desenvolvimento deste estudo, foi a ameaça de um colapso hídrico vivida pela população deste município, entre os anos de 1998 e 2000. Nesta perspectiva, percebemos a água não apenas como um recurso natural, sujeita a conflitos e disputas, pelo seu uso enquanto tal, mas o seu uso como pretexto de um conflito, cujo principal objetivo seria o desvio do foco de atenção das arenas públicas, visando assim, obscurecer um outro tipo de conflito – político-partidário – que envolve, direta ou indiretamente, os diferentes atores sociais abordados neste estudo.

Nessa perspectiva, este estudo vem priorizar a esfera das políticas públicas, em relação aos conflitos que permeiam tanto setores da esfera pública, quanto privada. Esses conflitos que se entrecruzam entre competências de esferas de governo, órgãos burocráticos e diversos grupos sociais, no caso do município de Campina Grande, “aparecem” diluídos entre ações e (in)ações dos representantes destas esferas e segmentos. Assim, uma das etapas principais deste trabalho consistiu na fase de pesquisa de campo, por entendermos que é a partir desta que as “idéias tomam formas reais” no âmbito da Sociologia, enfatizando os aspectos já descritos, junto aos órgãos responsáveis pela política de gestão dos recursos hídricos locais.

O trabalho de pesquisa de campo teve como objeto empírico o município de Campina Grande. Contudo, logo ao iniciar o processo de investigação de dados referentes às políticas de gestão hídrica para este município, percebemos que seria impossível realizar tal

tarefa, sem ampliar o universo da pesquisa, uma vez que os órgãos e instituições responsáveis por tais políticas se encontram distribuídos nas três esferas de gestão pública, sendo a principal delas o Governo do Estado da Paraíba.

A coleta dos dados contou com uma série de entrevistas (um total de dezessete) abertas e semi-estruturadas. Em um processo de amostragem não probabilístico, a amostra foi obtida, especificamente, junto aos diretores e representantes de órgãos responsáveis pelas políticas públicas de gestão de recursos hídricos, professores da Universidade Federal da Paraíba (Hidrólogos) que atuam como técnicos e consultores desses órgãos; representantes de órgãos que atuam como legisladores nesse setor, como foi o caso da Procuradoria do Meio Ambiente do Município de Campina Grande; e ainda secretários e diretores de empresas e instituições, que regulam os serviços de abastecimento e infraestrutura deste município.

O tipo de amostra que mais se aproxima deste modelo talvez seja aquela que Marconi e Lakatos (1999) denomina de "*intencional*", em que o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, sem que estes sejam representativos dela. Seria, neste caso, a investigação junto aos responsáveis pelas políticas públicas referentes aos recursos hídricos no município, sobre as formas de pensar e conduzir tais políticas.

O pesquisador não se dirige, portanto, à "massa", isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Esta técnica teria sua validade dentro de um contexto específico.

A fase da pesquisa de campo foi iniciada no mês de Maio, e se estendeu até o

final do mês de Setembro de 2000, tendo acrescentadas, eventualmente, algumas entrevistas , durante o mês de maio de 2002, para complementar algumas informações necessárias. Durante todo o período de elaboração deste trabalho, na busca de informações complementares para o processo de investigação, participei de vários eventos relacionados à dinâmica problemática dos recursos hídricos, tendo sido considerados os mais relevantes para o processo de investigação dos dados concernentes ao meu objeto de pesquisa. Estes eventos foram: uma palestra proferida pelo consultor do Proágua, em 22 de Março de 2001, na UFPB, que discutia o tema "Agências e Comitês de Bacias"; o I Encontro Internacional sobre Previsões Climáticas a longo prazo; o I Simpósio Internacional sobre Apoio a Gestão de Recursos Hídricos, realizado em João Pessoa, em Julho de 2001; no qual foram apresentados vários trabalhos com temáticas especificamente voltadas às políticas de Gestão hídricas; Audiência Pública sobre o EIA/RIMA da barragem de Acauã no dia 03 de Julho de 2001, em Campina Grande.

Durante tais eventos, foram obtidas informações importantes, através da gravação de várias palestras, ou simples "falas", que vieram a se transformar em fontes de apoio extremamente relevantes, sobre as políticas de manejo e gerenciamento de águas.

Em um segundo momento, outros dados foram coletados pela leitura da documentação formal, referente às leis e diretrizes que regem a política de Recursos hídricos em nível nacional, estadual e municipal, sendo os principais: A Lei Nº 9.433 de Janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos; Legislação Estadual de Recursos Hídricos - edição reformulada, Janeiro de 2001; Plano diretor de águas e Solos do município, de 10 de Fevereiro de 1995/ Relatório Final e o Plano das Águas do Governo do Estado.

Além destas fontes, analisamos alguns relatórios e projetos que consideramos fontes de informação de suma relevância para a pesquisa, destacando-se dentre eles: o Relatório Especial da Comissão Suprapartidária da Assembléia Legislativa da Paraíba, Agosto de 1999, um levantamento sobre as condições dos reservatórios do Estado da Paraíba; Projeto Multilagos - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos, Campina Grande, 2000 e o Projeto de Lei Nº 010 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - L. D. O de 2002; além de diversos Jornais.

Considerando o caráter dinâmico do objeto de pesquisa – uma vez que o Município de Campina Grande, assim como outras áreas do Compartimento da Borborema, continuam a enfrentar problemas semelhantes à crise no abastecimento d'água entre 1998 a 2000, estando inclusive sob o sistema de racionamento – queremos ressaltar que o processo de busca de informações permaneceu, sendo circunstancialmente imprescindível, dadas as ações que estão sendo efetuadas no âmbito das políticas públicas de recursos hídricos do Estado, diretamente relacionadas ao tema enfocado. Decidimos analisar aqui, algumas dessas ações, a exemplo da construção da barragem de Acauã, uma vez que esta obra tem gerado intensos e polêmicos debates envolvendo os atores citados neste estudo. Essa questão, entretanto, só será discutida no terceiro capítulo.

Logo no primeiro capítulo, assumimos a difícil tarefa, no nosso ponto de vista, de “reformular” uma temática normalmente inserida em estudos de enfoques puramente ambientais, para inseri-la no âmbito da *Sociologia Ambiental*, uma vez que decidimos analisar a problemática da água, priorizando o enfoque sociológico, mas, sobretudo, com a preocupação de não dissociá-lo do enfoque ambiental.

Queremos ressaltar que trata-se de um campo de estudos bastante recente,

e, por isso, mantém ainda sérias dificuldades em relação a definição de seus paradigmas teóricos. Assim, alguns teóricos, como é o caso de Henrique Leff (2001) e Viola (1987), discutem a dificuldade da Sociologia Ambiental em consolidar-se enquanto ciência.

Adotamos, como os estudos sobre conflito de Little (2001) e Nascimento (2000) como referencial, a fim de construirmos uma base teórico-metodológica concernente à nossa problemática de pesquisa. Para tanto, elegemos determinados elementos que, devidamente identificados, foram dando corpo à proposta de analisar os diferentes tipos de conflitos que permeiam a disponibilidade o uso e o gerenciamento de água em Campina Grande.

É importante ressaltar que, são identificados, entre os atores envolvidos com a problemática vigente, dois agentes vistos, neste estudo, como principais protagonistas dessa crise, a saber, Estado e Município, que findam por centralizar as ações voltadas às políticas hídricas, para o município. Essas ações permeiam todo o campo de movimentação dos demais atores, em alguns casos, de forma subjacente, em outros, de forma “explícita” e direta, quando os conflitos assumem seu teor político.

As bases teóricas para discutir a questão, acerca de uma perspectiva de *descentralização*, prevista na *Lei 9.433/97*, que é apontada pelos representantes das políticas hídricas para o município em estudo, como modelo para a efetuação de ações neste setor, vieram principalmente dos estudos de Marta Arretche (2000), que lança um interessante debate envolvendo este termo, chamando a atenção para a necessidade de analisar seu conceito, sem, necessariamente, contrapô-lo ao de *centralização*, preocupando-se em demonstrar os “*prós e contras*” de ambos, em contextos específicos.

Mesmo concordando com o ponto de vista da autora, essa discussão é

introduzida neste estudo sob o ponto de vista de diversos autores que, embora não assumam de forma explícita, tendem a valorizar a “descentralização”, atitude assumida por nós, diante da problemática ora discutida, em relação ao *modus operandi* dos referidos agentes protagonistas da crise no abastecimento d’água em Campina Grande.

No segundo capítulo nos dedicaremos à discussão sobre as políticas públicas destinadas ao setor hídrico de Campina Grande. Iniciaremos identificando, de acordo com a sugestão de Little (op. cit) para uma análise de conflitos socioambientais, os agentes naturais que, de fato, deram origem a essa discussão. Tais agentes compõem uma série de fenômenos de ordem físico-climática, que denotam a existência da escassez de água na região Semi-árida resultante de um longo período de estiagens e ou da distribuição irregular das chuvas no Semi-árido nordestino.

Sendo as ações antrópicas o alvo de nossa maior atenção, decidimos acompanhar a movimentação dos atores nessa esfera das políticas públicas, tomando como instrumentos de análise, os representantes de órgãos e instituições ligadas ao setor de distribuição, uso e gestão dos recursos hídricos no referido município. Foi neste “campo de ação” que percebemos diversos conflitos e contradições, em vários níveis e setores: na forma como “se articulam ou desarticulam” os órgãos responsáveis pelas políticas hídricas para o município de Campina Grande; na formulação (documentos, códigos e legislações) que preconizam as normas e leis referentes a essas políticas; na implementação das ações voltadas para os recursos hídricos; mas, principalmente, entre os diversos grupos de interesses, que compõem a esfera pública e privada.

O terceiro capítulo é dedicado à análise das soluções apresentadas pelo Estado, como alternativas para sanar os problemas de abastecimento de Campina Grande,

CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA ESFERA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL

1.1 – A (re)construção de uma problemática ambiental sob uma visão sociológica

Com o acentuado processo de concentração da população nas zonas urbanas, sem condições adequadas de infra-estrutura, aumentam cada vez mais os problemas de degradação ambiental, e, conseqüentemente, diante das crescentes demandas sociais, os recursos naturais vão se tornando mais escassos. Nesse processo, a água, elemento indispensável à sobrevivência, se constitui em um aspecto extremamente preocupante, dada a rapidez com que as reservas hídricas caminham para a insuficiência e para elevados níveis de poluição, sendo a água apontada por alguns autores, neste início de século, como o recurso natural mais "precioso" para a humanidade.

Segundo Ramalho (1996), a degradação ambiental é resultante de uma série de fatores, a começar pela omissão do poder público na proteção e preservação das condições de vida e serviços de infra-estrutura para a população, e pelo uso indevido dos recursos naturais apropriados, quase sempre, em prol de interesses dominantes que vêm tentando, a todo custo, manter as estruturas de poder que levaram ao atual modelo de desenvolvimento social, que é ecologicamente predatório. Nesse contexto, a soma de ações orientadas, em sua maioria, por

interesses privados, gera uma série de riscos que, em maior ou menor grau, afetam toda a população. Esta realidade há muito vem sendo percebida em Campina Grande.

Mesmo tendo o município de Campina Grande como objeto empírico dessa pesquisa, é na esfera das *políticas públicas* que concentramos nossa maior atenção, partindo do pressuposto que, a problemática desenvolvida neste estudo, em torno da água, consiste em uma “questão social”, uma vez que, essa análise, no âmbito das Ciências Sociais, trata dos problemas ambientais relacionados ao uso da *água*, vista aqui como objeto de lutas que envolve diferentes atores sociais, movidos por múltiplos interesses.

Apesar de privilegiar a questão dos conflitos em torno da questão ambiental, nas relações entre indivíduos e grupos, o interesse principal desta abordagem, não coincide necessariamente com a questão ecológica em si, daí a utilização do termo *socioambiental*, na concepção já referida, para enfatizarmos os objetivos desse trabalho.

Neste sentido, esta análise encontra-se alicerçada em um dos paradigmas propostos pela Sociologia Ambiental - NEP (*Nature environmental paradigm*) - através do qual o "ambiente físico é incluído em uma das variáveis do sistema social, propiciando, assim, um enfoque mais adequado para estudos sobre a escassez, o declínio da qualidade de vida e o aumento dos custos ambientais" (DUNLAP & CATTON *apud* CARVALHO, 2000: 46).

Devemos salientar que a Sociologia Ambiental ainda é vista com bastante ressalva por alguns autores, por consistir de acordo com Leff (op. cit) em “um campo em gestação que apenas será constituído por meio de novos conceitos teóricos e métodos de pesquisa”. Este autor chama atenção para o próprio pensamento sociológico clássico, a respeito da resistência deste em incorporar a “dimensão ambiental dentro dos seus paradigmas teóricos, seus objetos de conhecimento e seus métodos de análise da realidade” (Unesco/

PNUMA, 1998 apud. Leff, 2001). Entretanto, este autor, observa o fato de que essas limitações não implicam uma ausência de análise deste tipo:

(...) isto não significa que não hajam nas problemáticas clássicas e nas temáticas emergentes da Sociologia categorias, conceitos e métodos que ofereçam aproximações e elementos para a análise dos processos socioambientais. Porém, o pensamento sociológico desenvolveu-se dentro de enfoques e problemas teóricos que não são capazes de internalizar facilmente estes processos emergentes, tanto por sua complexidade como por seu caráter de novidade, e pelas inter-relações entre processos de ordem física, biológica e social (2002: 113)

Essa discussão em relação à “disposição” da Sociologia Clássica à incorporação de elementos de análise consistentes ou não às questões ambientais, também conta com a contribuição de Eduardo Viola, (op. cit).

De acordo com Viola, a Sociologia clássica foi pouco sensível à questão ambiental, devido a sua constituição como ciência ter estado diretamente marcada pela fase ascendente da civilização industrial, observando, por isto, como supostos básicos subjacentes às principais obviedades e mitos desta civilização: *o caráter maciçamente positivo do desenvolvimento técnico; a visão da natureza como infinita e passiva; a valorização extremadamente positiva da capacidade da espécie humana de criar um nincho ecológico artificial; a ética radicalmente utilitarista na relação sociedade-natureza* (Ramos apud Viola, 1987).

Outro autor que chama atenção para as limitações desta ciência em relação às questões ambientais, é Anthony Giddens (1991). De acordo com este autor, “tanto Marx quanto Durkheim e até mesmo Max Weber, considerado o mais pessimista entre estes em relação à modernidade, apesar de verem as conseqüências degradantes que o trabalho

industrial trariam ao homem moderno, foram incapazes de prever que o desenvolvimento das 'forças de produção' teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material" (1991: 17)

Entretanto a crítica dessa visão de *positividade*, em relação à modernidade, feita por Gideens, diferencia-se da crítica de Leff (op. cit) neste sentido, uma vez que este último, apesar de concordar com as limitações do pensamento clássico em relação ao "saber ambiental", vê, em alguns conceitos da teoria social, 'campos férteis' para desenvolver um saber sociológico ambiental, além de novos conceitos e enfoques sociológicos para pesquisas em processos *socioambientais* emergentes. Entre estes *campos* o autor destaca: "Marx e o conceito de formação econômica e social; Weber e o conceito de racionalidade; e Foucault e o conceito de saber"³ (2002:115)

De acordo com Viola (op.cit) , até o início da década de 80, a questão ambiental era ignorada ou tratada como questão secundária pela grande maioria dos sociólogos, mesmo quando esta já tinha eclodido para a fronteira da consciência humana em 1972 (Conferência da ONU sobre Meio Ambiente em Estocolmo, Relatório Meadows sobre os Limites do Crescimento para o Clube de Roma, 1972, entre outros).

Um outro aspecto, já referido aqui, lançado sob um enfoque sociológico, em relação ao nosso objeto de estudo, é a questão dos conflitos. Neste sentido, Nascimento (2002) ressalta a importância das reflexões feitas pelas Ciências Sociais, em torno da concepção do conflito, para a compreensão da sociedade moderna, através de uma breve análise sobre o ponto de vista de alguns autores clássicos da Sociologia. No entanto, tais pontos de vista serão mencionados aqui, no intuito de enriquecer a análise sobre noções de conflito proposta por Nascimento. Esta análise, que será utilizada neste estudo (com

objetivos bem mais importantes neste tipo de abordagem, no nosso entendimento), irá fornecer uma importante *base metodológica*, necessária para o desenvolvimento deste trabalho.

De acordo com Nascimento, Émile Durkheim concebeu o conflito de três maneiras: a primeira, como tensões da sociedade moderna, choques entre as novas normas da sociedade moderna e as velhas normas do antigo regime; como o confronto de interesses entre grupos sociais – as classes sociais detentoras do capital e das forças de trabalho, que se digladiam no campo econômico, político e social – Interesses divergentes, portanto, quanto à apropriação das riquezas produzidas, ao reconhecimento social e a detenção de poder e em referência ao conceito de *anomia*⁴, conflitos resultantes da ausência de normas que ofereçam objetivos claros aos indivíduos.

Apenas esta terceira concepção, não assume em Durkheim, uma idéia de *positividade* e, de acordo com Nascimento, é em Marx, que esta positividade é assumida de forma ímpar, uma vez que o conflito remete à noção de *luta de classes*, vista por Marx, como o motor das transformações sociais e econômicas, responsáveis pelo *progresso* no século XIX.

Mas é com base na concepção de George Simmel que este autor desenvolve a sua discussão sobre *conflito*, visto por aquele como formas de interação social:

“O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”(Moraes Filho, apud. Nascimento, 2000: 94)

³ Ver o recente estudo de Leff sobre Epistemologia Ambiental (2002)

⁴ DURKHEIM, Emile. A divisão do trabalho social, 1984. (*sugestão do autor*)

Na concepção de Nascimento, (*Ibdem*) George Simmel considera os conflitos, como “um meio de solucionar dualismos divergentes” sendo não apenas necessários como também indispensáveis para se buscar algum tipo de unidade, mesmo que isso represente a aniquilação de uma das partes conflitantes. Simmel (1983:125) define unidade de duas formas: uma delas diz respeito ao consenso e à concordância dos indivíduos que interagem, em contraposição a suas discordâncias, separações e desarmonias. A outra forma refere-se “à síntese total do grupo de pessoas, de energias e de forma, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais.”

Nos deparamos, no decorrer da nossa pesquisa, com uma situação que se assemelha a esta proposição. Trata-se do conflito deflagrado entre os irrigantes e o Ministério Público de Campina Grande, que, na ocasião, representava a população de Campina Grande e recebia “reforços” de vários setores da sociedade civil, durante o processo de “aniquilação” da parte conflitante composta pelos irrigantes, conseguindo uma certa unidade entre estes segmentos. (discutiremos esse episódio no capítulo dois).

Assim, apesar de não identificarmos, no decorrer deste estudo, situações conflitantes que nos levassem a assumir alguma das concepções apresentadas acima, percebeu-se uma aproximação maior com a concepção de conflito apontada por Simmel.

Em relação à concepção defendida por estes autores clássicos, sob diferentes enfoques, de que os *conflitos são revestidos de positividade*, percebemos em nosso estudo que, a *visualização* destes nas arenas públicas levou ao conhecimento e intervenção (embora de grupos sociais restritos) da problemática da água em Campina Grande, o que pode ser considerado, ao nosso ver, como um fator positivo. Neste aspecto a situação de conflito ora

vivida, finda por alcançar novamente uma certa “unidade” necessária para a compreensão e interação do problema por parte da população (principalmente das camadas mais carentes) vistos *a priori*, apenas enquanto *objetos* (vítimas) destes conflitos.

1.2 – O Estado e a questão ambiental no Brasil

No Brasil, as discussões que envolvem a questão da água se limitam, na maioria dos casos, aos aspectos físicos e quantitativos; uma vez que, regularmente, os estudos sobre as políticas de gerenciamento e serviços de infra-estrutura hídricos, se realizaram vinculados às ações para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto o aspecto socioambiental ainda é desconsiderado na maioria dos Fóruns e debates relacionados a esse tema.

Não é nossa intenção aqui, fazer uma retrospectiva do papel do Estado em relação às políticas públicas no Brasil Moderno, como o faz Melo (1999), focalizando desde o chamado período “Primeira Era Vargas” (1930 – 1945), com a institucionalização do regime corporativista,⁵ até o período pós-constituente, pois isso fugiria do nosso objetivo e demandaria uma discussão bem mais aprofundada, com bases teóricas mais amplas, apesar de reconhecermos as profundas implicações trazidas por todo um processo histórico, que, mesmo com diferentes estratégias de governo no campo político, desde o início priorizou as políticas de desenvolvimento das estruturas econômicas às sociais.

Algumas dessas implicações são relatadas por Vargas (1996), que faz uma breve retrospectiva sobre alguns fatos que representaram mudanças estruturais, no âmbito das

⁵ Ver o artigo de: MELO, Marcos André. *As sete vidas da agenda pública brasileira*, In: Avaliação das Políticas Sociais: uma questão em debate. (p.11 a 27), 1996.

políticas públicas ambientais, ocorridos durante a década de 70. Este autor chama atenção para o papel do governo federal, que exerceu uma política centralizadora, caracterizada através das ações do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento) que vigorou entre os anos de 1971 e 1986. Segundo o autor, “o PLANASA rompeu com a iniciativa e autonomia municipal sobre os serviços de saneamento básico, através de dois pilares básicos: a articulação financeira e institucional do Governo Federal com os Estados que atuavam como concessionárias dos serviços nacionais de água e esgoto; e a exclusão de qualquer iniciativa municipal neste domínio” (1996: 203)

Conforme Vargas, (*ibidem*) o município que aderisse ao PLANASA, através da concessão de serviços municipais de água e esgoto, apesar de beneficiar-se com a obtenção de empréstimos de setores financeiros do Governo federal, seria obrigado a “ceder” aos termos dos autoritários contratos de concessões, que não reconheciam direitos concedentes destes, como fixação de tarifas e critérios de reajuste, fiscalização dos serviços, etc.

Ainda de acordo com o autor, os municípios que se recusassem a essa adesão, manteriam a totalidade de suas pregorrativas em relação aos serviços citados, mas eram excluídos do sistema de crédito. Vargas observa que apenas um quarto dos municípios brasileiros não aderiram ao PLANASA, e ainda conclui “que existiu uma forte polarização entre a gestão estadual e a gestão municipal, sendo que a segunda ocupava uma posição de dominada em relação à primeira (Vargas, 1996:204), situação que permanece até hoje, de acordo com os dados apresentados pelo autor ⁶.

Conforme Arretche (2000) “a descentralização na área de saneamento básico implicaria a municipalização dos serviços e, portanto, a transferência das funções de gestão dos sistemas de água e esgoto das companhias estaduais para os municípios” (2000:95)

Essa política centralizadora coincide com um período marcado pelos efeitos da fase em que cada país de terceiro mundo, inclusive o Brasil, adota um modelo de desenvolvimento econômico que foi chamado por alguns autores de política desenvolvimentista⁷, que prevalecera durante as décadas de 50 a 60. Assim, faremos uma breve análise sobre essa fase, mesmo porque, de acordo com Ferreira (1992), até o final da década de 60, não havia nenhuma formulação explícita ou clara de uma responsabilidade pública do Estado sobre a questão ambiental. Por isso nos deteremos a enfocar o papel do Estado, a partir de 1988, quando se encontra situado o nosso período de análise, referente às políticas ambientais.

O referido modelo político desenvolvimentista, tendo como meta um "rápido crescimento econômico", deixou um rastro de degradação ambiental intenso, e aí entra a figura do Estado-Nação que, segundo Ferreira (op.cit), na medida que é inserido no modo de produção industrial, acaba por funcionar segundo a sua lógica, convertendo-se em guardião de instrumentos tão poderosos que já não pode desempenhar seu papel no quadro político. De acordo com Aretche (op. cit) esse modelo tinha como característica básica a centralização.

Esse modelo de Estado intervencionista, corresponderia "em tese" ao chamado *Welfare State*, priorizando a intensificação da produção como meta básica para o crescimento econômico, o que, conseqüentemente, representaria danos irreparáveis ao meio ambiente natural. De acordo com Lesbaupin (2000) é o Neoliberalismo que se coloca frontalmente a este modelo de Estado.

Nesta época, o governo brasileiro fazia anúncios em jornais e revistas do primeiro mundo, de acordo com Viola (op.cit), tentando atrair indústrias poluidoras para o país, sem nenhum ônus com equipamentos anti-poluentes; argumentando na Conferência de

⁶ Para maiores esclarecimentos sobre assunto, ver VARGAS, 1996.

Estocolmo - 1972 - que "as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear a ascensão dos países em desenvolvimento".

O Estado, durante esta década, tentava atender às exigências de uma elite econômica que lhe dava legitimidade, e ao mesmo tempo procurava garantir as demandas da classe trabalhadora, asseguradora da reprodução de capital. Assim, segundo Meneses (1996), a industrialização maciça e tardia, além de incorporar padrões tecnológicos avançados para a base nacional, mas ultrapassados para o meio ambiente, causou uma intensa aceleração do crescimento urbano, o que associado às carências de infra-estrutura das cidades, conduziu os recursos naturais internos a um processo predatório de degradação.

Em um estudo intitulado "A Desordem do Progresso", o autor Cristóvam Buarque (1996) faz uma crítica bastante contundente aos efeitos desse modelo desenvolvimentista, quando aponta os níveis de insatisfação referentes ao momento atual, que se manifestam em diferentes níveis em relação à atuação do Estado. Segundo ele:

"Há uma degradação das relações do país com o exterior, em função de um modelo baseado em uma economia dependente de tecnologia, de capital, de recursos naturais, exigindo um endividamento crescente, que mostra claramente uma submissão às arbitrariedades e à exploração de parte do sistema financeiro internacional" (1996:56).

Assim como Buarque, Silva (1994: 61) percebe uma crise no Estado brasileiro além do seu caráter institucional político. Segundo esta autora, "essa crise também se constitui em uma crise de ordem ética e moral, em suas relações com a sociedade", onde o clientelismo, a corrupção, a falta de ética na política e os particularismos de todo tipo,

⁷ Ver: BUARQUE, Cristóvam, 1996

exacerbam atitudes individualistas e provocam uma descrença profunda nos seus aparatos públicos e nas instâncias legislativas de formulação de políticas”.

Durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, a resistência do governo brasileiro em reconhecer a problemática ambiental, assim como o problema da explosão demográfica, correspondia à política de atração de indústrias poluentes e ao incentivo da migração para a Amazônia, a fim de evitar a Reforma Agrária em suas regiões de origem. Entretanto, o governo, buscando melhorar sua imagem internacional diante das pressões de organizações ambientalistas presentes naquele evento, e motivado pela possibilidade da obtenção de empréstimos, cria a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), em 1973, um órgão que possuía atribuições voltadas a conservação do meio-ambiente e ao uso racional dos recursos naturais, como observa Viola (op.cit).

Dessa forma, utilizando-se do “Princípio da Soberania Nacional” de forma “*obsessivante*” nos termos Ferreira (1992), em um discurso de defesa do direito de uma nação explorar seus recursos de acordo com suas próprias necessidades, os argumentos do governo brasileiro findam sendo vitoriosos em Estocolmo (após controvertidos debates), tendo sido as políticas ambientais brasileiras modeladas internamente.

Para Ferreira, o posicionamento político brasileiro sobre as questões ambientais, no começo da década de 70, “foi um produto da aliança ‘*tecnoburocrata-militar*’, mantendo-se assim nos próximos anos, com os seguintes propósitos: priorização do crescimento econômico – parte mais antiga da ideologia – ; consideração dos problemas ambientais de acordo com os preceitos de soberania e segurança nacional e a compartimentação do gerenciamento ambiental, através da perícia burocrática” (GUIMARÃES, 1986 *apud*. FERREIRA, 1992: p. 95/96).

Nesse contexto os debates em torno da questão ambiental no Brasil se acentuam em torno do caráter predatório dessa *política desenvolvimentista*, uma vez que, este modelo de desenvolvimento, ao associar a elevação dos índices de consumo à melhoria da qualidade de vida da população, vem elevando os índices de degradação ambiental, poluição, e consequentemente, tornando os recursos naturais cada dia mais escassos. Este problema tem sido identificado como uma constante ameaça no município ora investigado, onde as reservas urbanas passam por um acentuado processo de degradação ambiental, como veremos mais adiante.

Na década de 80, várias transformações ocorreram no tecido social do movimento ecológico brasileiro. Viola (op.cit) salienta a mudança de caráter desse movimento. As transformações fundamentais ocorreram no movimento ecológico, do seguinte modo: os movimentos que priorizavam “a denúncia” como estratégia única de ação, foram substituindo a forma de “pensar” a formulação de seus objetivos e estratégias, passando a reconsiderar fundamentalmente a eficácia pontual das lutas, o que possibilitou visualizar vitórias concretas destas em várias cidades. Neste contexto, os processos decisórios no nível de políticas públicas, sejam municipais ou estaduais, foram afetados pelas lutas ecológicas, segundo o autor, passando estas a se fazerem representar, inclusive na esfera parlamentar em 1986.

É na década de 90 que a questão ambiental ganha uma nova roupagem, assumindo uma institucionalidade global, através da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou UNCED, em 1992. Nesta ocasião foi criada a Comissão para o *Desenvolvimento Sustentável*, na ONU, e um Fundo Geral para o Meio Ambiente - GEF. Uma crítica bastante pertinente feita por Layrargues (1997) em relação a

esse tema, refere-se ao aspecto estratégico no lançamento da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela ONU, em 1973, presidida por Gro Bruntland,. De acordo com este autor, " utilizando um discurso de cooperação em termos de preocupação com as questões ambientais, entre países em desenvolvimento e em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social, essa comissão pretendia "convencer" que existiriam preocupações comuns à humanidade que demandariam esforços também comuns a todos, premissa apoiada no título preparado para a conferência de Estocolmo "*Nosso futuro comum*" (1997: 23)

Esse discurso vem mascarar a existência dos principais atores sociais responsáveis pela degradação ambiental, em nível mundial, além de omitir um contexto histórico que gerou a crise ambiental. Layrargues, ainda critica o fato de se dar uma ênfase especial à pobreza, e suas consequências para o meio ambiente, pois o relatório tenta justificar a necessidade da continuidade do crescimento econômico e omite o peso da responsabilidade ambiental do consumismo dos países do Norte.

A opção de "priorizar" o crescimento econômico, que é parte de uma política Neoliberal de governo, torna impossível a sustentabilidade do desenvolvimento.

Na opinião de Lesbaupin, (op. cit) " com o Neoliberalismo afirma-se a falência dos Estados Nacionais: estes não teriam mais poder para determinar suas políticas econômicas, em face da globalização da economia. De acordo com este autor, os governos pressionados ou identificados com este modelo, empenham-se decididamente em derrubar tudo aquilo que permita ao Estado ter força para intervir" (2000:23).

Segundo Strohn (1995: 277), é uma questão de reverter a definição das prioridades das políticas sociais e ambientais, no interior do Estado, normalmente subjugadas

aos interesses de setores econômicos, deixando à margem as tentativas de planejamentos globais de políticas públicas, voltadas para a melhoria das condições sociais e do controle da qualidade ambiental.

No meio ambiente urbano, vem aos poucos ganhando espaço, no campo concreto das políticas pensadas para este setor, a idéia de que uma abordagem integrada dos problemas urbanos, enfocados sob a ótica do meio ambiente, pode gerar novas questões a serem contempladas na agenda de planejamento e gestão das cidades. No entanto, de acordo com Pacheco *et al* (1981: 47), “no aspecto teórico-metodológico, a questão ambiental não tem ainda um estatuto delimitado, concorrendo para isso o tratamento dissociado que a ecologia e a questão urbana recebem no campo das Ciências Sociais”. Estes autores propõem uma redefinição da questão ambiental nas Ciências Sociais, sugerindo uma superação do reducionismo contido na tradição marxista-estruturalista aplicada aos estudos urbanos, a partir da qual, segundo eles, “a questão ambiental é vista como um mero desdobramento da luta entre capital e trabalho, enquanto buscam, na perspectiva estruturalista, explicar a contaminação ambiental como produto do desenvolvimento capitalista” (1981:48).

Ferreira (op.cit) apresenta o enfoque marxista tradicional em relação ao meio ambiente. Segundo a autora seu argumento baseia-se na noção de que:

“ os problemas ambientais representam irracionalidades próprias da produção capitalista e incorporam contradições sociais, posto que decisões de produção que são racionais para o capitalismo tendem a ser desastrosas para a sociedade como um todo”(1992:30)

Frente a esse reducionismo, Vieira (1993:26) propõe um tratamento interdisciplinar, em termos de um novo objeto científico, da problemática socioambiental que.

se constitui em um vigoroso instrumento de integração de conceitos, teorias e métodos desenvolvidos em praticamente todas as especialidades existentes. No entanto, para o autor, ainda é um desafio tratando-se de viabilização política de estratégias de focalização integrada dos objetivos simultaneamente sócio-econômicos, político-institucionais, culturais e ambientais do processo de desenvolvimento.

De acordo com Strohn (1995), são muitas as dificuldades de ordem metodológica que ainda se interpõem na construção de uma visão de planejamento interdisciplinar, compreendida como a apreensão *holística* da realidade, ou seja, pensar globalmente e agir localmente, principalmente quando se trata de conceber metodologias interdisciplinares de estudos aplicáveis aos planos e programas de desenvolvimento. Segundo esta autora, a interdisciplinaridade só pode ser alcançada mediante a interação de vários campos do conhecimento que, como resultado, produza uma "*axiomática comum*". A autora usa essa expressão, referindo-se à crítica de Maria Novaes Pinto (1989) à fragilidade da contribuição de estudos monodisciplinares presentes nos planos e programas ambientais, que tratam do entendimento das interdependências entre os subsistemas naturais e sociais.

Vieira (*op.cit.*) ainda aponta uma outra dificuldade sobre a dimensão humana, relacionada à problemática ambiental no Brasil, que tende a desafiar o crescimento cumulativo das investigações, que é o "não surgimento de respostas políticas capazes de transcender a ideologia conservacionista predominante, no que se refere à adoção de medidas paliativas para contornar problemas de degradação ambiental, a fim de evoluir rumo a um novo projeto de sociedade". Tais projetos implicariam mudanças de comportamento, e percepção em relação as questões ambientais.

Apesar de considerarmos a relevância desta concepção sobre comportamento, o

que implicaria certamente uma questão de percepção, relacionada à questão de "valores sociais", como especificam Ferreira (1992) e Vieira (1993), não gostaríamos de enveredar por esse caminho, o que representaria um desvio do objeto principal deste estudo, às políticas públicas referentes a gestão de recursos hídricos, para o município de Campina Grande.

1.3 – Políticas públicas no contexto ambiental urbano: um debate sobre a (Des)centralização do Poder Local

Neste início de século, a Geopolítica mundial vem passando por profundas transformações. O fenômeno da globalização, que gera uma grande mobilidade nos fluxos comerciais nos meios de comunicação e transportes, possibilitada pelo avanço tecnológico, tem sido alvo de acirrados debates e manifestações entre aqueles que vêem essa *mobilidade* como um grande impulso para o desenvolvimento econômico e integração de países, em nível global, e aqueles que vêem esse processo como grande intensificador da exclusão de povos e países que não dispõem de meios financeiros e/ou tecnológicos para integrar-se aos grandes blocos financeiros mundiais, constituídos pelos chamados países centrais. O fato é que não se pode ignorar seus impactos, a exemplo da *crise dos Estados nacionais*. E esse cenário marcado por “atores globais” tem gerado novos desafios aos chamados “atores locais”, ou seja, aqueles que, segundo (NETO; ARAÚJO, 1998) operam em espaços locais.

Neste contexto, de acordo com esses atores, a globalização tem se revelado perfeitamente compatível com os processos de *descentralização*, em que os espaços locais, sobretudo urbanos, têm obtido profunda relevância. Ainda sob esse ponto de vista “as cidades são capazes de assumir a centralidade das ações de intervenção nas diferentes esferas da vida social e de atuar como elo de articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e diferentes instâncias do Estado” (Castells & Borja, *apud*. NETO; ARAÚJO, 1998: 10).

Antes mesmo de lançarmos essa discussão sobre “descentralização e poder local” advertimos que há uma tendência à valorização desses conceitos, em estudos sociológicos recentes, principalmente naqueles que se referem a problemas inerentes aos

espaços urbanos. Assim, gostaríamos de chamar atenção para a observação de Arretche (1996) a respeito deste ponto.

Segundo esta autora, a partir da década de 80, com o acentuado processo de reformas do tipo descentralizador em vários países, surge um consenso de uma contraposição entre os termos centralização e descentralização em torno da democracia, em que “formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e mais eficientes, elevando os níveis reais de bem-estar da população, enquanto a centralização passou-se a associar práticas não-democráticas, ausentes de transparência e de políticas públicas eficazes” (1996: 45).

A preocupação da autora, nesse sentido, se dá não em valorizar um ou o outro conceito, mas em desconstruir o mito da contraposição entre ambos, sob o seguinte argumento:

(...) a concretização dos ideais democráticos depende menos da escala ou nível de governo encarregado da gestão das políticas e mais da natureza das instituições que, em cada nível de governo devem processar as decisões.”(1996: 45)

A razão pela qual nos utilizamos do argumento da autora, justificando a não valorização de um conceito em detrimento do outro, se deve ao fato de nossa problemática de estudo estar diretamente relacionada à uma proposta descentralizadora de políticas públicas, referente aos recursos hídricos a qual pretendemos analisar, com base na lei 9.433 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, assim como na Legislação estadual, que se encontra direcionada, através dos seus princípios básicos de gestão, para essa proposta.

Consideramos de suma importância a análise de Lesbaupin (op. cit) sobre este tema, uma vez que concordamos com opinião deste autor, de que “apesar de ser o incentivo à

descentralização, (em termos de esferas governamentais) uma iniciativa Neoliberal de desonerar o governo central, centralizando recursos, mas se descarregando de responsabilidades que distribui entre governos estaduais, municipais e ONGs, a descentralização não é pois um bem em si mesma: ela é apoiada, tanto pela direita como pela esquerda, mas por razões diversas, podendo significar maior participação, mais cidadania, ampliação do processo democrático, assim como pode restringir a democracia"(2000: 46).

Assim, a nossa pretensão, em relação ao uso desse conceito, é de chamar atenção em relação a dois aspectos além deste mostrado por Arretche, a saber: a importância da contextualização, tanto em relação ao campo de atuação e movimentação dos atores envolvidos com as políticas públicas, e as contradições existentes entre as propostas de formulação e a implementação dessas políticas (des)centralizadas, conforme será visto no capítulo dois.

Segundo Carlos Jara (op.cit), "A formulação e a implementação de políticas públicas devem ser feitas de forma descentralizada", destacando, nesse sentido, a importância de um sistema transparente de informação, como meio de articular o município como um todo, tanto ao governo local quanto aos cidadãos, possibilitando assim o envolvimento da sociedade civil nos processos de gestão local (JARA, 1998: 17).

É a chamada "gestão democrática" da cidade, proposta que, no Brasil, se vê associada àqueles que participam do movimento pela reforma urbana. No cenário internacional este novo formato de governo local se aproxima da governança urbana⁸.

⁸ De acordo com Souza e Blumm (1999) "Neste modelo de governo, que envolve um conjunto completo de organizações de origem pública, privada e não-governamental, o tema da autonomia política local, adquire maior relevância, na medida em que passa a se distinguir mais claramente de governo local".

O reforço do poder local, a descentralização das decisões através de uma maior participação da sociedade civil no governo, o aumento das parcerias Estado-sociedade e uma maior transparência de gestão pública, são algumas das proposições relacionadas à forma de governo Neoliberal, emergida no início da década de 80 na Inglaterra e em seguida, Estados Unidos, ampliando-se ainda para outros países da Europa. De acordo com Anderson (1995), a hegemonia desse modelo não ocorreu da noite para o dia, levando aproximadamente uma década, os anos 70.

Em um artigo intitulado “ Governabilidade e descentralização”, Dowbor (1996:25) discute a função do Estado moderno, e ressalta que, mesmo após a implementação de políticas liberalizantes tanto nos EUA quanto no Reino Unido, constata-se uma forte progressão global do Estado, particularmente na fase recente, justificando através de dados estatísticos, que tais sociedades se modernizaram, reforçando o Estado (embora o crescimento dos funcionários públicos tenha sido maior em níveis locais do que federais), o que iria de encontro aos defensores de um “estado pequeno e eficiente”, em prol de um caótico processo de privatizações.

O fato para o qual Dowbor (1996:) chama atenção é o de que, se tais sociedades se modernizaram reforçando o Estado, o eixo principal de ação não consistiria em cortar segmentos da administração pública, mas em buscar um melhor funcionamento das instituições, de forma mais flexível e democrática.

Outro aspecto discutido pelo autor, diz respeito aos diferentes processos de urbanização na maioria dos países desenvolvidos , que tiveram seus empregos gerados nas cidades, e países, a exemplo do Brasil, que tiveram seu crescimento a partir da “expulsão” de trabalhadores do campo, gerando um processo de urbanização tardia, o que resultou no

surgimento de milhares de pequenos “dramas locais”, relacionados a problemas de infraestrutura, habitação, sistemas de abastecimento etc. Ou seja, segundo este, “os municípios situam-se na linha de frente dos problemas, mas no último escalão da administração pública” (1996: 26).

A argumentação desenvolvida pelo autor caminha no sentido de que, uma sociedade quando passa de espaços descontínuos rurais a um espaço constituído por vilas e cidades, começa naturalmente a se organizar em torno “de espaços locais” onde se reside, daí à participação direta dos indivíduos adquirir um peso bem maior.

Aqui retomamos a idéia de descentralização, lançada no início dessa discussão, sobre a chamada “gestão democrática e participativa”, em que, de acordo com Dowbor, (*op.cit.*), “trata-se de entender a evolução das formas de organização política que dão sustento ao Estado”. Segundo este, a modernidade exige, além dos partidos, sindicatos e comunidades organizadas de acordo com os seus interesses, para dar sustentação a participação dos cidadãos na gestão dos interesses públicos.

Esse modelo de gestão, baseado na participação “ampliada” da sociedade, uma vez que não se restringe à representação via partidos políticos, nos parece ainda um grande desafio, principalmente quando se trata do nosso objeto empírico de estudo, uma vez as políticas públicas referentes aos recursos hídricos no município de Campina Grande, parecem fazer parte de uma “crise” *relativa*, não apenas a competência entre esferas de governo, mas a obstáculos trazidos por uma questão de maior complexidade, que é a disputa pelo poder político, entre o estado e o município.

Celso Daniel (1998) em um estudo que tem como tema, Poder local e Brasil urbano, discute as diferentes faces do poder político local⁹.

O autor chama atenção para o uso do termo *local*, que, no Brasil, remete a esfera municipal. No entanto, “o lugar de exercício no poder não se resume ao Estado – prefeitura e câmaras municipais, no nível local – mas se dissemina em múltiplas instituições sociais, sendo preciso considerar suas diferentes modalidades, para poder se compreender a virtualidade de suas crises”.

Em relação às atribuições, Daniel (op.cit) revela que a ação do poder político local se concentra muito mais nas condições de reprodução da força de trabalho do que nas condições para a reprodução do capital, sendo atividades referentes ao sistema viário, trânsito, saneamento, uso e ocupação do solo, concorrem mais para a reprodução de capital. No entanto, além dessas atividades, a saúde, transporte coletivo, iluminação pública, educação, cultura, esportes e lazer remetem à reprodução da força de trabalho, mas para o capital, estando o poder político central encarregado muito mais de tarefas referentes à reprodução do capital.

Conforme Daniel (op.cit) “a autonomia municipal, trata-se de uma autonomia relativa do poder local em relação ao Estado, garantida em primeira instância pela eleição direta dos governantes locais (prefeitos e vereadores), tendo poder específico de definir e aplicar normas legislativas no quadro das Constituições federal e estadual, dispondo os

⁹ O autor denomina de *poder econômico local*, o conjunto dos setores capitalistas cuja lucratividade depende das ações de regulamentação e produção de obras e serviços públicos de interesse local, levados a efeito pelo poder político local; já o poder social local, trata-se de múltiplas expressões de poder, representados pelas elites locais – agrupamentos sociais que se julgam portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e seu futuro -. Outra modalidade são os *movimentos sociais*, representados por entidades como sindicatos, associações de bairro etc. o que une os integrantes dos diversos tipos de movimento é a percepção de uma carência comum. (DANIEL, Celso, 1998)¹

Municípios para isto, de um montante de recursos, destinados à implementação do que se considere de interesse local – as competências municipais “(1998:27).

Quanto aos tributos, a arrecadação dos municípios se dá , principalmente com base na arrecadação própria e das transferências tributárias das esferas Federal e Estadual. Porém, ressalta o autor, que, dado o crescente processo de urbanização entre as décadas de 60 e 80, as demandas por obras e serviços públicos, de competência municipal (abertura e pavimentação de vias, transporte coletivo, saneamento básico, limpeza pública etc.) se elevaram além da tributação, que, na sua forma atual, tornou-se insuficiente para suprir tais demandas (1998 *op. cit*).

O autor recorda ainda que, no caso brasileiro, a existência de sérias limitações impostas à autonomia municipal, a exemplo da negação do direito a intervir sobre as condições do meio ambiente, e em particular sobre as empresas poluidoras. Em Campina Grande, a Curadoria do Meio ambiente do Município é responsável pela implementação das ações referentes à “punição” as empresas, que ultrapassam os limites de emissão de efluentes industriais nos mananciais, reservatórios etc. Porém, esta ação, depende de uma fiscalização da SUDEMA, através da qual são emitidos à Curadoria, pareceres técnicos sobre este, e outros tipos de ação poluente no município, o que restringe e ou dificulta a ação deste, neste sentido.

Compete à União e às Unidades federativas a *formulação e implementação das políticas públicas* nesse setor. Esse assunto merece destaque em nossa discussão, tendo em vista a situação de conflito que tem “ impossibilitado” uma política que integre as diferentes esferas de governo, principalmente Estado e Município, ficando este último – ao menos a sua população - bastante prejudicada com essa falta de integração entre tais esferas.

Segundo Cohn (1998:151), os termos e conceitos presentes na Constituição anterior a 1969 são ambíguos, uma vez que, fundamentam a concentração absoluta de poderes e recursos financeiros nas instituições federais, e definem atribuições e competências residuais para o nível estadual, enquanto para os municípios define somente atribuições de interesse local específico. Ainda segundo a autora, com a consolidação das chamadas ‘competências concorrentes’ entre as três esferas de governo, as políticas sociais, não só, não foram superadas no texto constitucional de 1988, como implicam nessa área, na descontinuidade de políticas e programas sociais, marcados fundamentalmente por não serem sequer políticas de determinados governos específicos, mas de determinados governantes.

Talvez essa seja uma questão das mais relevantes, em termos de ação governamental, no município em estudo, uma vez que persiste a luta pelo poder político local, por grupos rivais representantes das esferas estadual e municipal de governo, o que acarreta sérios problemas não apenas de ordem política, como sugere em entrevista concedida a um Jornal local, um representante do setor das Indústrias do município, quando questionado sobre as políticas do Estado, a respeito da crise do abastecimento d’água no município:

“O grande problema nosso é a desinformação dos nossos políticos sobre Brasil e Paraíba. Cada um está mais ou menos como abajur: só vê a sua cidade, só dá para iluminar a sua cidade. Não está vendo o Estado como um todo. A diferença em relação aos políticos de outros estados, é que eles conhecem o seu estado integrado a um país. Nós não estamos fazendo reivindicar. Os nossos parlamentares só reivindicam aquelas verbas que são orçamentárias, mas não tem tido a capacidade de elaborar projetos de grande envergadura, para gerar desenvolvimento no Estado”.(Jornal Diário da Borborema, 12 de Novembro de 2001).

Essa “desarticulação” entre essas esferas de governo, também gera desajustes

de ordem econômica, principalmente, quando se trata da aquisição de verbas para o município, como demonstra um representante da Secretaria de Recursos Hídricos municipal:

“ A prefeitura de Campina Grande não recebe atualmente (que eu saiba) nenhuma ajuda do governo do Estado. A prefeitura administrada por C. C. L. só consegue algum recurso, quando ele, o prefeito, vai a Brasília com sua equipe, secretário da área específica, quando for o caso e recebe o dinheiro. Como foi o caso do canal de Bodocongó, que o prefeito conseguiu a verba e está terminando o serviço”.(sub-secretário de recursos hídricos de C.G., 06/08/2000)

A respeito do processo de descentralização ocorrido ultimamente na América Latina, observa-se que o repasse de verbas aos governos locais, é muito pequeno tanto do nível Federal, quanto estadual, para que os municípios possam desempenhar os novos papéis que lhe são atribuídos (Oficina Regional para América Latina y El Caribe, 1995 *apud*. Caccia-Bava, 1996).

De acordo com Cohn (1998), os municípios são definidos pela Constituição de 1988 como membros da Federação, em que, conforme o artigo 18, “a União, os Estados , o Distrito Federal e os municípios, são todos autônomos...”, sendo a partir daí, que se começa a associar descentralização à municipalização, vinculando-a ao processo de autonomização das distintas esferas subnacionais.

O que se percebe de acordo com as considerações acima, é que não se trata de valorizar ou não a descentralização nesses moldes, mas de analisar tal processo diante dos sérios obstáculos, tanto de natureza econômica quanto política, já enfatizados, o que, segundo Cohn (op.cit) gera uma “tensão” em torno de duas lógicas distintas entre diferentes esferas de governo”, a exemplo do que sugere esse estudo, no caso do município ora investigado.

“Essa tensão refere-se ao predomínio da lógica econômica, no nível federal, voltada para a diminuição do gasto público daquela esfera de governo, e ao predomínio da lógica (ou lógicas) política(s) no nível local, voltada(s) tanto para a satisfação da demanda imediata quanto para a concepção da descentralização como uma estratégia de democratização das relações entre Estado e sociedade civil, além da possibilidade de reestruturação do próprio Estado para imprimir-lhe maior eficiência na prestação de serviços. (Cohn, apud Caccia-Bava e Soares, 1998:)

Tendo em vista ser o nosso enfoque principal de estudo direcionado a esfera das políticas públicas de gestão e uso dos recursos hídricos em Campina Grande, analisaremos as práticas do “poder político local”, a partir das limitações impostas aos governos locais, já mencionadas, tanto em relação a arrecadação de tributos, quanto das atribuições de competências referentes a este setor.

Por outro lado, apesar de reconhecermos a “impotência” dos governos locais em relação a questões como as ambientais, uma vez que cabe às esferas estadual e federal a legislação e a implementação da maioria das ações referentes a este setor, percebeu-se durante a pesquisa de campo, conforme alguns representantes de órgãos públicos e privados, a existência de uma certa “falta de empenho” do governo local em buscar meios, junto ao governo estadual, e até Federal, alternativos ao problema do abastecimento d’água no Município em estudo.

Gostaríamos de por em crise o “interesse” da Prefeitura municipal de Campina Grande, em resolver, ou até mesmo em discutir alguns problemas diretamente relacionados a questão do abastecimento do Município, já que o açude de Boqueirão esteve com 16% de sua capacidade hídrica, em Novembro de 1998, o que levaria à deterioração da quantidade da

água, em níveis elevados. Em entrevista concedida, durante a coleta de dados, o diretor do Ibama de Campina Grande, nos informou que:

“Infelizmente, não houve nenhuma participação da Prefeitura, apesar das solicitações do Ministério Público para discutir a resolução dos problemas de Boqueirão, não houve nenhuma participação efetiva nem afetiva da prefeitura municipal” (Diretor do Ibama, 13/08/2001)

Entendemos que o “distanciamento” dessa esfera de governo em alguns aspectos referentes a problemática ora discutida neste estudo, pode ser atribuída tanto ao jogo de interesses entre estes e os representantes da esfera de governo estadual, em responsabilizar o grupo rival pela negligência de ações desse tipo, como também ao próprio caráter formal da legislação dos Recursos Hídricos, que conforme já discutimos anteriormente, reduz bastante as atribuições do município, quando se refere a questões dessa natureza.

Em 23 de Fevereiro de 2001, foi enviado pelo Governo Federal, para ser votado em caráter de urgência urgentíssima, pelo Congresso, o Projeto de Lei 4247, que prevê a quebra da titularidade da concessão das prefeituras municipais em relação ao saneamento, passando esta a pertencer completamente ao Estado. De acordo com este projeto, a operação, manutenção e administração dos pequenos sistemas de abastecimento é feita por áreas metropolitanas maiores, uma vez que os municípios que possuem esse tipo de sistema não conseguem cobrir esses custos com arrecadação própria, sobrevivendo do chamado subsídio cruzado vindo dessas áreas, como João Pessoa, Campina Grande etc.

“Vários órgãos e entidades (Associação brasileira de Engenharia Sanitária – SEMAE; a CONFEA, que congrega os CREAS nacionais, e alguns partidos políticos, a exemplo do PT, Partido dos Trabalhadores, se uniram formando a chamada Frente Nacional de Saneamento, para combater esse projeto.

Como faço parte da diretoria do sindicato da Cagepa, sou diretor regional da Borborema, tentei por várias vezes contato com a prefeitura municipal, para discutirmos esse assunto, mas já tivemos lá duas vezes e não fomos recebidos pela Secretaria. Nós já fomos recebidos pela Arquidiocese, pela FIEP, pela UFPB, e muitos outros órgãos, para discutir o problema dos recursos hídricos do Estado da Paraíba, mas na prefeitura de Campina Grande, encontramos dificuldades”. (membro do sindicato da Cagepa, engenheiro mecânico, 04/07/2001)

Tudo leva a crer que essa “falta de empenho” da PMCG, está relacionada à disputa pelo poder político no Estado, e, conseqüentemente a um jogo de interesses, em que os agentes integrantes dos órgãos aos quais competem as políticas hídricas para o município, tentam demonstrar-se isentos diante desta disputa. No entanto, na prática, isso torna-se bastante difícil, tendo em vista o fato de a maioria desses órgãos fazerem parte da esfera municipal ou estadual de governo.

Durante a fase da pesquisa de campo, os conflitos e contradições se relevaram ainda mais evidentes entre aqueles chamados por Rêgo (op.cit) de “protagonistas da crise”, através dos “instrumentos” que integram os “bastidores” desta crise. Assim, decidimos analisar o comportamento dos agentes envolvidos na problemática de pesquisa, a partir da proposta discutida neste item, a respeito da formulação e implementação de políticas públicas de gestão de caráter “descentralizado e participativo”, uma vez que tal proposta condiz com aquela apresentada pela lei 9.433, já referida neste estudo, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa discussão toma como ponto de partida os *princípios básicos de gestão*, que, conforme preconiza esta lei, “são praticados hoje em todos os países que avançaram na questão dos Recursos Hídricos”.

Devemos ressaltar que alguns desses princípios, a exemplo da cobrança pelo uso da água, que faz parte das metas de gestão hídrica para o Estado, são medidas sugeridas e

adotadas pelos programas Neoliberais de Governo, a exemplo do que ocorrera na Inglaterra no governo Thatcher, onde, conforme observa Anderson , (op. cit) “se lançou um amplo programa de privatização que envolvia vários setores como a habitação pública, indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água” (1995: 12).

1.4 - Conflitos socioambientais no contexto urbano: orientações metodológicas

A partir da institucionalização da questão ambiental no país, ocorrida no início da década de 1970 (quando esta se politizou em nível mundial), as décadas que se seguem, de acordo com Vieira (op.cit), apesar de refletirem as crises de um processo de transição política, tiveram nas pesquisas acadêmicas e instituições ambientalistas, a demonstração da existência de importantes reflexões acerca desse projeto modernizador, vinculado a um modelo de desenvolvimento, que vem repercutindo intensamente na esfera ambiental e consequentemente, na estrutura do tecido social.

Nesse contexto, Viola (op.cit) chama a atenção para a emergência de uma nova geração de pesquisadores (estudantes de mestrado e doutorado) que, na Sociologia (e Ciências Sociais em geral) brasileira, está definindo algum tema dentro da problemática sócio-ambiental como objeto de suas teses.

Apesar de reconhecermos que este estudo encontra-se orientado por uma abordagem integrada aos problemas urbanos ambientais, sua finalidade principal é acrescentar dados à discussão sobre recursos hídricos (que encontra-se em dimensões globais), através de uma perspectiva de análise sociológica. Assim, elegeremos como enfoque central para este estudo, as contradições e conflitos existentes no “*modus operandi*” das políticas públicas, em

relação à forma de “gerar” e gerenciar os recursos hídricos para o município de Campina Grande. Dessa forma, tais políticas serão analisadas a partir das ações e (in)ações dos agentes responsáveis tanto pelos serviços de infra-estrutura hídricos, relativos ao abastecimento d'água ao município, quanto pelo gerenciamento dos reservatórios que devem garantir, quantitativamente e qualitativamente (em termos ambientais) esse abastecimento.

Identificar ou especificar grupos de interesses, em relação à questão ambiental urbana, não constitui uma tarefa simples. De acordo com Pacheco (op.cit), é necessário passar da percepção dos problemas ambientais (referentes ao senso comum) de "catástrofes e riscos eventuais", à consciência dos problemas cotidianos: tratamento e disposição de resíduos sólidos, localização de atividades poluidoras, abastecimento de água, captação e tratamento de esgotos, etc. problemas que, além de afetarem estruturalmente grandes (*e médias*) cidades do terceiro mundo, são objetos de luta que envolvem múltiplos atores sociais, movidos por diferentes interesses, em aliança ou em conflito.

A abordagem da questão ambiental no que diz respeito aos atores e aos conflitos de interesse, assume dimensões bastante complexas. Nesse sentido o nosso maior desafio, diante dessa proposta analítica, envolvendo os recursos hídricos, consiste em privilegiar essa questão, no âmbito das políticas públicas e os " arranjos institucionais" criados ou utilizados por seus agentes, quer seja para inibir, ou coibir ações que possam impactar ou gerar riscos à disponibilização e acesso aos recursos hídricos, por parte da população no município investigado.

Já que não podemos (temos plena convicção disto) enfrentar tal complexidade, tentaremos buscar elementos no campo teórico-metodológico, que sirvam de eixo norteador para o processo analítico, a fim de que possamos trilhar com menos dificuldade no vasto

campo dos conflitos. Assim à luz de recursos metodológicos propiciados por Nascimento (2001) em seu estudo sobre “os conflitos na Sociedade Moderna”, e da análise de Little (op. cit) a respeito dos “Conflitos Socioambientais”, pretendemos alcançar uma melhor visualização da problemática vigente.

De acordo com Nascimento (op. cit), o *status* dos conflitos, em termos de sociedade moderna, os fazem inerentes à própria sociedade. O autor se refere à contraposição entre o espaço *político-institucional* e o espaço *econômico mundial*. O primeiro refere-se ao “nascimento” do capitalismo enquanto sistema econômico mundial, sendo desenvolvido sob a regência do Estado-nação, um instrumento nacional, ou anti-mundial. O segundo conflito, que também é de ordem estrutural, de acordo com o autor, é a “antagonização do espaço econômico da desigualdade com o espaço político da igualdade”.

“Se o mercado é o nascedouro legítimo de nossas desigualdades modernas, o espaço da política nos faz iguais. (...) A desigualdade no acesso às riquezas é socialmente aceita e a igualdade na cidadania é uma conquista inquestionável no mundo dos direitos, cuja expressão emblemática é o processo eleitoral em que cada cabeça é um voto, independente dos níveis de escolaridade e riqueza ou das crenças religiosas ou, ainda das proveniências raciais” (2001:90)

Diante de uma visão “positiva” de Estado, o autor o enxerga como um eficaz instrumento regulador do mercado, controlando as desigualdades criadas pelo sistema econômico, exaltando a capacidade do *Welfare State*, em desempenhar essa função, e ressalta ainda o fato de que esses níveis de tensão (*nacional x mundial e igualdade x desigualdade*) encontram-se, simultaneamente, nas origens e na evolução da sociedade moderna.

Entretanto, é Little (2001), que nos informa com maior precisão como se deve

proceder em relação a uma análise referente a conflitos sócio-ambientais.

Este autor ressalta que, a análise de um conflito socioambiental deve ser feita a partir de uma *contextualização ambiental, geográfica e histórica*, apontando, para isto, alguns procedimentos: o primeiro passo seria *a identificação dos atores envolvidos no conflito* (em que cada ator social, deve ser entendido com base em seus interesses econômicos e ambientais), e o segundo seria *a identificação e a análise dos principais agentes naturais envolvidos no conflito* – o mundo natural deverá ser entendido não como elemento passivo, mas como agente ativo. O terceiro procedimento apontado pelo autor, seria *uma análise sintética e global do conflito específico*, que consiste em equacionar o poder entre os distintos participantes do conflito, tentando avaliar os poderes diferenciados e os antagonismos entre interesses, ideologias, símbolos e formas de adaptação dos distintos grupos sociais.

Entendemos que, no momento, não é possível uma análise detalhada sobre tais aspectos, uma vez que isso demandaria uma pesquisa bem mais ampla, envolvendo outras categorias, como educação, *valores sociais, status etc.*, o que não faz parte dos nossos objetivos, neste estudo. Assim, optou-se por analisar, em relação a este item, a questão dos interesses dos grupos e segmentos em relação tanto ao gerenciamento quanto ao uso da água, identificados nessa problemática.

Os últimos passos sugeridos pelo autor, seriam no sentido *analisar as relações sociais, políticas e econômicas entre os atores envolvidos no conflito*, e ainda identificar os *impactos ambientais existentes ou potenciais*. Também a despeito deste item, devemos advertir que a análise dessas relações neste estudo, é restrita à questão da água, estando implícita na “movimentação dos atores no campo de ação”, discutida no capítulo dois.

Desse modo, é importante ressaltar que o nosso interesse em utilizar as “

sugestões” de Little (op. cit) , assim como os procedimentos apontados por Nascimento (op. cit) para dar “corpo” a esta análise, não implica o cumprimento de todos esses passos seguidos por estes autores, mesmo porque é o próprio Little que chama a atenção para o fato de que a análise do(s) conflito(s), dada a complexidade do seu campo, não poderá seguir tais “orientações” como “receitas”.

Neste sentido, consideramos os elementos propostos por Nascimento (*ibidem*) como “definidores de um conflito” , de extrema importância no sentido de possibilitar, em termos metodológicos, uma análise desse teor. Segundo sua proposta, são estes: *natureza, atores sociais diversos, campo específico, objeto em disputa, lógica ou dinâmica de evolução, mediadores e tipologia*.

Vale ressaltar que tais elementos se entrecruzam e dão “corpo” ao conflito, a exemplo da informação do autor de que, a natureza do conflito - *que pode ser econômica, social, política, ambiental, cultural, doméstica, geracional, de gênero etc.* - e seus atores, assim como o objeto de disputa, definem o campo de conflito, que seria segundo Nascimento, o espaço de movimentação dos atores, um espaço definido que limita, tanto os seus movimentos, quanto os recursos a que podem recorrer em suas disputas.

Esse espaço – campo de conflitos – tem lugar definido em termos geográficos e sociais, onde ocorrem as lutas entre os atores, que podem ser: o Estado, grupos de indivíduos, organizações com identidades próprias etc.

Neste capítulo, tentaremos identificar cada um desses elementos no nosso contexto investigativo.

Durante a fase de investigação de dados, percebemos diferentes atores envolvidos com a questão hídrica do município de Campina Grande sendo, na nossa

concepção, os principais, no domínio da esfera pública: *Estado, Município, Governo Federal, e Ministério Público*, e na esfera privada: Indústria, Irrigantes, e o principal deles que seria a *sociedade civil*¹⁰ como um todo.

Outro elemento de possível identificação (embora neste caso, seja difícil identificá-lo, por não se tratar de uma espécie única de conflito, mas de várias, que se *entrecruzam*, nos termos de Pacheco, op. cit), está relacionado à natureza do(s) conflito(s).

Cada espécie de conflito tem seu espaço – campo de ação – próprio, e se manifesta nas formas de pensar e “agir” dos agentes envolvidos, assim decidiu-se pela visualização de duas espécies de conflito. Um, de natureza política, que é o conflito de cunho *político-partidário*, em que os principais protagonistas são *Estado e Município*. Tal conflito, neste caso, encontra-se vinculado à um episódio de luta de personalidades oligárquicas,¹¹ em busca de poder e prestígio, no estado da Paraíba. O que ocorre é uma espécie de “Guerra Fria”, em que o conflito, entre esferas de governo, permeia, interfere, e em alguns casos determina o campo de ações efetuadas por órgãos públicos, que integrando ou não tais esferas, findam por “tomar partido”, nesse jogo de interesses entre esses grupos. Isso será comprovado através de vários trechos de entrevistas citados no decorrer do capítulo dois, quando trataremos das políticas hídricas para o município.

Decidimos definir as demais espécies de conflito, ora analisados, como *sócio-ambientais*, na concepção já referida do termo. Tais conflitos envolvem grupos de indivíduos (a exemplo dos irrigantes de Boqueirão), determinados segmentos da esfera privada – Indústria – além de órgãos e Instituições da esfera pública, como o Ministério

¹⁰ A expressão “sociedade civil” aqui está associada ao conceito de mobilização das forças sociais identificadas com um determinado objetivo (Kapaz, Emerson, 1994). No nosso caso, refere-se a luta pela legitimação dos interesses de determinados grupos, em relação a problemática da escassez de água, no município de Campina Grande.

Público e o DNOCS. Esses agentes atuam, se articulando e ou se opondo entre si, em prol da luta por manter seus interesses, que variam desde a manutenção de condições mínimas para sobrevivência, no caso dos irrigantes, à busca do desempenho em termos de produção e lucro, no caso da Indústria; ou a luta para fazer cumprir as leis que garantam o abastecimento d'água para "si", no caso do município de Campina Grande, sob a figura do Ministério Público.

Em relação aos interesses que motivam cada um desses atores é importante destacarmos a observação de Nascimento de que "os atores não têm apenas interesses distintos, quando se encontram em conflito, mas também sentimentos, percepções e racionalidades diferenciadas" (2001:95).

O campo específico de atuação, ou *campo de conflito*, é desenhado pelas possibilidades de ação dos atores, seja através de regras de funcionamento ou de recursos a que estes podem recorrer, e é dimensionado por um determinado lugar, em termos geográficos e sociais. Em nosso caso, este lugar é o município de Campina Grande, e essas regras e recursos são buscados (ou não) nas próprias legislações que regem as políticas de gestão e manejo de recursos hídricos, no Estado. Em alguns casos, as regras e leis são negligenciadas ou "burladas" por alguns atores, com o propósito de conseguir êxito em um determinado aspecto, como é o caso da implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado, conforme veremos no capítulo dois.

Outro elemento apresentado por Nascimento, é o *objeto em disputa*, podendo ser este, material ou simbólico, divisível ou indivisível, laico ou profano, real ou irreal, de acordo com o autor. Neste sentido ele observa que, apesar dos objetos de conflito serem

¹¹ Ver: Morte e vida das oligarquias: Paraíba. GURJÃO, Eliete, de Queiroz (1994)

reduzidos, pelo senso comum, a bens materiais, a maioria reúne idéias, status e posição de poder que mobilizam os atores.

Verificamos, no decorrer da pesquisa de campo, que, apesar das manobras dos principais protagonistas (*Estado e município*) dessa crise, em fazer parecer à população que o objeto principal em disputa, trata-se apenas da *água, enquanto um bem público, e ora escasso – de uso comum* –, torna-se cada vez mais visível, aos olhos dos mais atentos, a presença de um outro conflito, que permeia toda a problemática dos recursos hídricos, que é a disputa pelo poder político entre esses dois grupos. Não se trata de negar a existência do conflito pelo uso da água no município, entre diferentes segmentos, como citamos anteriormente, mas de uma tentativa, por parte destes grupos, em camuflar através da primeira espécie de conflito, um segundo, que apesar de não podermos classificá-lo de mais ou menos grave que o anterior, assume proporções cada vez mais preocupantes, por serem seus participantes, os condutores das políticas de uso e gestão deste recurso para o município.

Desse modo podemos identificar distintos objeto(s) de conflito de diferentes naturezas. Uma vez que a água, enquanto um bem de natureza “material”, se transforma em objeto de disputa, não somente pelo seu uso enquanto tal, assume também uma natureza “simbólica”. Assim, transpondo para um outro *espaço de movimentação* dos atores em conflito, identificamos outros tipos de objeto em disputa, desta vez de natureza “política”, que é o próprio poder político, e de natureza “jurídica”, quando se trata da legitimação de ações dos atores que compõem essa esfera, em busca de *status* e ou de *reconhecimento*.

Definida a *natureza dos conflitos*, buscamos verificar como se dá a sua *dinâmica ou lógica*, no interior do campo de ação. Conforme Nascimento, essa *lógica* depende muito da natureza do conflito, podendo modificar-se bastante de acordo com sua

evolução. Segundo este, os conflitos podem ser classificados como *rápidos ou longos, intensos ou parcimoniosos, agudos ou crônicos*. Todavia, somos levados a enfatizar que, por tratar-se de diferentes tipos de conflitos a serem analisados, preferimos classificá-los de forma individual, apenas para efeito operacional de compreensão.

Durante a crise no sistema de abastecimento de Campina Grande que teve seu período mais grave entre 1998 e 2000, diversos tipos de conflitos ocorreram envolvendo (como já nos referimos) integrantes da esfera pública e privada, porém, decidiu-se analisar os chamados conflitos socioambientais, embora distintos em sua natureza.

O conflito entre os irrigantes e o Município de Campina Grande, representado pela figura do Ministério Público, através da Procuradoria do Meio Ambiente, se constituiu em um conflito *rápido e intenso*, marcado pela participação de diversos atores, foi alvo de discussões, protestos etc. Já o conflito “maior” entre representantes do Estado e do Município, que se configura sob uma dinâmica ou lógica estritamente política – embora não assumida, e ou disfarçada sob outros aspectos de interesse público, a exemplo da problemática das águas, discutida aqui – além de *intenso e longo*, podemos arriscar a especificá-lo também como *agudo*, no presente momento. Tentaremos comprovar tal classificação através da discussão sobre o caso da barragem de Acauã, que será desenvolvida no capítulo três.

Ainda de acordo com Nascimento, os conflitos possuem também *mediadores* ou *observadores*, além dos atores, que segundo este, “são grupos envolvidos marginalmente em um conflito, sem interesse definido, e em geral, vítimas de seus efeitos”.

São vistos como *observadores*, e principais vítimas dos efeitos, na presente discussão, a população como um todo, sobretudo as camadas de baixa renda, que, em nosso entender sofreram (e sofrem) os piores efeitos da crise, incluindo aí os moradores dos bairros

periféricos que, durante os períodos de racionamento, não dispunham de meios para armazenamento e os trabalhadores irrigantes, que mantinham seu sustento com plantios de pequena produção às margens do reservatório, impedidos de permanecerem trabalhando durante o acirramento da crise de abastecimento d' água.

Tentamos construir com a identificação desses elementos uma base, em termos metodológicos, que tem a função de “informar”, apoiados, principalmente, na sugestão de Nascimento, sobre o que este chama finalmente de *tipologia* do conflito, classificando-o de *simples e complexo*. Para este, os conflitos *simples* são aqueles que envolvem atores da mesma natureza, e os *complexos* (com os quais estamos trabalhando em nosso estudo), os conflitos que envolvem atores distintos, entre um grupo social e uma instituição, entre grupos contra o Estado e ou organização contra Estado etc.

Tendo em vista o fato de esse estudo se situar no campo de ação e estratégias das políticas públicas, em termos de análise de conflitos socioambientais, Little (op.cit) adverte sobre a dificuldade em desenvolver essa análise, dada a complexidade e profundidade das divergências nesse campo. O autor sugere que seria “mais realista falar de um tratamento dos conflitos e não de sua resolução”, uma vez que a compreensão básica de cada conflito, representa um passo prévio e necessário para tratá-lo. Neste estudo, essa compreensão, no âmbito das Ciências Sociais, se dará em torno da “movimentação” dos atores, ou seja, do comportamento destes, em torno da problemática vigente.

CAPÍTULO 2 – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO URBANO E AS POLÍTICAS HÍDRICAS PARA O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

2.1 – A identificação dos atores

A abordagem utilizada neste estudo, relacionada a interesses, tem como pano de fundo conflitos de cunho político-partidário. Nessa perspectiva, os grupos políticos que controlam as esferas Estadual e Municipal findam por "direcionar" ou atuar de forma central nesse processo, secundarizando os espaços de outros grupos ou segmentos sociais.

A noção de interesses desenvolvida aqui é baseada naquela utilizada por Castro (1991) “de que a modelagem de grupos de interesse resulta de um conjunto de variáveis históricas, sócio-econômicas, organizacionais e políticas, que atuam como fatores complementares no processo de formação e de organização de interesses, e não como teorias rivais ou mutualmente exclusivas” (*Berger, 1981 apud. Castro 1991: 18*)

Essas variáveis, apesar de não se encontrarem discutidas, explicitamente, neste estudo, se encontram implícitas no uso de mecanismos de ação de cada grupo que atua no contexto aqui analisado.

Após termos identificado, no capítulo anterior, os principais atores da “crise no sistema abastecimento em Campina Grande, entre o período de 1998 e 2000”, à luz dos estudos realizados por Rêgo *et. al* (*op.cit*), procuraremos agora situar tais atores, no campo de

conflitos, ou *campo de ação*, em que estes se encontram inseridos, através da “movimentação” de determinados instrumentos, conforme demonstra o quadro a seguir:

Atores e Instrumentos da crise do abastecimento em Campina Grande entre 1998 e 2000¹².

ATORES	INSTRUMENTOS
Governo Federal	DNOCS e IBAMA
Governo Estadual	CAGEPA, LMRS e SEMARH
Governo Municipal	COMDEC
Ministério Público do Estado da Paraíba	Curadoria do Meio Ambiente e (CAOP)
Irrigantes	Associação dos irrigantes de Boqueirão
Indústria	FIEP
Universidade	Comitê Técnico-científico do CCT/UFPB
Imprensa	Jornais e Emissoras de Rádio e TV.
População	Aprovação ou reprovação de medidas
Poder Legislativo Estadual	Comissão especial Suprapartidária p/ estudos da seca
Poder Legislativo Municipal	Debates e proposta da Câmara dos Vereadores

Devemos ressaltar que tais atores não coincidem exatamente com aqueles apresentados por nós nesse estudo – *Estado, Município, Governo Federal, Estadual e Municipal, Ministério Público, Indústria, Irrigantes, e enfim, a sociedade civil* -, por entendermos que os demais órgãos tiveram uma participação “secundária”, em termos de

¹² Este quadro consiste em uma adaptação do quadro contido no trabalho, Participação da sociedade na crise 1998-2000 no abastecimento d’água em Campina Grande, Rêgo, et al (2001)

influência tanto em relação às ações quanto à tomada de decisões no âmbito das políticas públicas para o setor ora investigado, durante a crise ocorrida entre 1998 a 2000.

Os autores deste estudo, ao fazerem um levantamento de cada episódio envolvendo esses atores e o que estes chamam de "instrumentos" da crise, destacam o papel do Ministério Público Municipal, por entenderem ser este órgão "o salvador" (*grifo nosso*) da ameaça de colapso hídrico no Município de Campina Grande, defesa bastante questionável, ao nosso ver, uma vez que percebemos a atuação deste órgão, como defensor "legal" e ou representante de vários segmentos ou grupos de interesse.

Por outro lado, consideramos como representantes, ainda que "não institucionalizados", da sociedade civil, os movimentos sociais que, através da Articulação do Semi-árido¹³, tiveram uma participação relativamente significativa (no caso da ameaça de colapso em Boqueirão), assim como continua sendo significativa a participação de grupos e entidades de apoio aos moradores que residem em áreas previstas para serem inundadas pela barragem de Acauã, assunto que será objeto de debate no capítulo três.

Entendemos que a *Articulação do Semi-árido*, apesar de direcionar suas ações, na maioria dos casos, à zona rural, teve um importante papel durante a referida crise, não apenas no sentido de chamar a atenção da sociedade, através da publicação de artigos, folhetos, promoção de debates etc. para os problemas (já citados) do Reservatório Epitácio Pessoa, como também, e principalmente, por atuar como "força de pressão" junto às autoridades responsáveis pelas políticas hídricas para o município.

2.2 – Sob a ameaça de um "colapso hídrico": identificando os agentes naturais

A falta de políticas públicas que apontem para soluções compatíveis com a baixa disponibilidade dos recursos hídricos e seus elevados níveis de contaminação, somados ao aumento das demandas sociais, (ocasionadas pelo crescimento urbano), comprometem cada vez mais esses recursos, o que, conseqüentemente, afeta a qualidade de vida da população, principalmente das camadas menos favorecidas. Essa situação é ainda mais grave nos países de terceiro mundo, onde a situação dos serviços de infra-estrutura, relacionados a esse setor, ainda é bastante precária, conforme demonstram as estimativas do relatório do Banco Mundial para o ano de 2000, referentes ao Brasil. Segundo dados desse relatório, 80% da população, mais de 120 milhões de habitantes, vivem nos centros urbanos. Destes, 75 milhões não dispõem de redes de esgoto sanitário, 20 milhões não contam com água encanada e 60 milhões não dispõem de coleta de lixo. Somente 3% do total do lixo coletado tem disposição final adequada, enquanto 63% são lançados em corpos d'água e 34% a céu aberto (Silva, 1997).

Nesse contexto, a cidade de Campina Grande, apesar de se encontrar no quadro da hierarquia nacional como um centro econômico regional com destaque para atividades comerciais, sendo o segundo pólo de crescimento do estado da Paraíba, não foge à regra dos problemas sócio-econômicos enfrentados atualmente no país, apresentando índices de indigência¹⁴ que chegam a atingir 41,40 % da população.

¹³ A Articulação do Semi-Árido é um Fórum de debates, formado por diversas pessoas e organizações integradas que apresentam propostas de políticas de recursos hídricos para a região Semi-Árida, procurando adaptar-se as limitações da região.

Mesmo entendendo que degradação ambiental não está diretamente associada à pobreza, sabemos que nas camadas mais carentes da população é que são encontradas as mais profundas "mazelas", no tocante aos serviços de infra-estrutura. Os dados estatísticos que se seguem, referentes a Campina Grande, comprovam essa afirmação.

Segundo dados do IBGE, referentes ao Censo Demográfico 2000¹⁵, a cidade de Campina Grande tem uma população residente na zona urbana de 337.484 habitantes. Desse total, apenas uma parcela da população conta com serviços de infra-estrutura ligados ao abastecimento em suas residências. De acordo com dados do IBGE, os domicílios particulares permanentes, que contam com as formas de abastecimento d'água, por rede geral, somam um total de 84.442. O total de domicílios abastecidos por poços ou nascentes equivalem a 1.906. Do total de domicílios na zona urbana, contam com banheiro e sanitário, 86.230, enquanto 3.651 domicílios particulares permanentes não dispõem do uso destes.

Estes dados foram citados não apenas no intuito de demonstrar a situação de "fragilização" em que se encontram as camadas mais carentes da população desse município, mas para também chamar atenção sobre a ação negligente de órgãos setoriais, responsáveis por esses serviços, ou ainda sobre a (in)ação de agentes que compõem as esferas públicas, representadas por esses órgãos que, ao nosso ver, compreendem um fator determinante para a deterioração da qualidade de vida dessas populações.

Devemos lembrar que a cidade de Campina Grande vem passando por um acentuado processo de crescimento urbano que, de acordo com dados apresentados no último censo demográfico do IBGE (2000), ainda equivale ao dos anos 70. Ainda de acordo com

¹⁴ O conceito de indigência utilizado aqui se refere, aquela população cuja renda corresponde a, no máximo o valor da aquisição da cesta básica, composta de 12 produtos a serem consumidos durante o período de um mês por pessoa. IPEA/ CPS - 1993 - In: A Fome Hoje (Almeida, 1993)

¹⁵ IBGE – Censo Demográfico 2000. <http://IBGE.GOV.BR>, 2002

estes dados, das 355.331 pessoas residentes no município de Campina Grande, 337.484 residem na zona urbana, enquanto apenas 17.847 vivem na zona rural do município.

Segundo Ferreira (1996:), o consumo urbano costuma ser o principal responsável pela poluição orgânica das reservas hídricas, devido ao lançamento constante de efluentes sanitários de residências e empresas, praticamente sem tratamento. No açude Bodocongó e no Açude Velho, reservas hídricas urbanas que, por essas razões, sofrem sérios danos ambientais e findam por tornar-se (principalmente o Açude Velho), além de inútil em termos de abastecimento, um sério risco à saúde das populações, especialmente das carentes, dado o alto grau de poluição dessas reservas.¹⁶

Apesar do Brasil contar com a maior reserva de água doce do planeta, em algumas regiões, como é o caso do Semi-árido nordestino, a situação de disponibilidade dos recursos hídricos sofre sérias limitações. Segundo os organizadores do Projeto Áridas,

"Na região Nordeste, o problema da água é o fator mais crítico do semi-árido, porque é limitativo tanto da ocupação humana quanto da atividade agropecuária. Mesmo assim, essa região não contou, até agora, com uma política integrada de recursos hídricos, e a fragilidade dos ecossistemas, cria riscos, não somente às espécies animais, mais põe em risco a ocupação humana, riscos estes, associados, inclusive à desertificação"(VERAS, 1992: 32).

Estando situada na área que compreende a região do Semi-árido nordestino, a cidade de Campina Grande encontra-se em situação privilegiada por sua posição geográfica. Localizada na mesoregião do Agreste paraibano, entre os níveis de 500 a 600 metros de altitude, este município encontra-se voltado para o litoral, sob a influência dos ventos alísios

do sudoeste, o que, somado ao fator altitude, traz a esta área temperaturas bastante amenas, quando comparadas a outras regiões do Semi-árido nordestino (Rodriguez J. 1997:12).

Por outro lado, o município se encontra localizado nas proximidades do divisor de águas¹⁷ da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, não sendo sua área banhada pelo rio principal dessa bacia. Segundo Rêgo, *et al* (2000:2)

Essa localização em zona de transição entre regiões com características físico-climáticas diversas, consiste em um dos fatores determinantes dos problemas de abastecimento d'água que a cidade tem enfrentado ao longo da história.

O município cresceu às margens do curso de água de menor ordem na rede de drenagem da bacia de onde se retirava o seu sustento hídrico, por meio de pequenos reservatórios construídos nos primórdios do seu desenvolvimento. Tais reservatórios (como o açude Velho e o Açude Bodocongó) perderam hoje suas funções abastecedoras, apresentando altos índices de poluição, conforme já foi descrito.

De acordo com Jacobi, (1996:23), a poluição hídrica emana de quatro fontes principais: *esgotos domésticos*, principais agentes de introdução de compostos orgânicos biodegradáveis nos sistemas aquáticos; *despejos industriais em águas residuárias*, variando tanto em volume quanto em composição; *despejos de agropecuária* (fertilizantes, pesticidas, herbicidas) levados pela água da chuva aos rios e lagos; águas urbanas de escoamento superficial.

O abastecimento da cidade de Campina Grande se constitui, atualmente, em um tema de grande preocupação para o município. Em meados da década de 50, as reservas

¹⁶ Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 80% das doenças da população do mundo são devidas à água ou veiculadas pela água (Vernier, 1998).

¹⁷ Linha separadora das águas pluviais; geralmente se encontra em níveis elevados.

hídricas do Açude Velho e de Bodocongó, que abasteciam o município, já não eram suficientes para atender às necessidades ocasionadas, pelo intenso fluxo do comércio local, principalmente formado por feirantes de gado e cereais, vindos do Sertão rumo ao Litoral.

Em 1957, foi inaugurado o açude Epitácio Pessoa, em um local denominado Boqueirão de cabaceiras (na região dos Cariris Velhos, a de menor índice pluviométrico do Brasil). Conhecido atualmente como "Boqueirão", esse reservatório abastece atualmente, além de Campina Grande, algumas comunidades do chamado Compartimento da Borborema: Boqueirão, Queimadas, Pocinhos, Caturité, Riacho de Santo Antônio, Galante e São José da Mata. (Rêgo *et. al*, 2000)

As adversidades climáticas comuns ao semi-árido nordestino - como as intensas estiagens e a distribuição extremamente irregular das chuvas nessa região - sempre representaram um grande entrave ao abastecimento em toda a região. Por outro lado, entendemos que, diante do crescimento das demandas, a falta de um estudo prévio, que tenha como preocupação básica e essencial investigar se a bacia hidrográfica está sendo impactada na sua função de produzir água (tanto em termos quantitativos quanto qualitativos), consiste em um dos fatores determinantes para a insustentabilidade dos mananciais e reservatórios, o que demonstra a falta de eficiência das políticas de gerenciamento de recursos hídricos, nesses casos.

Alguns autores¹⁸ alertam para " a necessidade de se gerenciar os recursos hídricos, adotando a premissa de que estes são escassos e que devem ser usados eficientemente. De acordo com estes, entre as diversas atividades da gestão desses recursos, está a do gerenciamento da demanda que busca limitar o consumo perdulário da água pelo

homem, mantendo-o em níveis que não comprometam a *sustentabilidade* do sistema de abastecimento como um todo.

Em Campina Grande, apesar das considerações feitas nos parágrafos anteriores, a problemática dos recursos hídricos evidenciou-se somente a partir da perspectiva de um colapso hídrico total, dada a ocorrência de uma grande estiagem entre os anos de 1997 e 1999. Durante esse período, a capacidade hídrica do reservatório Epitácio Pessoa (Boqueirão) se reduzia constantemente, tendo ocorrido pequenas variações no volume d'água da Bacia que o alimentava em curtos períodos chuvosos (ver anexo I).

Esse reservatório, que possui uma capacidade hídrica total estimada em 536.000.000 de m³, em observação realizada pelo LMRS, em Novembro de 1999, se encontrava apenas com 75.872.984 m³, o que correspondia 16,84% da sua capacidade total¹⁹. Durante esse período, a cidade já se encontrava sob o primeiro regime de racionamento d'água, que iniciado no segundo semestre de 1998, se estendeu até os primeiros meses do ano 2000.

Contudo, o Açude de Boqueirão permanece até hoje sendo a única fonte de abastecimento (de águas superficiais) de uma população estimada em 650.000 pessoas, o que compreende a população do compartimento da Borborema, além do município de Campina Grande.

De acordo com Little (*op.cit*) um dos procedimentos básicos para estudos que envolvem conflitos socioambientais é a identificação e análise dos agentes naturais envolvidos. Assim, se faz necessário reconhecer que alguns desses agentes contribuíram de maneira decisiva para a "agudização" da crise no sistema de abastecimento. Os resultantes de fenômenos de ordem físico-climática são: *os altos índices de evaporação, a salinização (que*

¹⁸ Braga; Ribeiro (2000)

¹⁹ SEMARH - LMRS-PB Hidroinforme.htm. 21/10/1999

contribui com o aumento da evaporação à medida que os sais tornam-se mais concentrados); as altas temperaturas dos meses de verão, que acentuam o processo de eutrofização²⁰ etc.

Estes fatores, têm levado a população do município de Campina Grande e adjacências a uma constante ameaça, em termos de abastecimento, pois, quando somados ao consumo diário urbano de residências e outras instituições, aos problemas de infiltração no reservatório, ao abastecimento de áreas irrigadas adjacentes ao reservatório e aos barramentos²¹, que, depois da evaporação, - considerado o maior vilão em termos de consumo de água - são vistos pelos técnicos, como um dos determinantes da insuficiência hídrica do reservatório.

Tais aspectos foram citados no intuito de demonstrar o grau de complexidade da questão hídrica na cidade. De um lado encontram-se as vulnerabilidades reais, que mesmo reconhecendo seu agravamento por fatores de ordem físico-climáticas, são de caráter socioambiental e, em termos concretos, constituem as reais demandas sociais, ameaçando principalmente as camadas mais carentes da população. De outro lado, estão os agentes decisores e gestores das políticas públicas, que transformam a problemática hídrica local, em apenas mais um aspecto levado a uma "arena", composta por interesses privados, que se digladiam mascarados, sob temas de interesse público.

²⁰ Enriquecimento natural ou artificial da água com nutrientes. Larousse, 1992

²¹ Consistem em açudes e barragens de pequena proporção, construídos a montante do reservatório, impedindo o curso natural do escoamento do rio Paraíba para o reservatório.

2.3 - A movimentação dos atores em um campo de conflitos, interesses e contradições.

Gostaríamos de ressaltar que a movimentação destes atores, no chamado “campo de ação”, não se confunde com as suas funções formais – quando se trata de órgãos ou instituições responsáveis pelas políticas públicas no setor dos recursos hídricos – apesar de ambas estarem limitadas pelas regras de funcionamento ou recursos a que estes podem recorrer. O que não significa que tais “possibilidades de ação”, como chama Nascimento (*op.cit*), não sejam transgredidas quando o campo de ação torna-se um *campo de conflito*.

Para melhor compreendermos essa aparente “dupla personalidade” destes, veremos quais são, nos termos da *legislação formal*, o papel das diferentes esferas de governo, a partir da proposta da lei 9.433, a respeito da formulação e implementação de políticas públicas de gestão de caráter “descentralizado e participativo”, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa discussão toma como ponto de partida os *princípios básicos de gestão*, que, conforme preconiza esta lei, são praticados hoje em todos os países que avançaram na gestão de seus recursos hídricos.

As políticas de gestão de recursos hídricos, se encontram reguladas a partir de uma escala hierárquica regida pela lei 9. 433. Foi a partir da instituição dessa lei, e com base em suas diretrizes, que vem sendo instituída em alguns estados brasileiros (*São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará, Distrito Federal, Pernambuco e Paraíba*) uma Legislação estadual de recursos hídricos, com alguns ajustes, conforme prevê esta Lei.

No estado da Paraíba, foi criada em 31 de outubro de 1997, a Secretaria

Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais (SEMARH) órgão responsável pela implementação dos princípios básicos de gestão hídrica. Conforme a Legislação Estadual de Recursos Hídricos, “o processo de consolidação” de suas leis elege como meta básica de atuação, no âmbito das políticas de gestão hídrica, uma gestão participativa e descentralizada, consoante com as Diretrizes da Lei Nacional.

Os princípios básicos de gestão dos recursos hídricos, estabelecidos segundo a legislação nacional, e de acordo com o artigo 2º da lei N º 6.308 da legislação estadual de recursos hídricos, são os seguintes:

I – O acesso aos recursos hídricos é direito de todos e objetiva atender as necessidades essenciais da sobrevivência humana.

II – Os recursos hídricos são um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser tarifada.

III – A bacia hidrográfica é uma unidade básica físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

IV – O gerenciamento dos recursos hídricos far-se-á de forma participativa e integrada, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos desses recursos e as diferentes fases do ciclo hidrológico.

V – O aproveitamento dos recursos hídricos deverá ser feito racionalmente de forma a garantir o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

VI – O aproveitamento e o gerenciamento dos Recursos Hídricos serão utilizados como instrumento de combate aos efeitos adversos da poluição, da seca, de inundações, do desmatamento indiscriminado, de queimadas, da erosão e do assoreamento.

A discussão que se pretende lançar neste item não contempla os detalhes técnicos que envolvem os aspectos bio-geográficos de alguns termos encontrados na redação destes princípios. Trata-se de discutir a implementação destes, a partir de aspectos sócio-ambientais, referentes à realidade do município de Campina Grande, no tocante as políticas efetivas aos recursos hídricos.

Antes de fazermos referência ao *modus operandi* das políticas públicas no Município de Campina Grande, em relação a tais princípios, se faz necessário definirmos

quais são as atribuições referentes a cada esfera governamental para esse setor, a fim de que se possa compreender melhor as contradições entre a formulação e a implementação destes.

Devemos ressaltar que essas atribuições, condizentes à competência de tais esferas, não se encontram discriminadas na Constituição Federal de 1988. O Par. 1º, do artigo 225, Cap. VI, sobre o meio ambiente, cita as atribuições referentes a esse artigo, como incumbência do “poder público”, não fazendo a divisão de competências por esferas²², de modo que tais atribuições estão previstas nas Legislações Nacional e Estadual, e ainda em Planos Diretores estaduais e municipais. Alguns destes, por serem bastante extensos e compostos de dados, que certamente requer conhecimentos técnicos em outras áreas, foram examinados durante a pesquisa de campo, de forma apenas parcial, como foi o caso do Plano Diretor de Águas e Solos de Campina Grande. Ainda serviram como fontes de informações, relatórios sobre estes documentos e materiais obtidos durante a participação em encontros, seminários e simpósios²³. Dessa forma, foram examinados: A Lei Nacional de Recursos Hídricos 9.433; a Legislação Nacional de Recursos Hídricos, a Legislação Estadual de Recursos Hídricos – edição atualizada de 2001 – e o Plano Diretor de Águas e solos do Município de Campina Grande além do Plano das Águas do estado da Paraíba.

Porém, o teor dessa análise recai, principalmente, sobre a Legislação Estadual dos Recursos Hídricos, ou mais precisamente sobre os princípios de gestão, citados no parágrafo anterior, uma vez que é ao Estado (Unidade da Federação) que cabe a maior parcela de responsabilidades em relação às políticas de recursos hídricos, através de seus instrumentos de execução, a exemplo da SEMARH, órgão de administração direta do poder executivo, que tem como finalidade planejar, coordenar, supervisionar e executar as ações

²² Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, 13ª Edição.

²³ I Encontro Nacional de Consolidação das Previsões Climáticas no Nordeste (Julho de 2001)
Simpósio Internacional sobre tecnologias de apoio à Gestão de Recursos Hídricos (Julho de 2001)

governamentais relacionadas com a identificação, aproveitamento, exploração e utilização dos recursos hídricos, minerais e meio ambiente, como demonstra o texto da Legislação estadual dos recursos hídricos , quando descreve as competências institucionais dessa secretaria:

I – coordenar a política de execução de programas e de ações de aproveitamento dos recursos hídricos e minerais e de prevenção do meio ambiente;

II – coordenar, em articulação com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, programas especiais voltados para a maximização dos benefícios sócio-econômicos no aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, minerais e do meio ambiente;

III – articular-se com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, visando a integração das políticas de prevenção do meio ambiente e dos recursos hídricos e minerais.²⁴

As atribuições do município referentes ao setor de recursos hídricos, como demonstramos em um breve histórico no capítulo anterior, foram bastante reduzidas, durante a década de 70, quando o governo federal, através do PLANASA, impôs a redução da participação dessa esfera de governo nesse setor.

De acordo com Arretche (2000) a descentralização na área de saneamento básico implicaria na municipalização dos serviços, ou seja, na transferência das funções de gestão dos sistemas de água e esgoto das companhias estaduais para os municípios. Ainda segundo a autora, a municipalização não obteve incentivo por parte do governo federal, que, ao contrário, limitou as ações de incentivos financeiros e administrativos a estes através do PLANASA, como já nos referimos no capítulo anterior. (ver: p. 9)

O Plano Diretor de Águas e Solos de Campina Grande, documento pelo qual nos orientamos em relação a essas atribuições, demonstra que as funções deste município estão direcionadas muito mais à zona rural, do que à zona urbana, atuando na esfera municipal como uma espécie de “suporte” de órgãos pertencentes às outras esferas de governo. Tal fato

pode ser comprovado através dos dados contidos no Projeto de Lei N º 10 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, no anexo referente às prioridades e metas do tema Agricultura e Meio Ambiente (ver: anexo II), como também através de uma entrevista concedida por um representante da Secretaria de Recursos Hídricos do Município de Campina Grande, quando se refere as atribuições deste órgão:

“A função da Secretaria é gerenciar todos os corpos hídricos em Campina Grande, desde águas subterrâneas, barragens subterrâneas a todos os açudes existentes no Município, além de pequenos barreiros, todos na zona rural, Distrito de Galante, Catolé de Boa Vista e S. José da Mata” (Sub-Secretário de R. Hídricos de CG, Agosto de 2000.).

Neste sentido, as ações dos municípios para este setor, são de caráter específico e contextual, e variam em função de determinados fatores que neste caso, estão relacionados muito mais à relação “política” entre esferas de governo, do que ao caráter formal de suas atribuições.

Essas atribuições se encontram ainda “limitadas” por fatores de ordem econômica, a exemplo dos problemas relacionados à arrecadação tributária dos municípios, impostas a este em relação a determinados assuntos da esfera ambiental, como observa Celso Daniel (op.cit) em uma discussão por nós mencionada nesse estudo anteriormente (ver: p. 32).

Outro fator, que demonstra o caráter específico dessas atribuições, é de ordem física. Trata-se da situação das bacias hidrográficas em que se situam os municípios, que, no caso de Campina Grande, apresenta sérios problemas ambientais.

²⁴ Conferir na Legislação Estadual Sobre os Recursos Hídricos – Estado da Paraíba/ SEMARH – João Pessoa- 2001:11

Assim, conforme demonstra o Plano diretor deste município, se constituem como metas para esse tipo de gestão “descentralizada e participativa”, as seguintes ações:

- Junto ao Governo Federal – DNOCS – efetuar o controle da operação de saída de água do reservatório que abastece a cidade (Boqueirão);

- Junto ao Governo do Estado – formulação de um abrangente plano diretor de recursos hídricos da bacia do Paraíba, concomitantemente à implantação de um sistema de gerenciamento dos mesmos; ampliar a participação da PMCG junto a CAGEPA, nas decisões sobre melhoria do abastecimento de água; campanhas de esclarecimento e motivação da população, no sentido de poupar água; correção das deficiências no sistema de coleta, tratamento e disposição de resíduos; possibilidades de aproveitamento de água subterrânea, como fonte hídrica complementar ao semi-árido (PMCG. 1996:9)

Foi através de informações como estas, obtidas durante a pesquisa de campo, que pudemos perceber também uma série de contradições entre o caráter formal dessas políticas públicas para os recursos hídricos, através de uma proposta política “*descentralizada e participativa*”, e as práticas utilizadas pelos instrumentos de ação que compõem os órgãos responsáveis pelas ações nesse setor. Assim, elegeremos alguns aspectos referentes à “*movimentação*” dos atores que compõem essa problemática capazes de revelar tais contradições:

O primeiro aspecto é em relação as limitações (já expostas) da bacia hidrográfica que abastece o município. Sobre tal problema, a Lei 9. 433 sugere a criação de comitês de bacias hidrográficas, que, segundo preconiza a política nacional dos recursos, seriam compostos por: representantes de órgãos públicos estaduais e municipais, da sociedade civil e dos usuários da água. Assim, o Comitê seria o órgão responsável pelas

decisões, medidas e intervenções nas áreas sob sua jurisdição, e a Agência das Águas seria o órgão executivo desse comitê. Porém, a forma como estão sendo implementados esses comitês no Estado da Paraíba, revelam um caráter *centralizado*, como afirma um dos membros do CAOP, em entrevista dada durante a pesquisa de campo:

"Os responsáveis pela criação dos Comitês são os governos, Federais, nas bacias federais, e estaduais, nas bacias estaduais. Nos governos estaduais, o governo é o catalisador, então ele deveria criar seus comitês, o que é muito difícil, porque o comitê é democrático, mas o governo cria o comitê, e assim delega poderes, e ninguém quer dividir seus poderes. Esse é um dos pontos difíceis dessa lei. Mesmo assim, o estado ter o poder maior dentro do comitê, não é problema, o problema maior, é o medo de perder poder quanto à ação dos comitês, e de fato perde, porque o comitê prevê a participação do poder público, da sociedade organizada e de seus usuários. Se o comitê não é criado então quem decide tudo é o poder público, o governo estadual, quando é o caso. Quando se cria para uma um comitê, então o poder público tem participação nele, que pode até ser forte, controladora, corre esse risco, se ele organiza..., mas, de qualquer forma tem o comitê, e este poder é uma parte do comitê. Mas enquanto o comitê não existe quem manda é o Estado, percebe? Por isso eu acho que a criação dos comitês não está existindo, porque não se quer dividir poder" (Membro do CAOP - UFPB, Agosto, 2001).

Denominado “*Parlamento das Águas*”, o Comitê de bacias é reconhecidamente citado como o órgão mais importante para a operacionalização deste tipo de proposta. Entretanto, a criação do Comitê de bacias do rio Paraíba, nos moldes previstos pela Lei 9.433, apesar de “anunciado” desde o início de 2000, até a presente data não aconteceu. Outra medida anunciada pelo governo do estado, foi a criação da AAGISA, anunciada em maio de 2001 pela SEMARH, que funcionará nos moldes da ANA, de acordo com o atual Secretário

estadual. Segundo este, a AAGISA irá monitorar e controlar o uso da água bruta no Estado, ou seja, a água dos mananciais, subsolo e bacias estaduais e federais na Paraíba.

A própria Secretaria, através da figura do seu representante, reconhece a importância da criação deste comitê, no entanto, apresenta um discurso que contradiz com a informação concedida pelo representante do CAOP.

*“O Comitê de bacias é um elo para esse modelo de descentralização, porque quem vai tomar a idéia é o modelo participativo. Sem a participação da sociedade, das comunidades, dos usuários de água, quem está efetivamente interessado não funciona modelo nenhum, modelo nenhum pode funcionar de cima para baixo”.
(Secretário de Recursos Hídricos do Estado 09/07/2001)*

De acordo com Nascimento (*op. cit*) “os atores se movimentam constantemente, ocupando ora uns lugares, ora outros, pronunciando discursos nem sempre coerentes. Nunca são estáticos e nem sempre perceptíveis em seus movimentos, o que torna a análise do conflito intrigante e difícil” (2000: 95)

Em relação à cobrança do uso pela água Bruta do Estado, é a ANA que faz o acompanhamento dos reservatórios em todo o país e regulariza o uso dos recursos hídricos, tendo como funções básicas, conforme a Lei n.º 9.984, de 17 de julho de 2002, “elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos comitês de Bacias, na forma do inciso VI do art. 38 da Lei 9.433/97” (SETTI et al, 2001: 295). Entretanto, o referido inciso a que se refere este parágrafo não deixa claro, em absoluto, quais são os critérios utilizados para mensurar os valores cobrados aos usuários. O artigo 38, inciso VI, da Lei 9.433, trata este

assunto da seguinte forma: "Compete aos Comitês de bacia hidrográfica, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados". (RODRIGUEZ, 1997:24)

O secretário estadual de recursos hídricos fala do funcionamento desta Agência, afirmando que foi com auxílio de técnicos do Banco Mundial que este estudo, em relação a cobrança pelo uso de água, foi efetuado:

"A tarifa de cobrança pelo uso da água é objeto de estudo de um trabalho feito pelo Banco Mundial, que está sendo realizado em todos os estados da Federação que têm interesse em avançar na gestão de recursos hídricos. Foi feito pelo professor Antônio Eduardo Lana, da UFRS, uma das maiores autoridades no Brasil e na América do Sul, na área de gestão, e o que ele avaliou a nosso pedido foi a capacidade de pagamento de cada setor usuário. O governo não pode simplesmente chegar e dizer "a água bruta custa tanto e acabou". Por exemplo, para a irrigação, a capacidade de pg. dos irrigantes hoje é zero. Os irrigantes não podem pagar pela água. O que a gente pode cobrar, digamos, um centavo por m³, é só simbólico, pra que se desperte a consciência de que aquilo é uma coisa que tem valor econômico e isso tá definido nas primeiras linhas de qualquer lei, inclusive na federal a 9.43/97. Então, a bem da criação dessa consciência em torno da água, de uma mudança de postura em torno da água poderíamos cobrar, digamos, 1 centavo dos irrigantes, sabendo que nos pólos agroeconômicos, como é o caso de Petrolina, essa capacidade não chega a 04 centavos. Então, a gente não tem como vir com uma lei de cima pra baixo e dizer "vocês vão pagar 3 centavos, ou 4, isso é um absurdo" até para setores que têm capacidade de pagamento, como por exemplo, a indústria. É bastante razoável, a Companhia de Águas, já que vende essa água a mais de 1 R\$ para o usuário, - só que a Cagepa vende um produto industrial chamado água tratada, porque não é água bruta. A água bruta ela compra o direito de uso da SEMARH e processa, bota cloro, torna tratada -. Se nós cobrarmos por ex. da Cagepa, 03 centavos por m³, ou 06 centavos, nós iríamos ter uma receita que irá nos possibilitar, cuidar desses mananciais, colocar fiscais 24 h por dia, cuidar da preservação ambiental desses mananciais, coisa que o Estado hoje, não tem como fazer

isso. Então a reversão dessa cobrança seria para estes fins, mudança de postura da população e preservação dessa água - vende-se o uso da água bruta, diferente de água tratada vendida pela Cagepa. Quando os Comitês de bacias tiverem implantados, eles vão dizer, para onde vai esse dinheiro, porque pode-se indicar que "a bacia está com problemas de matas ciliares - precisamos reflorestar - ou, precisamos desfazer aquela barragem que está impedindo água dos irrigantes..."(Secretário de R. H. do Estado, 09/07/2001)

A falta de clareza nas informações que tratam deste assunto, neste caso, começa a partir da Legislação Nacional, e vai até o órgão responsável pelo encaminhamento do Projeto de criação destes mecanismos, o que confirma a negligência de informações para com a população a respeito da efetuação de ações “pensadas” para a esfera de recursos hídricos no Estado, contrariando, mais uma vez, o “discurso” de *participação e descentralização*, presente na Legislação Nacional de recursos hídricos, e que vem sendo reproduzido pelos órgãos responsáveis pela implementação das políticas hídricas para o município.

Entendemos que essas contradições são extremamente nocivas a qualquer espécie de política pública, pautada ou não, em princípios democráticos e participativos, como propõem as atuais propostas políticas de gestão ambiental, tanto em nível local quanto global, a exemplo de algumas propostas da Agenda 21²⁵, na seção que tem como tema "*Cooperação e Parceria*". De acordo com este documento, esses são conceitos essenciais para a implementação desses princípios, uma vez que este documento dá forte ênfase a cooperação entre diferentes países, entre diferentes níveis de governo, nacional e local, e entre os vários segmentos da sociedade.²⁶

²⁵ Agenda 21, o caso do Brasil. MMA - Brasília, 1998

²⁶ Essas informações podem ser encontradas no Relatório Final da Comissão Especial Suprapartidária - Agosto, 1999

A opinião de um representante dos interesses de um grupo, considerado um dos mais importantes, no município de Campina Grande - as indústrias - que teve uma participação bastante ativa, em defesa destes interesses, durante a crise do sistema de abastecimento entre 1998 / 2000, aponta para uma situação de conflito que se configura exatamente ao contrário do ponto enfatizado pela Agenda 21, quando se refere aos temas citados no parágrafo anterior. Em entrevista concedida ao Jornal Diário da Borborema, no dia 12 de novembro de 2001, ele afirma:

"A briga entre as lideranças políticas estaduais e municipais, só faz o estado da Paraíba perder. Todas as instituições, mesmo como a nossa, tem tido dificuldades de gerenciar os seus programas porque se tem uma idéia, esta pode parecer que seja contra A ou B e isso, tem dificultado muitas ações do nosso Estado e tem levado a Paraíba a um atraso político sem precedentes. Nunca a Paraíba foi tão atrasada politicamente como no momento atual"(Presidente da FIEP, Novembro de 2001.).

Nascimento (op. cit) lembra que "os atores" não têm apenas interesses distintos, quando se encontram em conflito, mas também sentimentos, percepções e racionalidades diferenciadas" (2000: 95). E, de acordo com este autor, estes podem ocupar várias "posições" no interior dos conflitos, uma destas é a "oposição".

Little (op. cit) observa que todo recurso natural tem uma distribuição geográfica que independe da ação antrópica, no entanto, de acordo com este autor, "a dimensão social deste fato" reside na maneira como essa distribuição, entra nos processos políticos de decisão sobre sua distribuição social" (2000: 95)

Devemos reconhecer os esforços da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado ao "reformular" a Legislação estadual dos Recursos Hídricos, conforme as novas leis e

diretrizes preconizadas na Lei 9.433 de 8 de Janeiro de 1997, além de certos "avanços" ocorridos entre os anos de 1999 e 2000, na implementação das políticas hídricas por parte desta Secretaria, que promoveu, juntamente com outras instituições, alguns Simpósios, Seminários e debates em que foram discutidos desde temas relacionados aos problemas naturais de escassez de água do Semi-árido, à Gestão de Recursos Hídricos, como ainda está acontecendo.

Contudo, tanto as facções políticas que representam o Estado quanto o Município findam por tornar-se mutuamente negligentes, por "antagonizarem" ao invés de somar esforços mediante a situação (in)visivelmente ameaçadora da questão hídrica local, que assim permanece, tendo em vista o processo de redução constante, no nível do açude Epitácio Pessoa, sempre que inicia o período de estiagens na região.

Um segundo aspecto que, ao nosso ver, "informa" sobre as ações contraditórias que permeiam o campo de conflitos dessa problemática, a despeito das sugestões de Nascimento (op.cit), diz respeito ao programa de racionamento d'água em Campina Grande.

Instituído desde 1998, esse programa vem sendo implantado, apenas, e sempre que a reserva hídrica do açude Epitácio Pessoa já se encontra em baixos níveis de armazenamento, enquanto os responsáveis pelas políticas para o setor hídrico, no Estado, "confiam" nas chuvas de inverno, mesmo diante do grau de instabilidade das previsões meteorológicas da ocorrência destas para o Semi-Árido nordestino; a cada ano, tendo se acentuado esse grau de instabilidade, principalmente, a partir da década de 80²⁷.

Essa parece ser a única opinião consensual, entre as esferas municipal e estadual, a esse respeito, pois em relação à implementação do racionamento, alguns dos principais representantes dessa esfera neste setor, têm opiniões completamente diversas:

“O percentual de economia de um programa de racionamento é mínimo. Eu penso que seria desnecessário todo o sofrimento que se impõe às pessoas que moram na periferia, porque quem tem condições de armazenar está pouco se importando com o racionamento, mas quem não tem condições de armazenar sequer pro dia seguinte, é quem sofre mais. Penso que não seria necessário pagar um preço tão alto por uma economia tão pequena. Mas nós fazemos por uma questão de satisfação. Existe uma grande parcela de pessoas que cobram o racionamento” (Assessor de imprensa da CAGEPA, 2000).

Em certos casos, são percebidas “diferentes análises”, sobre o racionamento, até mesmo entre membros da própria esfera de governo, que reforçam a existência de contradições neste aspecto, como é o caso das opiniões manifestadas entre funcionários da CAGEPA, do município de Campina Grande, a respeito deste programa:

“Temos uma série de laudos técnicos feitos pelos engenheiros de hidrologia, que através de um programa de computador que observa o volume armazenado, se pode programar um possível racionamento em função da demanda exigida pela cidade. Como a cidade está em expansão, a cada dia que passa requer uma maior quantidade de água armazenada. A água do açude em um ano de pouca chuva se exaure rapidamente, e quando existe uma grande quantidade de vento e insolação, a evaporação se intensifica, de modo que, se comparássemos o que é retirado para o consumo do açude, com a evaporação, a proporção seria de um terço para dois terços (...) mas tem o aspecto político da coisa, porque aqui, nós apenas mandamos todos esses dados técnicos à Diretoria em João Pessoa, e eles lá, o governo através do Secretário de Recursos Hídricos, é quem decide o momento de iniciar um novo racionamento ou parar um racionamento já existente, e como existe essa briga entre o prefeito de Campina Grande e o Governador, fica ‘não tá na hora de começar o racionamento, tá, não tá’, mas quando você me pergunta se o racionamento é ou não significativo, eu não disponho de percentuais para responder, mas sei que tem o seu significado (Engenheiro de CAGEPA, 2001).

²⁷ Ver: ANAIS do I Encontro Internacional para Previsões Climáticas no Semi-Árido Nordeste, 2001.

Diferente do último pronunciamento, ao ser questionado sobre esse programa, o representante da esfera municipal manifestou uma opinião de caráter nitidamente político, completamente “oposta” sobre este assunto:

“Esse racionamento nunca deveria parar. Quanto a economia de água eu não me pronuncio sem ter informação de dados concretos, e penso que quem diz que não deveria existir racionamento, não sabe o que está dizendo” (Sub-secretário dos R. Hídricos do Município de CG, 2000).

A dificuldade em analisar determinados aspectos referentes às políticas hídricas para o município de Campina Grande, se deve em grande parte, à atitudes de omissão de alguns entrevistados em conceder informações – e isso se estende ao acesso a dados e documentos, reuniões - que tratem dessa questão, o que já contradiz os princípios de uma Gestão participativa e democrática, como reza a própria Legislação estadual dos recursos Hídricos. Entendemos que atitudes como esta estão relacionadas aos vínculos de determinados órgãos e seus representantes com as esferas de governo – Estado e Município – o que ao nosso ver se constitui em uma interferência de uma relação de poder (in)visível em todos os episódios de conflito citados neste estudo, parte do que Little (op.cit) sugere em uma investigação deste tipo.

Outro aspecto em que identificamos um alto grau de “desarticulação” de informações, é sobre os dados referentes à qualidade da água de Boqueirão em períodos críticos, apresentados pela CAGEPA e por pesquisadores da Universidade, o que constatamos tanto em documentos quanto em entrevistas concedidas por representantes de ambas as instituições, como se vê, seqüencialmente:

"A água do açude Epitácio Pessoa pode ser consumida em qualquer lugar. O que as pessoas não gostam, talvez, é que em função dessa concentração de sais quando o nível da barragem diminui é que fica um pouco salobra. Inclusive em todas as nossas análises físico-químicas e bacteriológica feitas durante o período de racionamento, na água do açude, feitas semanalmente, pelo nosso laboratório, detectamos índices até melhores do que aqueles determinados pela OMS em termos de concentração de sais (em torno de 1000 ppm), ou seja, 1000 miligramas por litro. A concentração máxima chegou a 780 ppm, nos períodos mais críticos, quando Boqueirão chegou a 63 milhões de m³" (Engenheiro da Cagepa, Julho de 2001).

Essas informações não coincidem com os dados publicados por professores da Universidade que integraram o grupo de pesquisadores responsáveis pelos laudos técnicos sobre a qualidade da água de Boqueirão, a serviço do Ministério Público, em 1999, denominado CAOP. O trecho do relatório sobre a crise no sistema de abastecimento em Campina Grande entre 1998 e 2000, diz:

"Se o período chuvoso na região, que normalmente se inicia em fevereiro, tivesse tardado um pouco e não antecipado, como providencialmente ocorreu no ano 2000, o colapso no sistema público de abastecimento teria sido inevitável, mesmo com o severo racionamento em vigor (...) Um forte indicio do que poderia acontecer com as condições de potabilidade da água restante no volume morto do reservatório era a elevação da concentração de sais dissolvidos, que atingiu altíssimos teores, da ordem de 900 ppm (partes por milhão, ou miligramas por litro), levando a população ao consumo generalizado de água mineral ou dessalinizada. Além disso, com a acentuada insolação dos subseqüentes meses de verão favorecendo o crescimento de algas no reservatório, o processo de eutrofização também não poderia ser descartado" (RÊGO, et al: p.04).

Little (*op. cit.*), em sua análise sobre conflitos socioambientais, de *tipologia dos conflitos* cita este, como um conflito em torno da percepção de riscos, ressaltando que estes “incrementam-se a cada dia devido o fato de que novas tecnologias estão produzindo impactos que não facilmente mensuráveis” (2000: 113)

A divergência no campo das informações, neste caso, não ocorreu ao acaso, ou por erros nas análises técnicas de alguma dessas instituições, trata-se um ato de sonegação de informação por parte da CAGEPA, orientado pelo Estado, *a fim de manter sigilo* mediante a população, que, ao nosso ver, não se encontrava “inteirada”, dessa situação. As opiniões sobre esse “sigilo”, também divergem, quando permeiam diferentes esferas de governo, ou representantes de diferentes segmentos da população.

Entendemos este fato, como uma ação estratégica de cunho político, com o intuito de “mascarar” a negligência das políticas públicas orientadas para este setor, que “precipitou” a população, às vésperas de um colapso hídrico, sem que essa sequer pudesse manter-se informada sobre esta situação, sob o argumento de “não causar pânico a população”, como acrescenta o representante do IBAMA, neste município:

"De acordo com os nossos resultados dos testes feitos em Junho de 99, devido às algas existentes em um patamar que a água do açude só daria para beber por um período assim de 90 a 120 dias, porque o nosso grande problema era a concentração de sais, em que os peixes existentes no reservatório, passariam a morrer por falta de oxigenação, em virtude dessa concentração de algas e sais. Isso a gente não divulgou, mas em Dezembro de 1999, eu fiquei com uma tensão imensa.

Quando questionado sobre o porquê da não divulgação, o representante do IBAMA, completa:

"Não se divulgava porque no momento em que se divulga uma notícia dessas, corre-se o risco da população entrar em pânico, e aí seria o caos. Então determinadas ações não podia se divulgar, como a que estávamos a beira de um colapso" (Presidente do IBAMA em CG, Agosto de 2001).

Fatos como este além de mascarar a ineficiência de órgãos públicos desse setor, em, se não por evitar, ao menos por atenuar os problemas referentes, em termos de gestão de recursos hídricos, incluindo os problemas ambientais de degradação dos mananciais e reservatórios, denunciam as contradições existentes entre a formulação e implementação das políticas públicas de gestão hídrica, uma vez que fere o "*princípio da informação*", preconizado tanto pela Lei 9.433 de Janeiro de 1997, em nível nacional, como pela Legislação de Recursos Hídricos estadual, orientada conforme esta lei.

Esse tipo de contradição merece um item em destaque, por entendermos que gera conflitos em torno da definição ou invenção de novos arranjos institucionais para a formulação e gestão de políticas públicas para o setor de recursos hídricos.

Nem sempre os interesses dos diversos grupos sociais são coincidentes. Segundo Pacheco et al (*op.cit*) muitas vezes há clivagens de interesse, que não se limitam àquelas que tensionam produtores e consumidores, a exemplo de interesses conflitantes entre agricultores e indústrias que precisam de um grande volume de água. Da superposição desses vários tipos de conflitos, configura-se uma dinâmica oscilante no jogo de interesses.

De acordo com os autores acima citados, no momento atual, quando se buscam novos arranjos institucionais para a gestão dos problemas ambientais, e portanto para a mediação de interesses, estes conflitos tendem a se expressar de maneira intensa, provocando alianças e /ou posições inesperadas. Novos agentes sociais passam a ter um papel de relevo

nas discussões e propostas alternativas. A renovação dos processos de tomada de decisão torna-se fundamental para a eficácia do gerenciamento ambiental (Pacheco *op.cit*).

De acordo com alguns representantes de determinados segmentos sociais, instituições, etc. conforme ainda informações coletadas durante a pesquisa de campo, eles se sentiram extremamente prejudicados em relação a seus interesses, como é o caso dos irrigantes de Boqueirão, pequenos plantadores que foram impedidos de continuar irrigando suas lavouras, devido à crise no sistema de abastecimento Epitácio Pessoa, conforme demonstra “o desabafo” do presidente da Associação dos irrigantes, em entrevista dada no dia 08 de Agosto de 2001.

"(...) eram 263 famílias entre produtores, grandes e pequenos, sendo a maior parte pequenos que produziam um ou dois hectares. Na época fizemos um levantamento a pedido do governo do estado, e contamos 900 trabalhadores, trabalhando diretamente só nas propriedades rurais, sem falar nos empregos indiretos. Seria quase a metade da população do município de Boqueirão, vivendo exclusivamente dessas atividades... Existia muita gente de outras regiões, então essas pessoas voltaram as suas origens, alguns produtores foram para Limoeiro do Norte, outros foram para Bahia, Juazeiro - Petrolina, outros para o Açu no Rio Grande do Norte, e o restante vive mendigando ajuda da prefeitura, vivendo hoje em situação de miséria e apesar de ter autorização do DNOCS para irrigar, nós nunca recebemos um centavo de indenização"(Presidente da Associação dos irrigantes, Agosto de 2001).

Vale ressaltar que, quando indagados sobre a mesma questão em relação aos irrigantes, todos os outros órgãos, instituições ou outros segmentos, concordaram com os imensos prejuízos daqueles, diante da ação do Ministério Público em proibir a irrigação em Boqueirão. Contudo, é também verdade que a maioria dos entrevistados concordou

plenamente com esta ação.

Em um estudo apresentado pelo Banco Mundial, é apontado como um dos problemas na questão do gerenciamento de recursos hídricos, “a fragmentação das atividades nesse setor, geralmente organizadas por órgãos e entidades diferentes, por exemplo: irrigação, fornecimento municipal de água, energia elétrica e transporte, em que cada um é responsável por suas próprias operações hídricas e independente dos outros” (Rodriguez, 1998: 29.).

No caso de Campina Grande, um exemplo desse fato é a existência de Secretarias diferentes para Meio ambiente e para Recursos Hídricos, sem contar com a (já anunciada) desarticulação entre Estado e Município em termos de efetuação de ações referentes a este setor.

Analizando as entrevistas, que realizamos, pode-se perceber ainda a existência de profundas contradições em relação à formulação e implementação das políticas públicas no setor de recursos hídricos, entre o discurso dos representantes dos órgãos responsáveis por tais políticas e a realidade em termos de efetuação de ações no Estado da Paraíba.

Em relação à perspectiva de um colapso hídrico em Campina Grande, o representante da SEMARH, apresentou um discurso que demonstrava preocupação:

“Nós sabemos que os modelos de gestão de recursos hídricos, quando muito, estão bem postos na Legislação, mas não estão operacionalizados ainda, constitui-se então em um desafio muito grande para todos os estados da Federação no Brasil e em muitos países do mundo, implementar, trazer para a prática o que está previsto nessas Legislações com mecanismos de boa gestão. Evidentemente nós temos muitos exemplos não só na Paraíba mas no Nordeste como um todo, onde apesar do clima Semi-árido, apesar das taxas de evaporação elevadas, as pessoas têm hábitos que são conflitantes com o que se devia se esperar, por exemplo: açudes que passaram anos com a válvula (tubulação que existe em baixo dos reservatórios) aberta permanentemente com a

água escoando rio abaixo, sem Ter um uso adequado, indo literalmente para o mar. Então esse tipo de postura foi comum no Nordeste. Durante muito tempo e até um passado recente era comum. Hoje tem que se passar por um disciplinamento do ponto de vista técnico, pra que se diga que, da quantidade de água, que nós temos hoje, X vai para o abastecimento humano, Y vai para o abastecimento industrial, Z vai para a irrigação..., de forma que o benefício para a humanidade seja maximizado. Então o modelo de gestão adequado tem que ter essas características, e, no caso de Campina Grande faltaram duas coisas: primeiro, o aumento da oferta hídrica e segundo, um modelo de gestão adequado que é o que nós estamos trabalhando hoje”(Secretário de R. Hídricos do Estado, 09 de Julho de 2001).

Uma das propostas principais para a implementação desse modelo, e que se encontra apresentada na forma do primeiro princípio de gestão diz respeito “ao acesso de todos aos recursos hídricos, com objetivo de atender as necessidades essenciais”. Considerou-se este um dos mais contraditórios dos princípios de gestão hídrica, em relação ao município de Campina Grande, pois apesar da questão da equidade ser um problema de proporções não locais, mais globais, gerando sérios conflitos pelo uso da água, é a forma como os órgãos responsáveis pela gestão desse recurso vêm conduzindo essa questão, que a tornam ainda mais grave, a exemplo do que ocorreu com os irrigantes no município de Boqueirão (fato já referido neste trabalho), e principalmente do que ocorre com as camadas de baixa renda do município que não dispõem de meios para armazenar, durante o período de racionamento, como frisou o representante da CAGEPA (p. 56).

2.4 – “Água, um bem de todos...” de todos os grupos de interesse público ou privado

A abordagem sobre interesses neste estudo, remete imediatamente à questão dos conflitos, orientados neste caso para as políticas hídricas referentes a Campina Grande. Conforme está sendo discutida, esta abordagem pressupõe uma certa complexidade em torno do tema, uma vez que não se trata de uma questão de conflito onde se identifica facilmente os agentes envolvidos, mas de uma série de conflitos entrecruzados que, em sua maioria, são direcionados por uma única espécie de conflito “político-partidário”, que finda por interferir nos demais.

Os conflitos de interesse, em relação à água – enquanto um recurso natural escasso - variam sob diversos aspectos, indo desde a busca pelas condições mínimas de manutenção de suas atividades produtivas, como uma questão de sobrevivência, como foi o caso dos irrigantes de Boqueirão, à busca de manter – no mesmo patamar – os níveis da produção, que se julgavam necessários para gerar ou dar continuidade ao desenvolvimento de uma cidade ou região, como é o caso da Indústrias. Nas zonas urbanas, estes conflitos começam a partir das dificuldades de armazenamento pelas camadas mais pobres da população, em períodos de racionamento, para simples tarefas como tomar banho, cozinhar, e até mesmo dispor de água para beber, indo até o “incômodo” dos mais abastados em serem cerceados do “direito” de dispor de água em piscinas, parques aquáticos etc .

Entretanto, nenhum destes, classificados aqui como conflitos de interesse, compara-se à gravidade dos conflitos por disputa de poder, uma vez que neste caso, todos os demais, correm o risco de serem “cooptados” pelo poder político, como expressões de luta,

enquanto sua maior luta, se dará no sentido de manter-se enquanto tal. Conforme Pacheco (*op.cit*) “da superposição de vários tipos de conflitos, configura-se uma dinâmica oscilante no jogo de interesses”.

Tentaremos identificar quais seriam esses interesses, e em que medida eles podem ou não se constituir enquanto representantes de determinados grupos. Alguns desses grupos encontram-se identificados como “atores da crise”, outros apenas enquanto “instrumentos da crise” (ver quadro: p. 46). Percebemos entre os atores da crise, o Estado e o Município como principais protagonistas, em termos de conflito político-partidário, como já mencionamos.

Os instrumentos principais “utilizados” por tais atores, consistem em órgãos ou instituições públicas – Federais: DNOCS, IBAMA e UFPB; Estaduais: SEMARH, CAGEPA, LMRS; Municipais: Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos; curadoria Municipal do Meio Ambiente – além de órgãos que fazem parte da esfera privada: FIEP, Associação dos Irrigantes de Boqueirão e a Imprensa local.

É importante analisarmos a participação de cada um desses agentes (instrumentos) a fim de que possamos situá-los em relação à esfera das políticas públicas. Iniciaremos então, analisando o campo em que se situam tais conflitos.

As principais questões abordadas neste item, encontram-se citadas em trechos de entrevistas ou citações de relatórios a respeito da problemática dos recursos hídricos em Campina Grande, a fim de que se possa “visualizar” como os conflitos se entrecruzam, e se contradizem à luz daquele, apresentado como foco principal.

Em alguns casos, os agentes envolvidos com essa problemática assumem “de que lado estão”, embora a maioria considere a “sociedade” a mais prejudicada com esta

disputa. Assim, é comum entre estes, o antigo e conhecido jogo do “empurra empurra”, quando se trata de assumir a responsabilidade, em termos de efetuação (ou não) de ações voltadas para esse tema. Uma demonstração desse fato, ocorreu durante algumas entrevistas, quando se questionou sobre a situação do Município de Campina Grande, em relação ao colapso hídrico:

“Eu não posso dar minha opinião sobre o Estado, porque sou suspeito, sou soldado de C. C. L. Agora, enquanto técnico, eu penso que ele (o Estado) deve está fazendo alguma coisa, que ele não é insano! (...) A obrigação com o abastecimento é do Estado, em qualquer município é do Estado, mas é preciso que o governo em consonância com o Governo Federal, também que com a nova lei federal das águas, já inicie uma política de gerenciamento mais significativa nas barragens; que os comitês de bacias sejam implantados e comecem a funcionar, porque nenhuma barragem nesse Estado é gerenciada (Sub-Secretário de Recursos Hídricos do Município, 12/08/2000).

Já alguns integrantes da esfera de governo estadual utilizam um discurso técnico no intuito de demonstrar uma certa “neutralidade”, em relação a mesma situação:

“Uma das principais razões para o colapso hídrico lá em Campina Grande é a diferença que existe entre as demandas de água entre os vários setores, irrigação, abastecimento humano, indústria, principalmente esses três consumos e preponderantemente irrigação que é o que mais consome. Então a evolução dessas demandas ocorre naturalmente. A medida que a população vai crescendo essas necessidades vão crescendo, seja para abastecimento humano ou para produção de alimentos, tudo é uma componente que influenciou a evolução das demandas e o patamar físico da oferta. O outro lado passa pela ausência de um modelo adequado de gestão de água, e isso não é uma característica do Estado da Paraíba, mas do Brasil e dos outros países da América do Sul”. (Secretário dos R. Hídricos do Estado 09/07/2001)

Little (op. cit.) aponta a “neutralidade” como um dos elementos definidores do conflito. Segundo este, esta atitude é assumida “quando por alguma razão não têm ou não querem assumir posição favorável a qualquer dos lados em disputa”(2000: 96)

Outros representantes dessas esferas de governo, atribuem à responsabilidade em termos de políticas públicas, a diferentes agentes, as vezes, dentro da própria esfera de governo em que se situam:

“Eu acredito que o fator de maior responsabilidade do caos em que nos encontrávamos (perspectiva de um colapso hídrico total), tenha sido à construção de pequenas e médias barragens a montante do açude, então isso daí fez com que o volume de entrada de água em Boqueirão diminuísse em função da construção dessas barragens, ao longo do rio Paraíba e do rio Taperoá. No caso do açude de Boqueirão caberia ao DNOCS, como órgão gestor do açude Eptácio Pessoa, informar sobre a construção dessas barragens que iriam prejudicar o açude”(Diretor do IBAMA, 13/08/2001).

Em relação a algumas instituições, que também integram a esfera pública de governo, mesmo assumindo um discurso de “neutralidade”, não se eximem em responsabilizar determinados agentes :

“Eu não diria que houve negligência, mas uma imprevidência do Estado. Não houve uma precaução porque confiavam que iria chover, e não se pode depender apenas dessa perspectiva, para se resolver os problemas que a gente sabe que estão surgindo. Então eu acho que o governo do Estado foi um dos responsáveis, não só o governador, pois ele durante as reuniões, na época, não estava bem informado, agora as pessoas que levavam essas informações a ele, a própria Cagepa, e talvez a própria SEMARH, diziam que ele podia confiar, que não havia perigo de colapso hídrico para Campina Grande e outras cidades que eram abastecidas com águas de Boqueirão”(Curador do Meio Ambiente do Município de C.G. 24/07/2000).

Em relação à esfera privada, os interesses tornam-se ainda mais evidentes, pois não precisam (tanto quanto os integrantes da esfera pública) “mascararem” em seus discursos os seus interesses, como foi o caso dos irrigantes de Boqueirão, e da FIEP, órgão representante das Indústrias no Município de Campina Grande.

Os trabalhadores da irrigação ficaram conhecidos como os irrigantes de Boqueirão. É Rêgo (op. cit) quem descreve a situação destes:

“ eles se instalaram em terras de propriedade do DNOCS ou em terras particulares para plantarem culturas de subsistência. O método de irrigação utilizado por estes, sempre foi considerado ineficiente, feito em sulcos por gravidade com acentuada perda d'água” (2000: 12)

Ainda de acordo com dados deste estudo, existiam cerca de 212²⁸ famílias ocupando uma área de 798 hectares, utilizando motobombas elétricas para retirar água do açude, sendo estimado que existiriam cerca de 1595, trabalhadores da irrigação, sendo 1.227 residentes no próprio Município de Boqueirão. O estudo aponta que, “direta e indiretamente, existiam cerca de 5.000 trabalhadores na agricultura irrigada”, os quais representavam (segundo dados de 1998) 25% dos 20.000 moradores do Município, conforme informações apresentadas por estes autores:

A Associação dos irrigantes foi constituída em 02/11/1998, diante dessas medidas, tendo realizado uma série de assembléias e proposto uma pauta de reivindicações, no dia 21/11/1998, foram lançadas as seguintes propostas, na fase anterior à suspensão judicial da irrigação:

- *Indenização das culturas irrigadas em valores a ser negociados com o Governo do Estado;*
- *Garantia de emprego e renda aos 1200 trabalhadores diretamente envolvidos com a irrigação;*

²⁸ Esse dado difere daquele apresentado pelo presidente da associação dos irrigantes que seria de 300 famílias. 82

- *Continuidade da irrigação após a normalidade do nível das águas utilizando-se de novos sistemas de irrigação;*
- *Se suspensa a irrigação em caráter definitivo, a garantia de uma área em torno de 100 há no Projeto de irrigação das Várzeas de Souza, Município de Souza – PB, a ser suprida através do Canal da Redenção. (Souza, apud. Rêgo et al, 2000: 11)*

De acordo com o representante da Associação dos irrigantes em entrevista já referida, nenhuma destas propostas foram consideradas, nem tampouco aceitas. Conforme estudo citado no parágrafo anterior, um ano depois de lutas e protestos dos irrigantes, são lançadas novas propostas na assembléia de 06/11/1999. Segundo Rêgo, após a suspensão da irrigação, entre várias propostas – a exemplo da criação de crédito para os produtores, para a caprinocultura, ouvinocultura etc; indenização pelo fim da irrigação; revogação do IBAMA da proibição do uso de bombas às margens do reservatório para abastecimento humano e animal e criação de frentes de trabalho para contratação de trabalhadores – , apenas a última reivindicação foi parcialmente atendida, com o aumento de vagas nas frentes de emergência.

Em relação a tais episódios, as contradições demonstram as conseqüências da suspensão da irrigação:

“Até mesmo pessoas que tinham a outorga de água concedida pelo DNOCS, como o seu Manoel Lira que tinha 20 há de cana lá perto de Pedra Branca, no fim do açude, não teve nenhum ressarcimento, o prejuízo foi total, ninguém recebeu nada. Havia pessoas que tinham financiamento, pessoas que saíram de outras atividades para entrar na agricultura irrigada, e todos perderam por completo. Até o compromisso que o Governador do Estado assumiu lá com a gente, através de um documento de uma reunião que teve com o IBAMA, onde se comprometeu com outros órgãos, mas não foi cumprido, os trabalhadores ficaram desempregados e prejudicados” (Presidente da Associação dos irrigantes, 08/08/2001)

Rêgo (ibidem) relata em seu trabalho, como isso ocorreu, o que, de acordo com Nascimento (op. cit) se constitui em um caso de *veto*, quando uma das partes conflitantes “utiliza todos os recursos possíveis para impedir que o conflito caminhe em um determinado sentido” (2000: 96)

“ No dia 17/11/1998 foi decretada administrativamente, a partir de 01/12/1998, a suspensão da utilização das águas do Açude para irrigação em seu entorno. Esta decisão foi acordada em reunião realizada na sede do IBAMA em João Pessoa com a presença de representantes do IBAMA, DNOCS, SEMARH e Procurador Geral de Justiça do Estado. O acordo previa, além do fim da irrigação, que ‘governo do estado adotaria medidas conciliatórias e/ ou compensatórias ao fim da irrigação’. O IBAMA iria fiscalizar a proibição da utilização das águas para irrigação” (Rêgo et. al, 2001).

É interessante, neste momento, fazermos referência a análise de Nascimento (op. cit) em que este se refere aos recursos utilizados no campo de conflitos. “Nem todos os atores podem recorrer a qualquer recurso, pois os recursos são variados, podendo ser materiais ou simbólicos, silenciosos ou mediáticos, regidos por regras implícitas ou explícitas, por normas morais ou jurídicas” (2000: 96) Neste caso, entendemos que tais recursos, mesmo amparados juridicamente, mantinham um caráter simbólico demonstrado na utilização do discurso “de salvar Campina Grande do colapso hídrico”, por meio das proibições da irrigação, ao nosso ver, uma clara demonstração de “poder” perante a população de Campina Grande.

Essa demonstração, é percebida ainda nas contradições observadas freqüentemente entre os discursos dos integrantes dos órgãos públicos que possuem atribuições referentes, seja à gestão, ou aos serviços de infra-estrutura e abastecimento, ou ainda em relação aos órgãos ligados ao controle de poluição, ou quaisquer outros tipos de

degradação ambiental, como é o caso do IBAMA e da Curadoria do Meio Ambiente, e até de segmentos como o dos irrigantes, que defendiam seu “direito”, entendido por estes desta forma, uma vez que tinham obtido autorização do DNOCS, órgão gestor daquele reservatório para utilizar suas águas para irrigar.

“(...) nós tínhamos conhecimento da lei de outorga de água sim, mas se essa lei existe há tantos anos, como é que em nenhum momento foi abordado esse assunto? Quando se agravou a crise com a água, e a gente sabia que Campina realmente estava a beira de um colapso, um colapso tão grande que nunca foi divulgado para a população, nós tínhamos a comprovação de que sustentaram isso para a Imprensa não divulgar dados mentirosos da Cagepa sobre a qualidade e do volume da água, tínhamos a análise da Embrapa que discordava dos dados que a Cagepa publicava sobre o colapso que nós sabíamos que estava bem próximo. E isso foi jogado para o irrigante. O irrigante não o responsável pela crise. Ele tem sua parcela de culpa, assim como Campina Grande tinha e ainda hoje tem, veja, e a quantidade de irrigações que existe no riacho de Bodocongó, que é de Boqueirão, quer dizer, só quem pagou foi Boqueirão?” (Presidente da Associação dos irrigantes, 08/08/2001).

O Ministério Público, por sua vez, desempenhava seu papel “Legal”, sob o argumento de “salvar” Campina e outras cidades (já citadas) do colapso hídrico, e para isso enviou reforços:

“O objetivo dessa ação de impedimento da irrigação, foi de evitar a falta d’água em Campina Grande. Veja bem, quando choveu, Boqueirão tinha 60 milhões de m³, a reserva tangível do açude é de 50 milhões de m³. Naquela época a saída de água do açude era de 3 milhões de m³. Então quando nós entramos com aquela ação ainda passou 4 meses para chover, se nós não tivéssemos agido daquela forma, teríamos ficado sem água. E isso foi uma iniciativa do Ministério público inclusive junto com as demais Curadorias” (Curador do Meio Ambiente do Município, 24/07/2000).

Sob esse argumento, a referida ação, que foi movida contra o DNOCS, teve o apoio praticamente maciço de todos os “instrumentos” da crise, oportunidade ímpar, ao nosso ver, para que estes, ao participarem dessa maneira, mascarassem a negligência ou “imprevidência”, como se referiu o próprio Curador do Meio Ambiente do Município, em relação ao problema do abastecimento em Campina Grande. Para isso, o Estado, a quem foi atribuída a maior parcela de responsabilidade pela iminência de colapso hídrico, pela maioria dos entrevistados, tenta simplificar a questão dos conflitos, embora admita os profundos prejuízos causados aos irrigantes:

“O conflito pelo uso da água é uma coisa comum no Brasil e no mundo inteiro. E no que diz respeito ao problema político desses conflitos, o que nós teríamos hoje dentro da nossa modelagem para gestão, o que ocorreria hoje, caso se repetisse a iminência de colapso hídrico que nós tivemos no passado; vamos imaginar que o cenário de hoje fosse o mesmo do passado, o que não há, as bombas estão todas lacradas. (...) se esse cenário se repetisse, o que se faz em uma situação de crise? Temos um paralelo excepcional que é a questão energética, o que o governo fez? Quando o produto entrou em falta, o preço subiu, é a lei da oferta e procura. Aquilo (a proibição da irrigação) foi uma situação emergencial que se configurou naquela época. Se proibiu o uso da água que não servisse ao abastecimento humano, ou seja, toda a irrigação. Com isso liquidou-se a economia de nove municípios, cerca de 45 mil pessoas ficaram prejudicadas em torno da bacia hidráulica de Boqueirão. Essas pessoas ficaram prejudicadas e ponto”.(Secretário de R. Hídricos do Estado, 09/07/2001)

Conforme Pacheco, (op. cit) “os problemas ambientais são analisados como se afetassem o conjunto da população de maneira indiscriminada” (1998: 46). Neste sentido a autora destaca que, ainda que isso ocorra – como foi o caso do município ora analisado –, seus efeitos não atingem de forma generalizada, todos os segmentos sociais, sendo alguns

mais imediatamente sentidos por determinados grupos, seja por sua “proximidade cotidiana”, com problemas graves de poluição, ou pela falta de mecanismos destes para buscar soluções próprias.

Essa análise condiz perfeitamente com a situação descrita, em relação à questão dos irrigantes, uma vez que esse segmento foi, sem dúvida, o que vivenciou os efeitos mais graves da referida crise. Assim, apesar de situarmos o nosso enfoque principal em um viés eminentemente político, é de fundamental importância que a análise desse viés seja de cunho inteiramente sociológico. Daí o fato de enfatizarmos, no decorrer desse estudo, a questão da equidade, no intuito de desmistificar a idéia de que a crise no sistema de abastecimento tenha sido “sentida” nos mesmos níveis, por toda a população, mesmo por que, dadas as considerações feitas por alguns entrevistados (aqui neste estudo), não compartilhamos com a idéia apresentada por Rêgo (*et. al*)²⁹ de que a população estava realmente inteirada da gravidade da situação, vivenciada, principalmente entre meados de 1998 e início de 1999.

Neste sentido, temos a opinião de um representante de um outro segmento da população, as indústrias do município:

“Nós procuramos conscientizar a população, demos uma série de entrevistas, mas, evidentemente que isso não chega para todos, eu acho que a população não tomou uma consciência plena não, mas a multidão que foi às ruas no nosso Grito das Águas demonstrava uma incerteza, uma insegurança em relação às águas muito grande, até porque Campina Grande tem uma tradição com sofrimento em relação a água desde a sua fundação. Eu me lembro que em 1953, e o problema de água já era seríssimo, foi quando começamos a utilizar a água do

²⁹ Ver: IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas, Foz do Iguaçu. ABRH/IWA, SETEMBRO DE 2001. Rêgo *et. al* p. 9

açude de Vaca Brava, que depois tornou-se também insuficiente” (Presidente da Fiep, CG. 06/06/2001).

Um aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção, e que remete à questão da equidade, diz respeito às análises de disputa de grupos sociais por recursos escassos, como é o caso da água, em que, corre-se o risco de mistificar-se uma outra face da análise, a disputa pelo poder político, que coincide, em termos de poder local, quase que invariavelmente, com o poder econômico³⁰, revelando um caráter falso, de oposição entre tais grupos.

Mesmo não sendo parte do nosso objetivo investigar essa relação, fica bastante evidente que, a não ser quando se trata dos grupos políticos representantes do Estado e do Município, há uma oposição explícita. Salvo estes, não dispomos de elementos empíricos suficientes para concluir que os demais segmentos – a exemplo da indústria e dos irrigantes de Boqueirão – tratam-se como grupos opostos. Existem entre estes a convicção de que possuem interesses diferentes em relação ao uso da água.

CAPÍTULO 3 - “NOVOS” CONFLITOS E CONTRADIÇÕES EM PROJETOS APRESENTADOS COMO “SOLUÇÕES” PARA O PROBLEMA DE ABASTECIMENTO D’ÁGUA EM CAMPINA GRANDE:

3.1 - A Barragem de Acauã

As ações que têm sido adotadas como possíveis soluções para os problemas de escassez de água em regiões semi-áridas, a exemplo do Nordeste brasileiro, em alguns casos, são alvos de acirrados debates. Uma dessas soluções é a construção de grandes açudes e barragens. Sejam estes reservatórios para geração de energia, irrigação, ou apenas para o abastecimento humano, essas obras têm gerado inúmeras discussões³¹ entre técnicos políticos, ambientalistas etc. Essas ações, no caso desta análise, se encontram revestidas de conflitos, uma vez que consistem em uma iniciativa de um dos agentes apontados no decorrer desse estudo, como um dos principais protagonistas da crise de abastecimento de água no município ora investigado, a saber, *o Estado*. Trata-se da construção da barragem de Acauã, que foi recentemente inaugurada (no dia 24 de março de 2002) no Compartimento da Borborema, tendo como função principal reforçar o abastecimento d’água em Campina Grande e outros municípios da região.

O foco principal dos conflitos, envolvendo a construção desse reservatório, gira em torno de dois aspectos, considerados por nós como sendo de natureza *socioambiental*,

³⁰ Ver a análise de Celso Daniel sobre Poder Local no Brasil urbano, Espaço e Debate N° 24, 1998

³¹ Ver: Anais do I Simpósio Internacional sobre Tecnologias de apoio a gestão de Recursos Hídricos, 2001.

segundo a concepção de Little apresentada no início deste trabalho. O primeiro – cuja veracidade ainda se constitui em objeto de debate – diz respeito aos “supostos” níveis de contaminação da água que será acumulada neste reservatório, e o outro aspecto, sobre o qual entraremos em maiores detalhes, refere-se às implicações dos impactos sociais que este reservatório vem causando aos moradores da área onde a referida represa se situa.

Em uma análise sobre o caso dos camponeses que viviam no local onde foi construída a barragem de Sobradinho, ao longo do S. Francisco, que alagou vastas áreas naquele território, Sigaud (1992) observa que foi devido a “interesses” de grupos empenhados na construção daquela barragem, “que os camponeses enfrentaram, além da perda da possibilidade de reproduzirem seu modo de vida, inviabilizado pela inundação do território, inúmeros outros constrangimentos” (1992: 19). É neste sentido que caminha a discussão deste capítulo. Mais uma vez defendemos a “tese” de que, grupos de interesses, representados nesta ocasião, por Estado e Município, usam a questão dos recursos hídricos de Campina Grande, como “desvio de foco de atenção” dos conflitos político-partidários levados à arena pública.

Fuks (2000) em uma discussão a respeito dos fatores que levam (ou não) à “inserção” de determinados assuntos nas agendas públicas de debate, faz algumas considerações bastante interessantes a este respeito, introduzidas através dos seguintes questionamentos:

“como certas questões conseguem transcender o âmbito da preocupação de pequenos grupos para alcançar a atenção pública? De que forma as estratégias e os recursos dos grupos organizados, visando assegurar a aceitação pública de seus interesses, demandas e valores, interferem nesse processo? Qual o impacto das ações governamentais especialmente quando elegem prioridades e criam instituições que colocam o foco da atenção pública em determinados assuntos? (...) todas essas questões são relevantes e indicam um ponto de referência comum a esses estudos: a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica

social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja 'das condições reais' dos problemas em questão" (2000: 80).

No caso específico da barragem de Acauã, o interesse maior em tornar público, principalmente o assunto sobre a possível degradação da qualidade da água do reservatório partiu do município, uma vez que, além deste assunto não interessar apenas a grupos restritos (como foi muito mais, o caso do problema causado pela inundação nas comunidades residentes às proximidades do reservatório), e sim a toda população de Campina Grande, exceto a outra parte conflitante, responsável pela construção da obra. Neste contexto, o assunto foi, não apenas levado facilmente a *arena pública de debate*, como foi em forma de um “bate-rebate” de interesses de cunho político disfarçados em interesses de cunho social, o que ao nosso ver, interferiu intensamente (embora com essas intenções nitidamente revestidas de interesses) na “visibilidade” do assunto, o que foi considerado por nós como um aspecto positivo, desencadeado pela situação de conflito ora deflagrado, concepção adotada por Simmel (*op. cit*) já apresentada no primeiro capítulo.

A construção de Acauã faz parte de um ambicioso projeto denominado “Plano das Águas”, que consiste, em uma proposta – já com obras prontas e outras em execução – do Governo do Estado da Paraíba para construção de uma série de adutoras (cerca de 1.200 quilômetros de extensão), construção de barragens e projetos de irrigação. Os dois pontos de enfoque fundamental deste plano são o abastecimento d’água para as populações e a produção de alimentos. É importante ressaltar que o referido Plano, de acordo com o Secretário de Recursos Hídricos, encontra-se em consonância com os Princípios Básicos da Gestão Participativa e Descentralizada, prevista na Lei 9.433, e dispõe de mecanismos de execução destes, através do apoio de organismos como a ANA, o BIRD e o BANCO MUNDIAL,

contando ainda com o apoio técnico e financeiro do PROÁGUA – Semi-árido, que é um Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido brasileiro, atuando em termos institucionais de acordo com esta Lei, nas bacias hidrográficas estaduais.

Essa política de gestão que tem como lema principal a descentralização com a participação efetiva da sociedade, como já foi referido, é parte de uma iniciativa Neoliberal do governo que tem como uma de suas principais metas a “desoneração do Estado” nas decisões voltadas às políticas sociais, a exemplo dos setores de habitação, saúde, educação, saneamento etc.

Saches (1999) observa que embora a descentralização e a democratização não consistam em processos necessariamente correspondentes, “ não é razoável despojar o Estado nacional de responsabilidades que não possam ser enfrentadas adequadamente no nível regional ou local”. Assim o autor aponta a necessidade das reformas institucionais em lidar de forma simultânea com dois problemas: a adequada articulação de todos os espaços de desenvolvimento e a democratização de todos os níveis de governo” (1999: 205).

De acordo com um estudo sobre a atuação do BANCO MUNDIAL nas barragens da América Latina, a construção de grandes barragens está entre os tipos de projeto de desenvolvimento mais polêmicos, sendo o alvo de muitas críticas a este órgão, e outras agências financiadoras internacionais. Conforme os autores deste estudo, essa crítica está voltada para uma série “ de impactos ambientais e sociais negativos, desde a destruição de uma biodiversidade singular até o deslocamento de populações humanas vulneráveis” (AZEVEDO; BALTAR, 2000). Entretanto, esses autores tomam um posicionamento defensivo em relação a este organismo, alegando que os projetos de barragens não são iguais,

variando, conseqüentemente, os seus níveis de impactos ambientais e sociais e benefícios econômicos associados, e que, projetos financiados por este órgão “ procuraram incorporar lições aprendidas das experiências do passado” . Além deste, estes autores argumentam ainda que a implantação de barragens na América Latina tem sido baseada em abordagens coerentes que consideram tanto as preocupações com estes tipos de impacto, quanto aquelas que tratam da seleção de locais para a execução da obra, da determinação do volume de armazenamento e das decisões relativas ao uso futuro daqueles reservatórios.

Apesar da análise destes autores se voltar para a atuação desse organismo, em projetos para grandes barragens, entendemos que os parâmetros de ação deste, sejam, ou ao menos deveriam ser, os mesmos para os projetos de barragens de menor porte, como é o caso de Acauã.

Entretanto, de acordo com as informações e dados levantados no decorrer do nosso estudo, as preocupações com impactos ambientais e sociais, já referidas neste item, parecem de fato, não se concretizar em Acauã, pelo menos em relação aos dois aspectos já descritos, que fazem parte do nosso objeto empírico de estudo.

Antes de entrarmos em detalhe sobre tais aspectos, entendemos que faz-se necessário trazer para este debate, um assunto que julgamos indispensável para uma melhor reflexão acerca do tema enfocado neste item, a respeito das possíveis soluções para a questão do abastecimento d'água em Campina Grande. Embora este seja tratado de forma secundária, mantém uma relação “direta” com a problemática vigente, principalmente no que se refere ao “Plano das Águas”. Trata-se da tão propalada questão da transposição das águas do rio São Francisco, para alguns estados nordestinos, incluindo a Paraíba.

A discussão sobre a transposição do rio São Francisco data do século XIX, no

entanto, de acordo com informações publicadas pela Revista BIO (2000), resultado de um debate ocorrido em abril de 1998 em João Pessoa, nada de objetivo até agora foi feito. A publicação expõe os argumentos de políticos, de três senadores nordestinos, então ministros (Renam Calheiros – PMDB/AL; Freitas Neto – PFL/PI e Waldeck Ornelas – PFL/BA, que fazem parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, e que defendem a transposição e a “recuperação do rio e seu potencial econômico”. O que se percebe durante o debate entre estes políticos é a falta de um consenso entre estes representantes sobre os projetos defendidos, e que, embora todos defendam uma reformulação dos projetos originais, no sentido de reavaliar as condições ambientais do rio, há divergências conflitantes em relação aos interesses políticos, nos diferentes estados que serão beneficiados pelo projeto de transposição (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará). Porém as maiores divergências, apresentadas pelo então Secretário de Recursos Hídricos do Ceará, que defende veementemente a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica, nascem diante da “resistência de gestão do rio pelos dois maiores usuários, a CHESF (Companhia Hidrelétrica de São Francisco) e a CODEVASF (Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco), consumidora de água para projetos de irrigação.

O Secretário defende, segundo informações da BIO, “a criação de um consórcio entre estados que possa executar uma gestão clara e bem definida, capaz de balancear de forma equilibrada os diversos e diferentes interesses dos Estados” (BIO, 2000: 18). Este, ao chamar atenção para a irregularidade das chuvas e dos locais onde estas chuvas costumam ocorrer no Semi-árido, lembra ainda que “*o papel de um órgão gestor é de regular a distribuição do recursos de acordo com as necessidades de cada Estado, a cada momento*” (2000: 20).

Outro aspecto que nos chamou atenção nesta discussão, foram as declarações do então Secretário Gilberto Moraes sobre as expectativas do Estado em relação à transposição, ao anunciar que:

“na Paraíba o projeto de transposição é tão esperado e necessário que 65% das obras internas que viabilizam a chegada das águas às barragens, para distribuição aos açudes e ao leito do rio Paraíba (onde se situam Boqueirão e Acauã) já estão concluídas” (BIO, 2000: 20).

Esta declaração nos leva a refletir sobre a fragilidade em que nos encontramos em relação à disponibilidade da água que possa vir a abastecer aquelas áreas do Semi-árido, onde há problemas mais graves de escassez. Apesar de ressaltarmos durante todo o estudo que os problemas de ordem físico-climática que provocam as estiagens, são apenas agravantes da escassez da água, sendo os principais, aqueles relacionados a falta ou tipo de gerenciamento de recursos hídricos do Semi-árido, há estudiosos que enfatizam que “em tese” há água suficiente e que o problema reside na falta de gerenciamento. É o caso do especialista em Recursos Hídricos da USP, Aldo Rebolsas. Gonçalves (1998), citando trecho de uma entrevista concedida por aquele autor à revista Parabólica, declara que para Rebolsas, “soluções megalomaniacas como a transposição das águas do São Francisco, não alterariam a desolação do semi-árido nordestino. Pior, podem criar o mito de que não há solução para a seca na região” (1998: 08)

De acordo com Gonçalves, Rebolsas ressaltava ainda sérios problemas relacionados aos riscos ambientais de sua execução, entre outros, este aponta como principais, o desvio da água passando por dois mil quilômetros (saindo de Cabrobó – PE) até chegar ao oceano Atlântico, gerando “desperdícios, evaporação, salinização” etc. Outro problema apontado por Rebolsas, segundo Gonçalves, é sobre a Lei das Águas (9.433), em que aquele

autor chama atenção para a lei do usuário pagador:

“(...) o que vai acontecer? Na hora que o São Francisco exportar água para a bacia do Jaguaribe e o habitante de lá não puder pagar por essa água, alguém vai ter que pagar: ou o governo Federal vai pagar, ou abrir um crédito para o governo estadual pagar quando puder. Vai se criar uma relação de dependência financeira que vai gerar uma dependência política. No dia em que ‘os proprietários’ da bacia do São Francisco tiverem um pleito e precisarem do voto do Jaguaribe vão dizer: ‘olha gente, ou vocês votam conosco, ou nós cobramos a conta’” (Rebolsas apud. Gonçalves 1998: 09).

Essa discussão nos remete a situação de “incerteza” em que se encontra a Agenda das Políticas Públicas de Recursos Hídricos, prevista pela Legislação Estadual (com base na Lei 9.433), anunciada pela SEMARH, já referida neste estudo, a respeito da cobrança pelo uso da água, em que não há uma definição sobre como se daria esta cobrança, ou seja, quais os critérios que seriam usados para efetua-la para diferentes usuários, e nem tampouco quais os corpos d’água que estariam sujeitos a esta cobrança.

Sobre essa discussão envolvendo a transposição do Rio São Francisco, entendemos que apesar da insuficiência dos dados aqui expostos sobre este assunto, fica claro a situação de dependência em que se encontram os “projetos para solucionar os problemas de abastecimento, não apenas em Campina Grande, mas em todo estado, uma vez que, de acordo com o ex-secretário de Recursos Hídricos do Estado, como vimos anteriormente, 65% das obras construídas recentemente no Estado “esperam por essas águas”. E, conforme informações do atual Secretário, mentor do “Plano das Águas”, que espera também poder contar com essas águas para suprir os reservatórios que serão fontes de abastecimento em todo estado, quando questionado sobre essa transposição, mostra-se bastante “cético” em

relação à transposição:

“de fato este hoje é um problema de natureza política (...) infelizmente a história tem mostrado que para se corrigir a grande defasagem em termos de infra-estrutura e investimento no NE, nós precisaríamos ter uma sequência de Ministros nordestinos em locais-chave em Brasília. Quando eu estive em 1997 trabalhando especificamente com essa transposição, no Ministério da Integração, eu trabalhei com três ministros, dois, eram nordestinos. Então viamos exatamente como era, o discurso era que, ‘o projeto era prioritário, os esforços etc. etc. mas lá dentro o que acontecia, as prioridades eram outras, havendo até ameaças do projeto parar, depois de já ter sido investido mais de 15 milhões. Então minha conclusão é que tem que ter uma afinidade com a história do Nordeste, por que do contrário não anda. Eu não estou desacreditando no atual ministro Ramalho, absolutamente, aposto minhas esperanças que ele coloque uma equipe que possa dar continuidade ao projeto, mas a história tem mostrado o contrário, eu espero que ele contradiga a história” (Secretário dos Recursos Hídricos, João Pessoa, 07 de julho de 2001).

De fato as “soluções” para as estiagens do Nordeste têm gerado polêmicos debates não apenas entre políticos, técnicos etc. Em um estudo que tem como objeto principal a construção das grandes barragens e suas implicações para o meio ambiente, Garrido (2000) ressalta que a prolongada seca, ocorrida no Nordeste entre 1877 e 1880, é o marco histórico do início da construção de barragens no país, tendo sido este o ponto de partida do programa de combate às secas que se caracterizou pelo que se chamou, segundo este, de “período de soluções hidráulicas ou de obras de engenharia, com a construção de reservatórios de acumulação”, causa esta que levaria posteriormente a criação de diversos órgãos criados pelo Governo brasileiro para desenvolvê-lo. Iniciando em 1909, com a Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS, mais tarde transformadas em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras contra as

Secas), que se chamaria em 1945 DNOCS.

Apesar do empenho no desenvolvimento desses programas, de acordo com o autor, a história da construção de barragens brasileiras e as preocupações com os projetos no passado se limitavam apenas aos aspectos de operacionalidade, como “ Engenharia de estrutura, hidrologia e Geologia dos sítios, e obras conclusivas como a montagem de equipamentos elétricos, obras referentes à adução”, enfim, conforme Garrido (op. cit), não eram incluídas todas as preocupações com os impactos com os meios físicos, bióticos e antrópicos, que esses empreendimentos são capazes de causar, especialmente os de grande porte. O autor ressalta ainda que, este fato não ocorreu apenas nos países em desenvolvimento, mas como também nos desenvolvidos. Essa análise apesar de referir-se a fatos passados, nos remete a um aspecto que se encontra bastante presente nos dias atuais, quando trata da falta de preocupação com tais meios, os quais, denominamos aqui de *socioambientais*.

Uma das obras que foi concluída, e inaugurada no início do mês de Maio de 2002, e que faz parte do Plano das Águas, é a Barragem de Acauã. Prevista para armazenar 253.000.000 de m³ de água, essa obra deverá reforçar o suprimento de água potável de Campina Grande, e mais 15 Municípios nas regiões do Compartimento da Borborema. A área onde deverá ser represada a água situa-se no Baixo Paraíba, onde, atualmente é estimado que “existam cerca de 700 famílias residindo nesta área, sendo que, “cerca de 120 famílias já tiveram suas casas e áreas de trabalho inundadas pelo lago da barragem”³².

Atualmente, essa obra se constitui em alvo de sérias críticas por parte de alguns representantes de determinados segmentos do município de Campina Grande, dado o não cumprimento de determinadas ações, além daquelas dirigidas pelo poder público

municipal, conforme veremos mais adiante. De fato, a barragem de Acauã tornou-se uma espécie de *bode expiatório*, alvo de acirradas discussões entre o Estado, através do representante da SEMARH e o município de Campina Grande, representado nessa ocasião pelo próprio prefeito, além de contar com o apoio do Ministério Público, através da Curadoria do Meio Ambiente.

São vários os argumentos utilizados pelos representantes do Município, sendo o principal deles a alegação de que o reservatório possui altos índices de poluição, uma vez que um dos seus principais afluentes, o conhecido “ riacho de Bodocongó ”, recebe vários tipos de efluentes, inclusive industriais, contendo metais pesados segundo estes.

Tais argumentos têm origem no EIA-RIMA apresentado pela SEMARH, sobre esta obra, em Audiência Pública realizada em Campina Grande em 03 de Julho de 2001, por solicitação do Ministério Público. Entretanto o que deveria ser uma ocasião para se apresentar o projeto da obra, além do relatório dos estudos de impacto ambiental, se transformou em uma discussão política entre estes representantes.

Em uma análise do EIA-RIMA, apresentado pela SEMARH, durante esta Audiência, os técnicos do 2º CAOP, em um estudo realizado a pedido da Curadoria do Meio ambiente do município de Campina Grande, apontaram várias falhas desse relatório, entre estas, a negligência com o qual é tratado o assunto sobre o despejo de efluentes em Acauã:

“O EIA-RIMA não ousa analisar a fundo o problema da inexistência de saneamento básico na região, cujas cidades, notadamente Campina Grande, jogam esgotos brutos, misturados com lixo, no rio Paraíba, contaminando suas águas não apenas biológica, mas também quimicamente, com nitratos e metais pesados decorrentes do uso de defensivos agrícolas, de adubos químicos, do lixo misturado aos esgotos, de processos

³² Esses dados foram retirados de uma série de documentos elaborados por entidades envolvidas com o projeto e reassentamento dessas famílias, através da AABA.

industriais, de serviços médico-hospitalares e de saúde em geral, de distribuição de derivados de petróleo e lavagem de automóveis, etc" (2º CAOP, 03 de julho de 2001).

Sendo instrumento de obrigatoriedade decretada pelo CONAMA, através da resolução 001/86, Mori (1992) ressalta que a apresentação dos EIAs, para projetos de grande e médio porte, trouxe à sociedade brasileira, uma dimensão inusitada destes, dada a sua relevância na dinâmica de transformação do espaço e da qualidade de vida. Estes estudos, de acordo com esta autora, permitiram ainda “a revisão de muitos procedimentos rotineiros, imediatistas, e a reformulação de muitas soluções técnicas pobres”. Neste ponto, informamos que essa autora faz sérias críticas tanto às bases conceituais dos EIAs – referindo-se aos conceitos tradicionais de meio ambiente – quanto aos parâmetros de aprovação aos critérios de avaliação técnica, desses estudos. Entretanto, não nos aprofundaremos nesta questão, uma vez que o aspecto conflitante que se gerou em torno deste estudo (EIA), nada tem a ver com a discussão sobre bases conceituais da questão ambiental em si, conforme o que já foi visto, durante esta análise.

Segundo um representante do ministério público local, os conflitos em torno do relatório, se iniciaram quando o Estado se opôs a apresentar este documento:

“De início eu solicitei uma cópia do estudo de impacto ambiental, e eles não me enviaram, com a alegação que estava sob análise. Então eu fiz um requerimento dando um prazo de dez dias para eles me enviarem. Quando o relatório me foi enviado, eu reuni o CAOP, e percebemos que alguns itens não estavam claros e aí eu solicitei uma audiência pública para apresentarmos sugestões. A audiência foi marcada por eles em Itabaiana, como eu não tenho atribuição em Itabaiana, fiz um outro requerimento pedindo que acontecesse em Campina Grande. Aí, com o intuito de esvaziar a audiência, eles marcaram para uma Sexta-feira de Micarande, a tarde, nós não aceitamos sob a alegação de que os técnicos do

CAOP estariam viajando, tendo sido finalmente marcada para o dia 03 de Abril. (Curador do Meio ambiente, 24/07/2001).

De acordo com Gonçalves (1992) o EIA-RIMA é parte do processo de licenciamento de “atividades modificadoras do meio ambiente”, e sendo de interesse público, conforme este autor “deve ser colocado a disposição da sociedade para eventuais questionamentos”, sendo inclusive sugestão do CONAMA, que o RIMA seja redigido de forma acessível, a fim de tornar-se de amplo domínio público, o que deverá ser feito através de Audiências Públicas. Porém, durante a Audiência pública que foi marcada para apresentação do EIA-RIMA, tais questionamentos não foram considerados pelo grupo de representantes da SEMARH:

Em uma audiência pública, obrigatoriamente quando se é contestado sobre um argumento seu é lhe dada a palavra para uma réplica. Naquela oportunidade o Secretário de R. Hídricos não permitiu que os nossos técnicos, inclusive o próprio Ministério Público replicassem o que eles estavam dizendo, (...) no final eles não colocaram na ata o que foi discutido ali, então Dr. B. G. (presidente da Fiep), foi solicitado para assinar a ata, mas vendo que nossa discussão não havia sido acrescentada ali. Recusou-se a assinar, e assim como ele, eu também não assinei. No momento eu estou aguardando uma cópia, mas ainda não me foi enviado”(Curador do Meio ambiente, 24/07/2001).

Durante a audiência pública, houve uma série de desentendimentos entre o representante do ministério público e o secretário de Recursos Hídricos do Estado, desde os “encaminhamentos” dos trabalhos, à sua finalização. Embora as audiências públicas estejam sujeitas a um regulamento previsto pela Resolução nº 09/97 do CONAMA, que se constitui em termos de legislação, na orientação de cada passo do evento. Esta audiência do dia 03 de julho de 2001, ao nosso ver, assumiu um sentido bastante simbólico em relação ao conflito referente à disputa de poder entre o Estado, através da SEMARH e o Município, por

intermédio do Ministério Público e do representante das Indústrias em Campina Grande. De fato, a barragem de Acauã tornou-se uma espécie de *bode expiatório*, alvo de acirradas discussões durante este acontecimento.

As repercussões deste fato vieram a público dias depois com algumas declarações repletas de “animosidades” por parte de alguns representantes do município e do Estado. O então prefeito municipal, apesar de não estar presente ao evento, emitiu a seguinte opinião sobre a Barragem:

“Em relação a Acauã, a obra é importante. Ela tem problemas técnicos porque recebe um resíduo de esgoto muito grande de Campina, porque a Cagepa não trata o esgoto da cidade, e com o passar do tempo, Acauã se transformará numa lagoa de estabilização, se transformando em um grande depósito de esgotos. Esse problema pode ser resolvido, mas não se apresentou nenhuma solução para isso. O segundo aspecto é que o Governo do estado nunca respondeu. A que custo chegará essa água a Campina Grande, quanto o consumidor pagará por ela?” (Jornal da Paraíba, 24 de fevereiro de 2002)

Em resposta as declarações feitas à imprensa pelo representante da esfera pública municipal, o Secretário estadual de Recursos Hídricos “responde” a essas críticas, contudo não foram utilizados em sua resposta, nenhuma espécie de dados de ordem técnica que justificasse o conteúdo de sua réplica:

“Essas informações não tem nenhuma base em estudos técnico-científicos, elas só servem para, “desinformar a população e deformar a realidade” (Diário da Borborema, 26 de Fevereiro de 2002. A3).

Neste caso, as contradições que permeiam ambas as esferas de poder, local e

estadual, referem-se à antagonização promovida deliberadamente por tais esferas, em relação a questão dos recursos hídricos. O resultado desse descompasso reflete o caráter centralizador que estas continuam a assumir.

De acordo com Daniel (op.cit), a ação política local, ao perseguir o cumprimento de suas funções específicas de acumulação e legitimação, não é marcada pelo equilíbrio nem pela harmonia, mas pela contradição. (...) ademais os conflitos existentes tendem a se manifestar na forma de irracionalidade no uso dos recursos municipais, bem como no resultado das decisões tomadas pelo poder político local.

Está previsto para este ano, até o mês de Junho de 2002, que o município de Campina Grande, além de outros municípios adjacentes, passe a ser abastecido também pela barragem de Acauã, que de acordo com as informações do próprio governador do estado, estará nesta data pronta para tal função.

Existe, em relação a este fato, uma discussão que permeia vários segmentos envolvidos na “crise do sistema de abastecimento” do município sobre os possíveis efeitos dessa poluição para a barragem, a saber o Ministério Público, representado pela Procuradoria do Meio Ambiente, FIEP etc..

As informações concedidas pelo representante da Curadoria do Meio Ambiente em relação às dificuldades ao acesso dos dados obtidos no EIA-RIMA sobre a barragem de Acauã, revelam que a busca pelos dados do EIA-RIMA não consistiu em uma iniciativa da prefeitura municipal, apesar de ser este município, o que sofreria os maiores prejuízos em relação aos (supostos) índices de poluição desse reservatório:

“Foi a Curadoria do Meio Ambiente que requisitou uma cópia do estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA), eles – A SEMARH - não me enviaram, com a alegação que estava sob análise. Então eu fiz um requerimento dando

um prazo de dez dias para me enviarem o relatório, mas eles também não me enviaram, aí eu pedi uma audiência pública, para ser debatido o assunto com a sociedade. (...) Fomos nós que tomamos a iniciativa de analisarmos, com o apoio do CAOP, a situação da água do açude de Boqueirão, e quando analisamos o estudo de impacto ambiental e percebemos que alguns itens não estavam claros, nós sabíamos que não podia ser daquele jeito” (Procurador público do Meio Ambiente de Campina Grande, 24/07/2000).

O segundo aspecto, que informa sobre os novos conflitos e contradições em torno da barragem de Acauã, discute uma questão que consideramos bem mais abrangente, uma vez que justifica uma das nossas maiores preocupações, a de demonstrar a “ imbricação” das questões ambientais às sociais.

Trata-se da situação de vulnerabilidade a que foram expostas as comunidades ribeirinhas de alguns municípios que residem na área prevista para ser inundada pela represa da barragem. Essas comunidades fazem parte dos municípios de: Pedro Velho, Melancia, Junco, Cajá e Ilha Grande, e de acordo com informações de um grupo de professores e estudantes da UFPB, que ora acompanham o drama dessas comunidades, (anexo III) essa obra, neste aspecto, representa uma ameaça a estabilidade e reprodução social dessas comunidades, que buscam apoio externo para poder fazer valer seus direitos.

A realocização ou reassentamento forçado de populações, ocasionado pela construção de barragens, é um dos assuntos mais polêmicos dos dias atuais. De acordo com Bartolomé (2000) este fenômeno é antigo e acumula um histórico sombrio de consequências funestas, inclusive de violação dos direitos humanos.

Este autor ressalta que, na realidade, subjacentes à polêmica em torno dessa problemática, existem dois conceitos polares e opostos sobre o significado

“desenvolvimento”; uma situação que torna ‘muito difícil’ uma tentativa de conciliar as duas posições.

De um lado, sob uma perspectiva já discutida neste estudo, conforme Bartolomé (*op.cit*) os críticos das grandes barragens afirmam que o desenvolvimento sendo visto como sinônimo de “aumento de infra-estrutura, tecnologia e PIB, é inerentemente problemático e precisa ser questionado, considerando conceitos alternativos de desenvolvimento”.

“Essa rejeição do modelo tecnocrático de desenvolvimento, juntamente com o ponto de vista de bem-estar público que implica, envolve uma rejeição de visão de realocização como corolário inevitável do desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento que desse ponto de vista, envolve a diminuição dos direitos e a diminuição do bem-estar das pessoas realocizadas, é visto como uma contradição em termos. A realocização deve, portanto, ser rejeitada, juntamente com a visão econômica e politicamente exploradora sobre o desenvolvimento, da qual faz parte (Cf. Declaração de Manibeli, 1994 Apud. Bartolomé, 2000: 163).

Por outro lado, conforme Bartolomé (*op. cit*), existem os que afirmam que esse tipo de projeto, como a construção de barragens, é necessário ao desenvolvimento econômico nacional, pois possibilita benefícios econômicos, como produção de energia elétrica (no caso de grandes barragens); irrigação, abastecimento d’água para o crescimento urbano etc. servindo portanto a uma finalidade pública. Entretanto, esse posicionamento, nos termos deste autor indica que:

“Para permitir esses projetos de utilidade pública, infelizmente é inevitável a realocização de pessoas, e que a nossa preocupação em relação à realocização deve ser de que forma evitar ou minimizá-la e, ainda, como

minimizar os efeitos negativos. Se um projeto de desenvolvimento for corretamente planejado e implementado, é possível que as pessoas afetadas se tornem beneficiárias do projeto como um todo, e fiquem em situação melhor do que antes” (Cf. ICOLD, 1999. Apud.. Bartolomé, 2000).

Entendemos que ambos os posicionamentos citados pelo autor, devam ser considerados e avaliados, no entanto, concordamos com o ponto de vista de Bartolomé (*ibidem*), de que, “ não é uma questão de ser pró ou contra o desenvolvimento ou a construção de barragens”, de acordo com este, “ o desenvolvimento deve fornecer as pessoas afetadas uma valorização sustentável da situação material, uma gama de escolhas para o reassentamento e opções de desenvolvimento e controle das situações cotidianas”.

Neste caso em particular, em que estamos tendo a oportunidade de observar “ de perto” esse processo de realocização das comunidades ribeirinhas de Acauã, entendemos que, da forma como está sendo efetuado, está sendo uma experiência, no mínimo empobrecedora para aquelas comunidades.

A comprovação deste fato se encontra sob a forma de um documento elaborado por representantes dessas comunidades, que atualmente vem contando com o apoio de diversas entidades e instituições³³, no sentido de fazer valer os direitos dessas pessoas em relação a manutenção de mínimas condições de sustentabilidade, em relação a um “ novo” ambiente natural e social. Para tanto, no dia 14 de março de 2002 foi criada a AABA (Associação dos Moradores atingidos pela Barragem de Acauã), que, conforme redação da ata de criação desta Associação, tinha como objetivo eleger uma comissão provisória, pelo prazo de dois anos para regularizar a situação jurídica desta.

³³ Coletivo de professores e estudantes da UFPB; Instituto Ciência e Fé; 2º CAOP.

Entendemos que estes fatos em nada condizem com o tão propagado modelo de gestão participativa e descentralizada que, de acordo com o representante da SEMARH, está sendo posto em prática conforme os princípios básicos de gestão. Entretanto, como vimos no capítulo dois, os níveis de hierarquização, previstos pela lei 9.433, não estão sendo respeitados, assim como sequer foi formado o que, ao nosso ver, seria indispensável para implementação de tais princípios, que seria o comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba.

Sabendo da ciência dos órgãos responsáveis pela gestão de Recursos Hídricos, do importante papel dos Comitês, em congregar representantes tanto do poder público quanto dos usuários das águas e da sociedade civil organizada, em relação ao poder de decisão, em que diferentes atores discutem e decidem sobre questões de interesse para os planos de gestão desse setor, somos levados a crer que são os conflitos de interesses que se entrecruzam em torno da problemática do uso e manejo da água, gerados por tal “poder de decisão”, que têm tornado as ações desses grupos, incapazes de criar novos “arranjos institucionais”, eficazes no sentido de sanar os riscos de novas crises, referentes a este setor no município (equivalentes a crise entre os anos de 1998 e 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem desenvolvida neste estudo, tendo como objeto principal de enfoque, as políticas referentes aos recursos hídricos para o município de Campina Grande, apontaremos as principais reflexões que esta análise nos permitiu.

A problemática de abastecimento d'água, que levou a população de Campina Grande e outros municípios adjacentes ao risco de um colapso hídrico, principalmente entre finais de 1998 e em 1999 representou uma ameaça de “desastre ambiental naquele reservatório”, dado o aumento dos já elevados níveis de concentração de sais e do fenômeno da eutrofização, que ameaçava levar à mortalidade os peixes daquele reservatório.

Durante o referido período, os principais responsáveis pelas políticas públicas, voltadas para os Recursos Hídricos, não foi apresentado nenhuma medida que não fosse apenas paliativa para o problema do abastecimento, enquanto o reservatório ainda tivesse água para tal fim, ou seja, realmente estivemos às vésperas de um desastre ambiental de graves proporções.

O programa de racionamento, apresentado como uma dessas medidas paliativas, implementado no município no ano de 1998, gerou uma situação de “iniquidade” reconhecida até mesmo pela maioria dos representantes dos órgãos responsáveis por essas políticas, referentes ao setor hídrico, na medida em que, as camadas mais carentes da população sofreram as maiores consequências, por não dispor de meios financeiros para armazenar, nem para adquirir água mineral para ingerir – prática adotada até hoje, por quase toda população campinense. Essa situação foi tratada como “apenas uma das consequências daquele momento”, pelas autoridades locais competentes.

A população de Campina Grande, apesar de “informada” (embora parcialmente) da situação crítica em que se encontrava, continuava torcendo para que a solução “*viesse do céu*”, em forma de chuvas – que realmente vieram a tempo de evitar um desastre de maiores proporções – atitude esta, compartilhada, tanto pelo governo do Município quanto pelo governo do Estado, naquele momento. Sabendo ambos que nenhuma providência concreta tinha sido tomada diante do caos que ameaçava não apenas Campina Grande, como outros municípios que dependem do sistema de abastecimento Epitácio Pessoa.

Foi a partir deste cenário que optamos por uma abordagem mais abrangente, buscando investigar “os bastidores desta crise” (termo utilizado por Rego, et al, 2000) que gerou a expectativa do colapso hídrico no município. Daí percebeu-se que tal problemática não poderia ser tratada de forma dissociada dos seus aspectos sociais, como se esta se constituísse em um fenômeno meramente de ordem físico-climática, uma vez que foram ações relacionadas “ao comportamento humano”, manifestadas através de uma série de conflitos entre os diferentes atores sociais inseridos no contexto da referida crise que, de fato, “permitiram” aquela situação, que conforme reconhecemos durante este estudo, torna-se mais grave a partir da influência de agentes naturais.

O trabalho de pesquisa de campo nos levou a identificar a *tipologia e natureza* dos conflitos, denominados, à luz da concepção de Little (op. cit), de *socioambientais*. Assim, esta etapa foi considerada a mais importante deste estudo, uma vez que percebemos os problemas da escassez de água, que comumente têm gerado conflitos em torno de seu uso apenas enquanto recurso natural escasso, como um objeto simbólico, alvo da disputa pelo poder político entre os dois atores, considerados os principais protagonistas da referida crise – o Estado e o Município.

Entretanto, verificamos, conforme Legislação em vigor, que é ao Estado e às Unidades Federativas que competem praticamente todas as ações referentes à formulação e implementação das políticas para o setor de recursos hídricos. É atribuída ao município, apenas a função de atuar “junto” a estas esferas, no setor de serviços de infra-estrutura. No caso de Campina Grande, a Secretaria municipal de Recursos Hídricos atua apenas no “gerenciamento” de corpos d’água (da zona rural) pertencentes ao município. Essa “restrição” das ações, do município neste setor, “unilateralizou” bastante a problemática da água, especificamente no nosso caso, uma vez que as ações de gerenciamento, relacionadas ao uso, manejo e distribuição de água dos reservatórios da bacia hidrográfica que abastece Campina Grande, embora seja atribuição da União, são realizadas pelo Estado (Unidade Federativa).

Esta atuação, prevista em Legislação, para se dar em conjunto entre esferas de governo, tem cedido lugar a uma série de conflitos entre os grupos políticos que controlam o poder nas esferas do estado e o município, o que contraria completamente os princípios da tão propalada política de gestão “participativa e descentralizada”, baseada na Lei 9.433/97. Esses conflitos, que têm como pano de fundo a questão de disputa político-partidária, entre os grupos que representam essas duas esferas de poder, interferem em todos os demais, referentes ao acesso e uso da água em Campina Grande, daí concluir-se que a problemática da água tem sido tratada de forma desarticulada, não apenas entre os membros representantes dos órgãos que tratam dessa questão, como também demonstrado uma desarticulação entre a formulação e implementação das ações atribuídas a esse setor, como foi visto no caso da implantação do comitê de bacias.

Feitas essas considerações, resta apontar algumas dimensões importantes a

respeito desta experiência. A primeira delas, é que é impossível para os governos locais, diante das restrições que lhes impõem as legislações, tanto em nível de tributação, como em torno das questões ambientais, combaterem os problemas aos quais nos referimos aqui, relacionados ao gerenciamento dos recursos hídricos, tanto dos reservatórios quanto dos serviços de infra-estrutura, uma vez que tais problemas estão enraizados na própria Política orçamentária Nacional, que resiste à redistribuição de renda no país e aos investimentos nesta área.

A segunda é que isso não significa, em absoluto, que os governos locais tenham que renunciar ao enfrentamento dessas questões. Para tanto deve-se enxergar a necessidade de opção por um modelo de gestão realmente participativa e descentralizada, como propõe a Legislação Nacional de Recursos hídricos, contando com a participação de outros atores. Neste sentido, o Comitê de Bacias seria a alternativa, ao nosso ver, que melhor se adéqua às preferências alocativas dos usuários da água na bacia do Médio Paraíba, uma vez que, como foi demonstrado no decorrer desse estudo, os principais conflitos em torno da problemática desse recurso, aqui exposta, envolvem o poder de decisão “institucionalizado” das esferas políticas, diante de outros segmentos da sociedade civil.

O que fica claro, a partir desta análise, é a necessidade de rompimento deste modelo de gestão centralizada, refletindo, de acordo com Cohn (1998), o sistema político do país. Neste sentido, as Agências de Água são extremamente importantes, pois como demonstra MAGALHÃES JR, (2000: 21), são estas as responsáveis pelo sistema de geração, tratamento e divulgação das informações que são utilizadas nos planos de gestão das bacias, a exemplo da cobrança pelo uso da água.

Entendemos, entretanto, que o maior desafio em implantar tais modelos de

gestão, neste caso, reside na falta de articulação de setores de esferas de governo, na busca de um “elo estruturador” de novas práticas políticas, que priorizem, de forma democrática e equitativa, a qualidade de vida dos cidadãos, diante de jogos de interesses e conflitos que contradizem completamente as “intenções” de uma gestão nesses moldes, como insistem em demonstrar no decorrer dessa análise, esses setores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAUÃ, será depósito de esgoto em Campina. Jornal Diário da Borborema 24 de fevereiro de 2002, A4 e A5

ALMEIDA, Zélia Maria.(coord) **A fome hoje** João Pessoa, p.10, 1993. *Brasil*, 1996

ANCONA, Ana Lúcia e SILVA, Luís Otávio da. **Estudo de Impacto: perspectivas de aplicação a nível municipal** In: Espaço e Debates No.35, 1981

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In: Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. (org.) SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 p. 9- 23.

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e Políticas Sociais.** Determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo FAFESP , 2000. P. 95 – 107

AZEVEDO, Luiz Gabriel T. de; BALTAR, Alexandre Moreira. **O Banco Mundial e as barragens na América Latina.** In: Barragens, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo/ Brazil 14 a 16 de fev. 2000 p. 77-88

BIO, **Nordeste reza pela bênção do velho Chico.** Ano IX, n. 5 Jan / mar, 1998. ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)

BARDALEZ, Juan L. **Desenvolvimento sustentável: um novo caminho?** UFPA, NUMA, Belém, 1992

BARRAGEM de Acauã. Jornal Diário da Borborema 26 de fevereiro de 2002, A3

BARROS, Mendonça e Duarte, **Relatório sobre o Desenvolvimento humano no Brasil**, 1996

BARTOLOMÉ, Leopoldo J. **Esquemas de reassentamento populacional como processos sociais**: questões conceituais e metodológicas. In: Barragens, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo/ Brazil 14 a 16 de fev. 2000 p. 163-178

BUARQUE, Cristovam: **A desordem do progresso**. 3ª edição.. Paz e Terra, 1996

CACCIA-BAVA, Silvio. **Desenvolvimento Local: uma alternativa para crise social?** In: São Paulo em Perspectivas 10 (3), 1996

CAPZOLLI, Ulisses. **Recurso ilimitado?** Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 19 de março de 1996. Caderno D. p. 6

CARVALHO, Selene Herculano. **Sociologia Ambiental: Origem, enfoques metodológicos e objeto**. Revista Mundo e Vida N° 1 / 2 - Jan./ dez., 2000

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Interesses, organizações e Políticas Sociais**. BIB, Rio de Janeiro, n. 31, p. 17-48, 1º semestre/1991.

CONH, Amélia. **Os governos municipais e as políticas sociais**. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio. (orgs) Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 1998 p. 143 - 192

DANIEL, Celso **Poder local no Brasil urbano** In: Espaço e Debates n. 24, 1998 (p. 27 – 39)

DOWBOR, Ladislau **Governabilidade e Descentralização** In: São Paulo em Perspectiva N° 3, 1996

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, 1984 2 v.

FERREIRA, Leila da Costa. **Políticas ambientais: criando e acomodando demandas públicas.** In: A temática ambiental e a pluralidade.- Ciclo de seminários do NEPAM, (Org). Sônia Regina de Cal Seixas Barbosa. UNICAMP - Núcleo de estudos e pesquisas ambientais, 1996

_____ **Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios** (a política ambiental no estado de São Paulo) Tese de Doutorado apresentada a Unicamp, 1992

_____ **A busca de alternativas de sustentabilidade no poder local** In: FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (Orgs) *Incertezas de sustentabilidade na globalização.* (Col. Momento) Editora da Unicamp, SP, 1996

FUKS, Mario. **Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social** – BIB, Rio de Janeiro, nº 49, 1º semestre de 2000, p. 79-94

GARRIDO, Raymundo. **A sustentabilidade das intervenções no meio ambiente aquático.** In: Barragens, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo/ Brazil 14 a 16 de fev. 2000

GONÇALVES, Antônio Marco. **Engodo Hídrico.** Parabólicas, Instituto Sócio ambiental, n. 41 – ano 5, jul. 1999 p. 8-9

GUIMARÃES, Roberto P. (1992) **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil** In: João Paulo dos Reis Veloso, Ed. Nobel

GIDDENS, Anthony. **As Consequencias da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991

JACOBI, Pedro. **A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo.** Lua Nova n. 31

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção.** PCT/SEPLAN-PE/IICA, 1998

LAYRARGUES, Palmer Philippe. **Desenvolvimento sustentável - Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** PROPOSTA, N ° 71- fevereiro de 1997

LITTLE, E. Paul. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: **A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais.** BURSZTEYN, Marcel (org.) São Paulo: Garamound, 2001 p. 107-122

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local X exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil.** Editora Vozes, Petrópolis RJ, 2000

MAGALHÃES JR, Antônio. **Variáveis e desafios do processo decisório no contexto dos comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil.** In: **Ambiente e Sociedade – Ano IV, n ° 8 p. 21-47.** São Paulo, 2001

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 4ª edição Atlas - São Paulo, 1999 – 260 p.

MAZOYER, M. L. **Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas.** Trad. WILLAUME, Patrice. - Textos para debate N ° 37 - AS-PTA, Rio de Janeiro, Julho de 1991

MELO, Marcos André B. C. **Interesses, atores e ação estratégica na formação de políticas sociais: A não-política da casa popular 1946 / 1947.** RBCS / ANPOCS n. 15 ano 6, fev. 1991

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente.** A experiência de Curitiba. Campinas, SP. Papirus, 1996

MERICO, Luís Fernando Krieger. **Introdução à economia ecológica.** Editora. da FURB.

Blumenau, 1996

MINAYO, Maria C. de Souza (org) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade** 14ª edição, Vozes. Petrópoles, 1999

MUSSOI, Eros Marion: (2000) **Estado, políticas públicas e sustentabilidade**. Tese para o Congresso da FAZER, Natal.

NASCIMENTO. Elimar Pinheiro do. **Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual**. In: A difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais. BURSZTEYN, Marcel (org.) São Paulo: Garamound, 2001 p. 85-105

NETO, Leonardo Guimarães; ARAÚJO, Tânea Bacelar de . **Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil**. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio. (orgs) Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 1998. P. 9-60

PACHECO, Regina Silvia, LOUREIRO, Maria Rita, FINGERMAN, Helena Kerr, et al. **Atores e conflitos em questões ambientais urbanas** In: Espaço & Debates, N ° 35. revista de estudos regionais e urbanos. Ano XII, 1992

PÁDUA, José Augusto. **Espaço público, interesses privados e política ambiental**. In: Ambiente e Sociedade – possibilidades e perspectivas de pesquisas. Textos NEPAN. Série “Divulgação acadêmica” n. 2, UNICAMP. Campinas, 1992 p. 1-10

PLANO DAS ÁGUAS, tem trezentos milhões. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 11 de março. B.3

PORRÉCA, Lúcia Maria Água, **ABC do meio ambiente**. IBAMA / MMA, Brasília, 1997

PORTO, Ruben La Laina. **Um novo modelo para capacitação de profissionais em**

gerenciamento de recursos hídricos. In: Barragens, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo / Brasil, 14 - 16 de Fevereiro, 2000 p. 227-235

RACIONAMENTO suspenso em Campina Grande. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 11 de Março, 2001. Caderno Cidade, p. 5.

RAMALHO, Deolinda de Sousa. **Vulnerabilidade e Riscos em comunidades urbano-marginais.** UFPB/UNCAL/IDRC, 1996

REBOLSAS, Aldo da Cunha. **Água potável para o século XXI.** In: Mudanças Globais e desenvolvimento sustentável para a ciência. GUTZ, Ivano G. R. (org.) Estudos Avançados. Col. Documentos. Série Ciências Ambientais n. 20 p. 104-114

RIOS, Márcia Maria. **Experiência em gerenciamento da demanda urbana de água.** João Pessoa, 2001. Anais do simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos p. 1-10

RODRIGUEZ, Fernando Antônio (coord.) **Gerenciamento de recursos hídricos.** MMA – SRH, Brasília, 1998

RODRIGUEZ, Janete Lins, **Atlas escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa: GRAFSET, 1997

ROMANO, Paulo Afonso. **Política de recursos hídricos: gestão democrática e ambiental das águas.** Gráfica Charbel, Brasília, 1997

SACHS, Ignacy. **O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento.** In: PEREIRA, Luís Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.) Sociedade e estado em transformação. São Paulo: Ed. Unesp, 1999 p. 197-217

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Avaliação político-institucional do Proálcool: grupos de**

interesse e conflito interburocrático. In: Planejamento e políticas públicas n. 1. Jun, 1989 p. 127-150

SIGAUD, Lygia. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens.** In: RBCS n. 18. Ano 7, fev. de 1992

SILVA, Ana Amélia da. **Esfera Pública e Sociedade Civil: uma (re)invenção possível.** In: São Paulo em Perspectiva, 8(2) 1994

SILVA, Paulo R. Guimarães da. **Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local** In: FISCHER, Tânea. Gestão contemporânea: cidades, estratégias e organizações locais. Fundação Getúlio Vargas - editora, 1997

SIMMEL, George. **A natureza sociológica do conflito.** São Paulo: Ática, 1983 p. 122-164

SOUZA, Celina e BLUMM, Márcia. **Autonomia Política Local: uma revisão da literatura –** BIB, Rio de Janeiro, n° 48, 2° semestre de 1999, pp. 51-67

STROHN, Paula Yoni. **As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável.** In: CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo; Cortez, 1995 p. 277-292

VARGAS, Marcelo Coutinho. **O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental** In: Ambiente e Sociedade. Ano II - Nº5, 2° semestre p. 109-136.

VERAS, Beni **Projeto Áridas - Nordeste, Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.** Secretaria de Planejamento Orçamento e Coordenação da presidência da República, Fortaleza - CE, 1993.

VERNIER, Jacques. **O meio ambiente**. Campinas –SP: Papirus, 1994 132 p.

VIEIRA, Paulo Freire **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade**. APED/NAEA, Rio de Janeiro, 1993

VIOLA, Eduardo. **O impacto da problemática ambiental na sociologia contemporânea**. In: Anais do III Congresso Nacional de Sociologia. Universidade de Brasília, 1987 p. 80-88

DOCUMENTOS

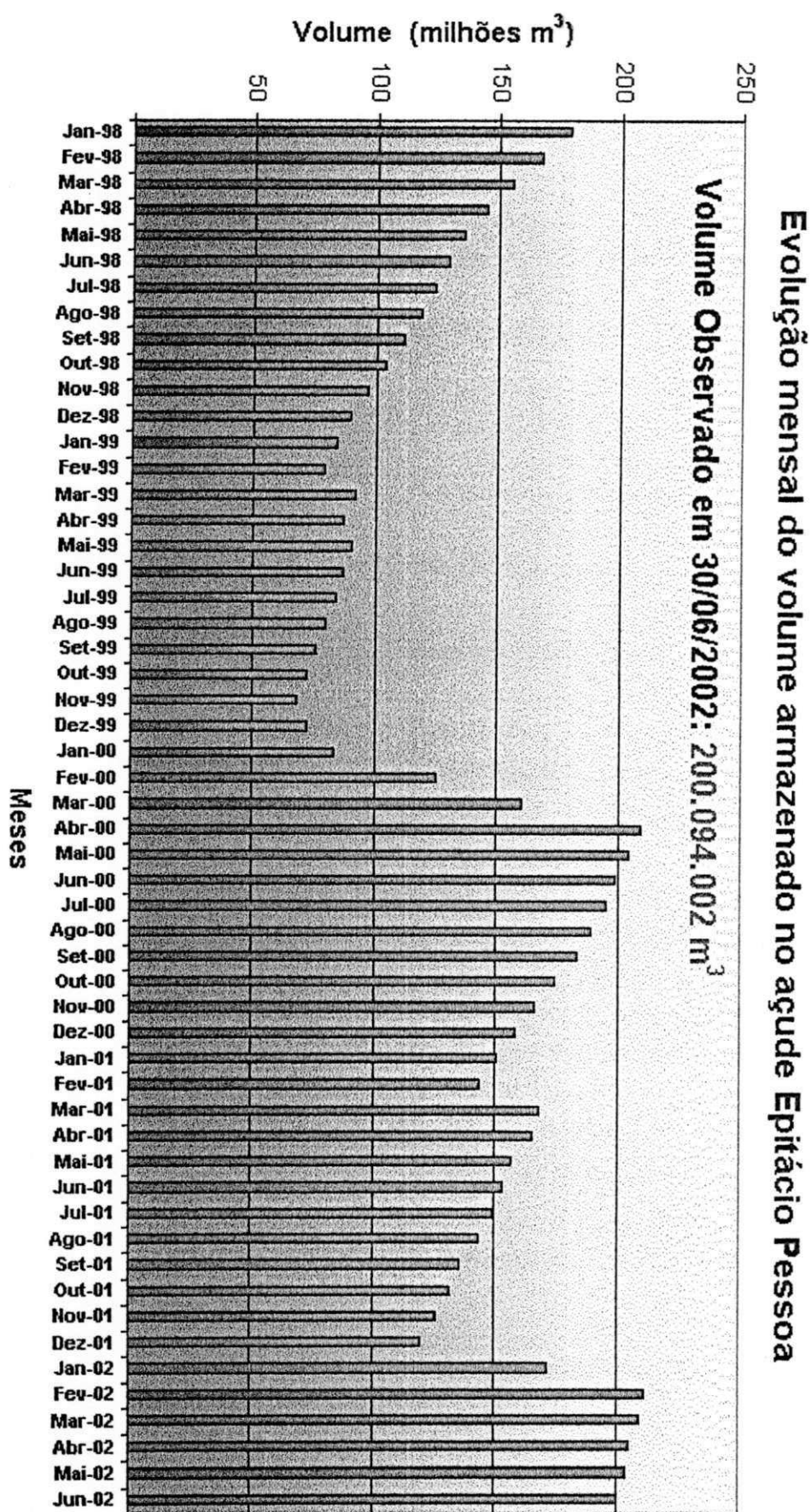
CARNEIRO, Daniel Osterne. *Política estadual e gerenciamento de recursos hídricos no estado da Paraíba - situação atual e perspectivas*. João Pessoa, SEMARH, 2000

CATÃO, Alberto (org) *Projeto Multilagos*. Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos, Campina Grande, 2000

PLANO DAS ÁGUAS: Meio ambiente, Gestão e Infra-estrutura. Brasília: Ipiranga, 2002

PLANO DIRETOR DE ÁGUAS E SOLOS DO MUNICÍPIO : Relatório final - Prefeitura municipal de Campina Grande, Secretaria de Agricultura, Dezembro, 1996

PROJETO DE LEI n ° 010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2002





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA
Anexo I - Prioridades e Metas

TEMA: AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AÇÃO	PRIORIDADES	METAS
Distribuição de sementes	Cadastramento dos Agricultores interessados no Plantio das Culturas (Feijão, Milho e Algodão)	Distribuição de 97 toneladas/ano
Promoção da Produção Animal	Programa de Verticalização da agricultura (Projeto Palma na Mão)	Compra de: Palma - 10.000 p/ha, Caprinos - 1.500, Pintos - 15.000.
	Programa da Bacia Leiteira com aquisição junto as cooperativas	Aquisição de 3.680 litros / dia
	Programa de Apicultura com realização de cursos e treinamentos, Aquisição e distribuição de apiários e material para captura de enxames	
Defesa Sanitária Animal	Programa de Vacinação com aquisição e distribuição de vacinas	Total 6.000 vacinas
Promoção da Produção Vegetal	Programa de Implantação de unidades demonstrativas das culturas: algodão colorido, gergelim, amendoim, Milheto e sorgo sacarino.	15 unidades demonstrativas.
	Criação de Hortas Comunitárias	Em 2 áreas
Defesa Contra as Secas	Construção/recuperação /ampliação e limpeza de pequenos reservatórios d'água	15 açudes/ano
	Manutenção do Programa de Abastecimento d'água na zona rural e periferia, através de carros - pipa	Atender a população com 05 carros - pipa
Recursos Hídricos	Projeto MULTILAGOS para reserva estratégica hídrica	Construção de 03 açudes
	Perfuração e instalação de poços tubulares	Atender a população rural e urbana com 30 poços
	Manutenção preventiva e corretiva poços tubulares	Manter 50 poços e equipamentos em funcionamento
	Instalação de dessalinizadores nos poços artesanais	Atender a população urbana e rural com 10 poços artesanais
	Manutenção preventiva e corretiva de dessalinizadores	Manter em pleno funcionamento os equipamentos
	Construção de cisternas comunitárias na zona rural	Atende moradores das comunidades com 50 cisternas
	Construção de tanques para a criação de peixes/colocação de tubulação para irrigação, etc.	Construção de 10 tanques e aplicação do programa de criação de peixes nos tanques já existentes
Preservação e Conservação Ambiental	Estudo de reuso das águas residuárias, dimensionamento de áreas azuis e rejeitos de dessalinizadores.	Reutilizar pelo menos 50% das águas servidas
Promoção da Produção Animal	Fortalecimento, manutenção e ampliação do Centro de Piscicultura	Produção de 150.000 alevinos / ano e treinamento dos produtores

**Abaixo-Assinado dos Desalojados da Barragem de Acauã
solicitando a intervenção do Ministério Público em defesa de seus interesses**

Aroeiras - PB, 23 de maio de 2002.

Ex.^{mo} Sr.

Dr. Agnello José de Amorim

DD. Procurador de Justiça

Coordenador do 2º CAOP – Centro de Apoio Operacional às Curadorias

Rua Benjamim Constant, 146 – Estação Velha

Campina Grande – PB

CEP: 58105-105

Prezado Senhor,

Através do presente requerimento, nós, atingidos pelo represamento das águas do Rio Paraíba, que dará origem ao lago formado pela Barragem de Acauã, moradores das localidades de Melancia, Junco, Cafundó, Pedro Velho, Ilha Grande e Cajá, estamos solicitando que o Ministério Público, estude a possibilidade de deflagrar algum tipo de ação que garanta a proteção dos direitos de nossas famílias, que se encontram em situação de elevado risco, uma vez que nossas atuais condições de moradia e de vida produtiva estão sendo destruídas. Diante deste estado de coisa, a garantia de nosso futuro torna-se muito ameaçada porque não sabemos como poderemos garantir nossas condições de sobrevivência.

Somos 700 famílias, em sua maioria agricultores familiares pobres, que já começaram a ter suas terras de cultivo e de criação dos animais, moradias, casas comerciais, templos e escolas, inundadas pelas águas da Represa de Acauã, que vem sendo construída pelo Governo do Estado, com recursos do Governo Federal, desde do ano de 1999.

Apesar do enorme impacto da barragem sobre nossas vidas, constata-se que muito pouco, ou mesmo quase nada, foi realizado pelas autoridades competentes com relação ao destino das famílias atingidas; até o presente momento, nenhum projeto concreto que objetive restabelecer as condições de vida produtiva e de moradia para a população nos foi apresentado.

Inicialmente, os representantes da SEMAHR, acompanhados de políticos regionais, reuniram a população e prometeram três tipos de casas de alvenaria, para compensar a perda de suas casas atuais. Entretanto, nada se falou em termos de reposição das terras cultivadas. Foi oferecida uma alternativa: ou a indenização em dinheiro ou a construção de moradias novas, em um conjunto habitacional a ser construído, no qual haveria casas de três tipos: A, B e C, para contemplar a diversidade da qualidade das casas existentes em Pedro Velho e nas outras localidades. Ao constataremos, três meses depois, que as moradias oferecidas não passavam de construções de placas pré-moldadas, sem tijolos nem lajes, de 40 m² em média e de baixo valor, boa parte de nós passou a optar pela indenização em dinheiro de suas casas.

No entanto, passaram-se os meses e não se pagou a indenização prometida para setembro de 2001, prorrogou-se para outubro, depois para novembro e o fato é, que até a presente data, muitas famílias ainda não receberam a sua “compensação” financeira e todos se viram na contingência de receber uma indenização com valores absolutamente inferiores ao valor real dos bens perdidos. De fato, não havia alternativa: ou recebíamos os valores defasados ou corríamos o risco de não receber nada. A informação que nos foi dada foi que nossas terras não seriam indenizadas, que somente as casas seriam pagas. Mas, registramos que o cálculo do valor das casas foi feito quando um saco de cimento custava R\$ 6,00 (seis reais) e, no momento em que começaram a fazer os pagamentos, o mesmo saco de cimento não custava menos de R\$ 14,00 (quatorze reais).

Torna-se, portanto, necessário que o valor monetário das casas seja atualizado. Além disso, consideramos que fazemos jus ao pagamento pelas nossas terras e por todas as benfeitorias que nelas edificamos. Parece-nos também que também temos direito a indenização pela cessação das diversas atividades produtivas que desenvolvemos em nossos locais de vida e trabalho. Existe ainda a necessidade de indenização pelo prejuízo de natureza moral, derivado do fato de estarmos sendo obrigados a abandonar os locais com os quais temos laços de natureza cultural, afetiva e sentimental, uma vez que neles vivemos há várias gerações.

Nas localidades em que vivemos existe toda uma série de equipamentos coletivos tais como: mercados públicos; praças, escolas; postos telefônicos; postos de saúde; igrejas; ruas calçadas; eletrificação; água saneada; etc. Consideramos, portanto, que se tudo isso vai ficar debaixo d'água, que teremos que sair de onde construímos nossas condições de moradia e de vida, temos direito de sermos re-instalados pelo poder

público em condições, no mínimo, iguais às que temos hoje. Desta forma, pensamos que temos direito de sermos re-instalados em novas localidades, a serem construídas especialmente com esta finalidade.

As famílias que já tiveram suas casas e áreas de trabalho inundadas (a barragem hoje já acumula mais de 10.000.000 m³ de água) e que optaram pela permuta dos seus imóveis, (ou que tiveram que sair por força da chegada das águas), foram deslocadas pelo Governo Estadual para um conjunto habitacional próximo da cidade de Aroeiras, cujas casas foram construídas com placas pré-moldadas, e de tamanho insuficiente para acolher as famílias; não há um mínimo de espaço para construção de um quintal ou de pequenas hortas para o cultivo de nossas hortaliças, ou seja, construções que em nada se assemelham ao padrão de moradia que tínhamos e temos nas nossas áreas de origem; sem falar que há mais de um ano estas residências estão sem abastecimento de água e sem energia elétrica. Não há fossas tampouco, o que obriga que os dejetos humanos tenham que ser lançados a céu aberto. Registre-se ainda que não existe nenhuma atividade produtiva para o engajamento das mais de cem famílias que já estão no conjunto.

Para agravar ainda mais a situação, importantes vias de acesso para escoamento da nossa produção agropecuária a centros comerciais como João Pessoa, Itabaiana, Ingá e Itatuba foram interrompidas com a formação do lago.

Ressalte-se que fomos obrigados a assinar recibos que, além de não terem nem mesmo uma identificação oficial, não discriminam quais de nossos bens estão sendo indenizados. Mas, como já registramos, as informações dadas indicam que as indenizações pagas até agora contemplam apenas o valor das casas, não incluindo, portanto, todas as demais benfeitorias, principalmente das nossas unidades de produção; além do que, pelos valores declarados e pelas disparidades entre um pagamento e outro, evidencia-se uma enorme incoerência, ou mesmo total ausência de critérios técnicos, para elaboração dos cálculos que dimensionam o que de fato e de direito cada família teria que receber. O valor médio pago por família, chega apenas a R\$ 6.560,00; a soma das indenizações previstas, comparada com o custo da barragem, representando menos de 2% do montante previsto para a realização da obra.

Em síntese, nossos principais direitos e necessidades são:

1. Imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não as receberam;

2. Atualização do valor das indenizações pagas;
3. Pagamento das indenizações de todos os nossos bens, não incluídos no que está sendo pago, e dos prejuízos de natureza subjetiva que estamos sofrendo;
4. Construção de novas aglomerações urbanas (cidade, vilas e povoados) para nossa nova localização;
5. Criação de atividades produtivas para assegurar nossa sobrevivência, com projetos concebidos a partir de discussão com as diversas comunidades. Podendo ser tanto para atividades produtivas de natureza agrícola e de criação quanto para outros tipos de atividades, conforme o caso;
6. Garantia de remuneração mensal para todas as famílias, até o momento em que nossas condições de sobrevivência estejam asseguradas, nas novas condições.

Por fim, solicitamos ainda, que nos seja permitido o acesso por parte das autoridades a importantes documentos, como os Estudos de Impacto Ambiental da barragem e os seus respectivos Relatórios (EIA/RIMA), Projetos Técnicos de Execução da Obra e seus respectivos anexos (mapas / levantamentos aerofotográficos / regimes de enchimento e esvaziamento do lago, delimitações das cotas de segurança, etc.), Cadastro de todas as Famílias atingidas e seus respectivos Laudos de Apropriação de Bens, bem como os Crítérios Técnicos e as respectivas Tabelas de Valores que serviram de base para compor as planilhas que estabeleceram os valores de indenização de cada família; documentos estes, cujo conhecimento, embora tardio, nos permitirá uma análise mais profunda da situação, que com certeza nos ajudará na busca de soluções que consolidem os benefícios que a barragem trará para inúmeras pessoas desta região, mas que garanta primeiramente, e acima de tudo, a sobrevivência cultural, econômica e social, das nossas famílias.

Neste termos, pedimos deferimento.